



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

RELATÓRIO E
CONTAS
2015



ANOS
DE
SAÚDE
1945-2015



RELATÓRIO E
CONTAS
2015

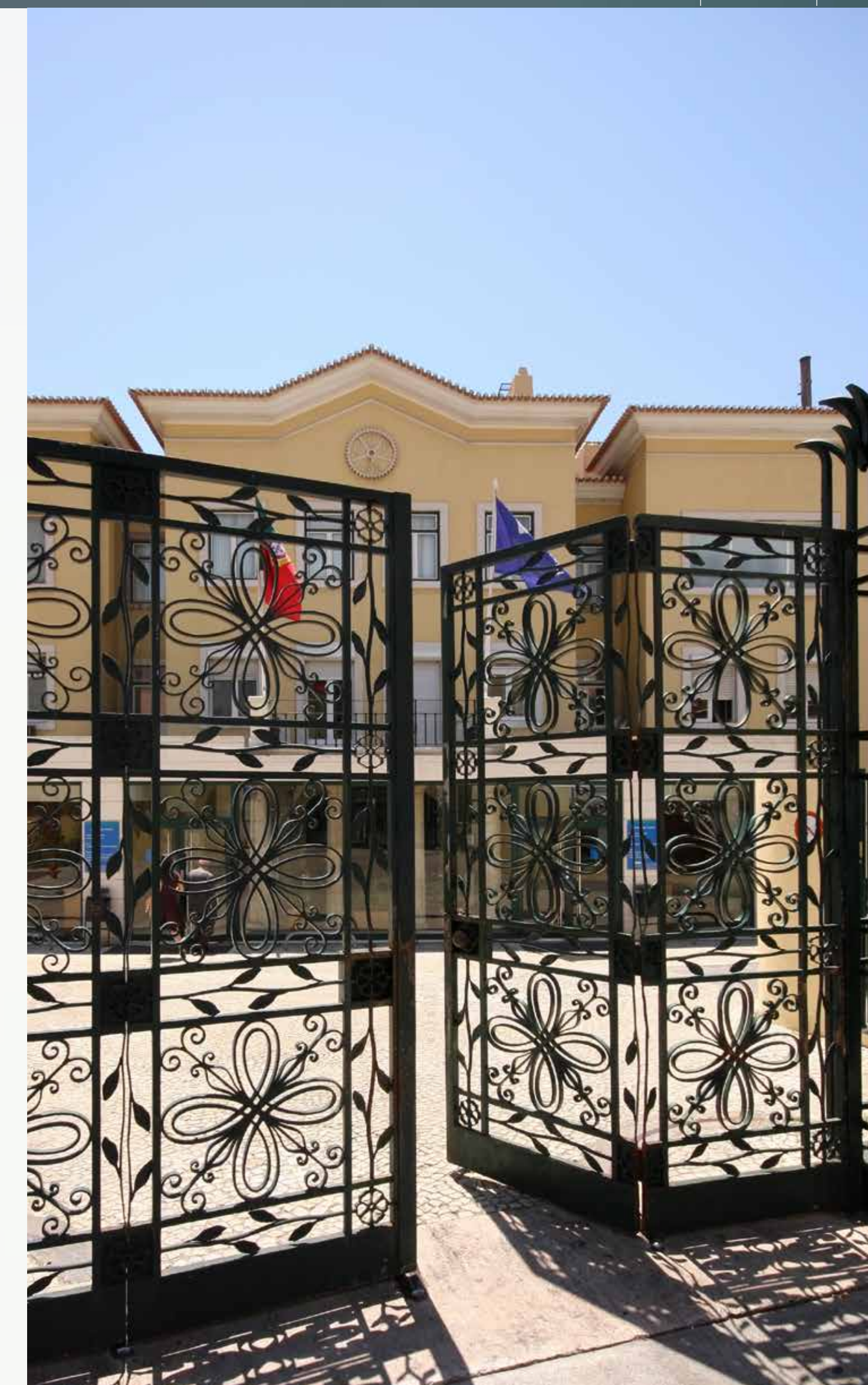
CRESCEMOS
COM SOLIDEZ
E 70 ANOS DE PERÍCIA
RIGOR
E EXCELÊNCIA



**ANOS
DE
SAÚDE**
1945-2015

ÍNDICE

| | |
|---|------------|
| 1. A JOSÉ DE MELLO SAÚDE | 04 |
| 1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE | 05 |
| 1.2. PERFIL DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE | 08 |
| 1.3. A JOSÉ DE MELLO SAÚDE EM NÚMEROS | 09 |
| 1.4. MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO E ÓRGÃOS SOCIAIS | 12 |
| 1.5. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO | 16 |
| 1.6. FACTOS RELEVANTES DA ATIVIDADE EM 2015 | 18 |
| 1.7. PERSPETIVAS PARA 2016 | 22 |
| 1.8. VISÃO, MISSÃO E VALORES | 24 |
| 1.9. ÉTICA | 25 |
| 2. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO | 26 |
| 2.1. EXCELÊNCIA CLÍNICA | 27 |
| 2.2. EXPERIÊNCIA DO CLIENTE | 30 |
| 2.3. TALENTO HUMANO | 31 |
| 2.4. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA | 37 |
| 2.5. INOVAÇÃO | 40 |
| 3. ATIVIDADE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO | 41 |
| 4. GESTÃO DE RISCOS | 45 |
| 5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA | 49 |
| 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 58 |
| 7. INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL | 61 |
| 7.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 62 |
| 7.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 68 |
| 7.3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 106 |
| 7.4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA 2015 | 109 |
| 8. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA | 111 |
| 8.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 112 |
| 8.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 120 |
| 8.3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 208 |
| 8.4. INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE | 209 |
| 8.5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | 216 |
| 8.6. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA 2015 | 219 |
| 8.7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL | 221 |



1. A JOSÉ DE MELLO SAÚDE

A José de Mello Saúde desenvolve a sua atividade no setor da prestação de serviços de saúde. O Relatório de Gestão procura descrever em detalhe o que é a José de Mello Saúde, reportando os factos à atividade do ano de 2015.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano em que comemorámos os 70 anos da CUF, mantivemos a coerência do caminho percorrido ao longo de sete décadas, consolidando a liderança na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Na expansão geográfica, na qualidade e diferenciação clínica, no desenvolvimento humano e na experiência irrepreensível que pretendemos para os nossos clientes, passo a passo, continuamos focados nos valores de sempre, ao serviço dos portugueses, afirmando a José de Mello Saúde como um parceiro para o desenvolvimento do setor e do País.

Como reflexo dessa ambição, em 2015 a atividade das unidades CUF continuou a crescer de forma sustentada em todas as áreas assistenciais, registando-se mais de 1,4 milhões de consultas (+12% do que no período homólogo em 2014), 45 mil doentes operados (+9% comparando com o ano passado) e cerca de 37 mil doentes saídos (+3,9%).

No que se refere aos hospitais geridos em Parceria Público-Privada (PPP), registaram-se também desempenhos positivos em todas as áreas assistenciais. Ao longo de 2015, realizaram-se mais de 571 mil consultas (+6% que em 2014), registamos mais de 38 mil doentes operados (+3% do que no período homólogo), 299 mil episódios de urgência (+3% do que em 2014) e mais de 4,4 mil partos (+9% do que no período homólogo).

Apesar de uma situação económica frágil, continuámos a investir em



Portugal, como se comprovou com a apresentação do novo Hospital CUF Tejo, que irá abrir na zona de Alcântara na segunda metade de 2018 e que já constitui uma nova referência em termos de cuidados de saúde.

O projeto do Hospital CUF Tejo, desenhado para as Doenças do Futuro, nasce de uma visão que alia a experiência e saber de 70 anos das equipas clínicas e de gestão da José de Mello Saúde, contando com as melhores práticas internacionais em hospitais de referência.

Após o anúncio da aquisição do Hospital Privado de Santarém, em março de 2015, a José de Mello Saúde iniciou no dia 1 de julho a gestão desta nova unidade, com a assinatura do contrato de aquisição daquele que é atualmente o Hospital CUF Santarém. Esta foi a concretização de mais um importante passo na estratégia de expansão geográfica, mas não ficámos por aqui: abrimos igualmente, ainda no decorrer do primeiro trimestre, uma nova clínica no concelho de Oeiras, em Miraflores, a Clínica CUF Miraflores, a trabalhar em articulação direta e permanente com o Hospital CUF Infante Santo.

A excelência no serviço que prestamos aos nossos utentes teve eco ampliado nas Parcerias Público-Privadas geridas pela José de Mello Saúde.

Ao ser distinguido pela Entidade Reguladora da Saúde com o nível mais

elevado de Excelência Clínica em sete áreas distintas, através do estudo do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), o Hospital de Braga foi distinguido como a unidade hospitalar melhor classificada a nível nacional.

Aliás, em Braga, o ano de 2015 foi marcado pelo reconhecimento externo dos elevados padrões que distinguem a instituição, nomeadamente a renovação da acreditação global do Hospital e da certificação ISO 9001:2008 e pelo reconhecimento do estudo da multinacional IASIST “Top 5 - A Excelência dos Hospitais” como o melhor na categoria de hospitais de média/grande dimensão, sendo uma das cinco melhores unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), vencendo ainda, entre outros, o ‘1º Prémio Saúde Sustentável’, na categoria “Cuidados Hospitalares”.

O Hospital de Braga manteve de igual modo uma posição de destaque merecido no SNS, em termos de atividade, representando um peso significativo e contribuindo decisivamente para o aumento de resposta pública aos cidadãos. Basta lembrar que esta unidade realiza cerca de 4% do total de cirurgias do SNS e aproximadamente 5% das cirurgias de ambulatório; representando cerca de 3,5% em termos de internamento e de consultas externas.



A este desempenho, acresce a poupança para o Estado demonstrada em estudos realizados e com a informação pública disponibilizada no site de benchmarking dos hospitais desenvolvidos pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), segundo os quais o Hospital de Braga representa uma poupança anual de 30 a 40 milhões de euros comparativamente a outros hospitais do SNS com o mesmo perfil assistencial.

Ainda no que se refere às PPP, um motivo de orgulho acrescido foram os resultados alcançados pelo Hospital Vila Franca de Xira no SINAS com classificação máxima em excelência clínica, em quatro áreas distintas. De sublinhar também o elevado nível de qualidade dos serviços prestados ao longo de 2015, com o processo de revalidação da acreditação do hospital pela Joint Commission International.

Já no estudo promovido pela IASIST Portugal “Top 5 - A excelência dos Hospitais 2015”, Vila Franca de Xira obteve a segunda posição nacional no seu grupo de referência. Saliente-se que continua a ser o Hospital da área de Lisboa que apresenta o menor tempo de espera para cirurgia (82 dias), segundo dados do SIGLIC referentes a dezembro de 2015.

Finalmente, entre os muitos prémios recebidos em 2015, a CUF foi distinguida com o prémio “Escolha do Consumidor’16” da ConsumerChoice, na categoria de Hospitais Privados.

Estas distinções reforçam a confiança no futuro e na continuação

da estratégia de expansão da rede CUF que vai manter-se, de Norte a Sul de Portugal, com a abertura do Hospital CUF Viseu, para além do desenvolvimento e crescimento do Hospital CUF Descobertas, Hospital CUF Cascais e Hospital CUF Torres Vedras.

Este reforço da presença física da Rede CUF a nível nacional terá reflexo igualmente no contributo para a criação de emprego qualificado, como aliás aconteceu em 2015, ano em que foram admitidos dois mil novos colaboradores para as diferentes unidades de saúde. Também em 2015, recebemos mais de quatro mil alunos e estagiários nas mais diversas áreas de formação, destacando-se os estágios de medicina e enfermagem. No final do ano de 2015, a José de Mello Saúde contava com mais de 7.700 colaboradores; uma grande equipa, fortemente empenhada para ir de encontro às expectativas e necessidades dos portugueses.

Um empenho que assenta numa proposta de valor consistente, centrada num projeto clínico de excelência e na oferta de uma experiência irrepreensível, ambição que se mantém intacta para 2016.

Continuaremos a trilhar o caminho de sucesso e liderança que nos trouxe até aqui e a fazer a diferença na Saúde em Portugal.

Salvador de Mello

Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Saúde



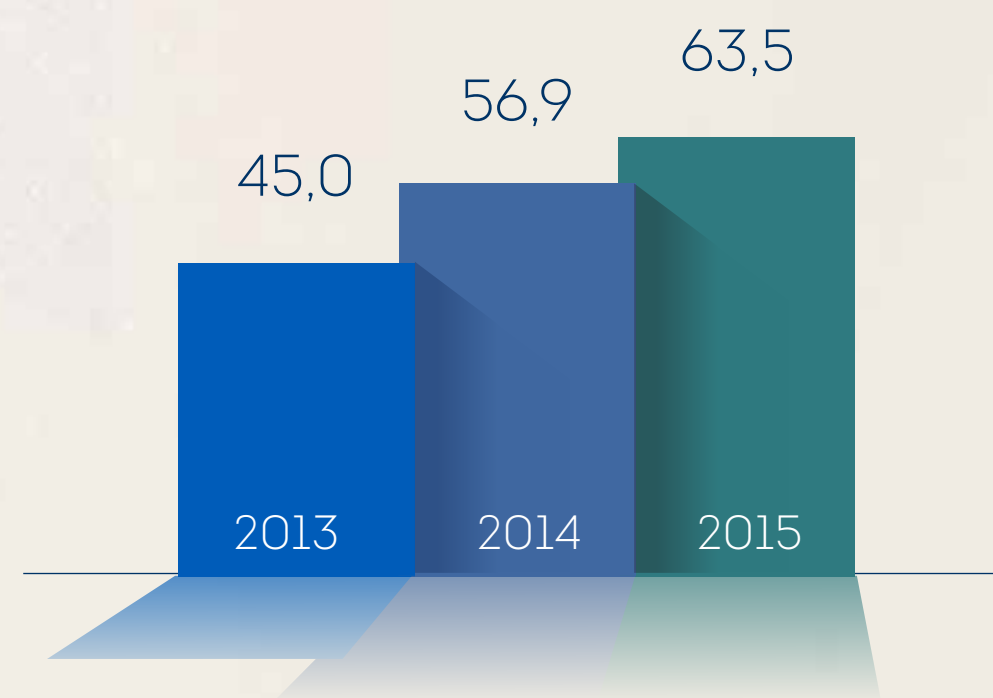


| | CAMAS | GABINETES | | CAMAS | GABINETES |
|---|-------|-----------|--|-------|-----------|
|  cuf infante santo hospital | 145 | 66 |  Hospital Braga | 702 | 63 |
|  cuf descobertas hospital | 172 | 72 |  Hospital Vila Franca de Xira | 278 | 33 |
|  cuf porto hospital | 154 | 122 |  cuf belém clínica | - | 17 |
|  cuf porto instituto | - | 56 |  cuf alvalade clínica | - | 25 |
|  cuf torres vedras hospital | 16 | 28 |  cuf sintra clínica | - | 8 |
|  cuf cascais hospital | 30 | 40 |  cuf s. domingos de rana clínica | - | 14 |
|  cuf santarém hospital | 24 | 14 |  cuf mafra clínica | - | 9 |
| | | |  cuf miraflores clínica | - | 9 |

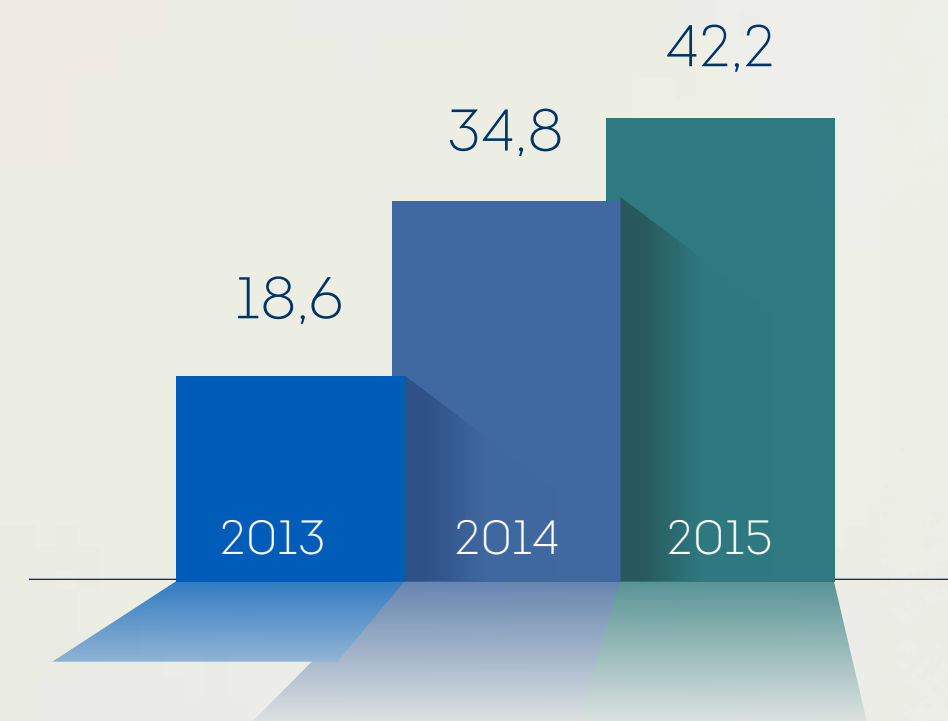
1.3. A JOSÉ DE MELLO SAÚDE EM NÚMEROS

Indicadores Financeiros (milhões de euros)

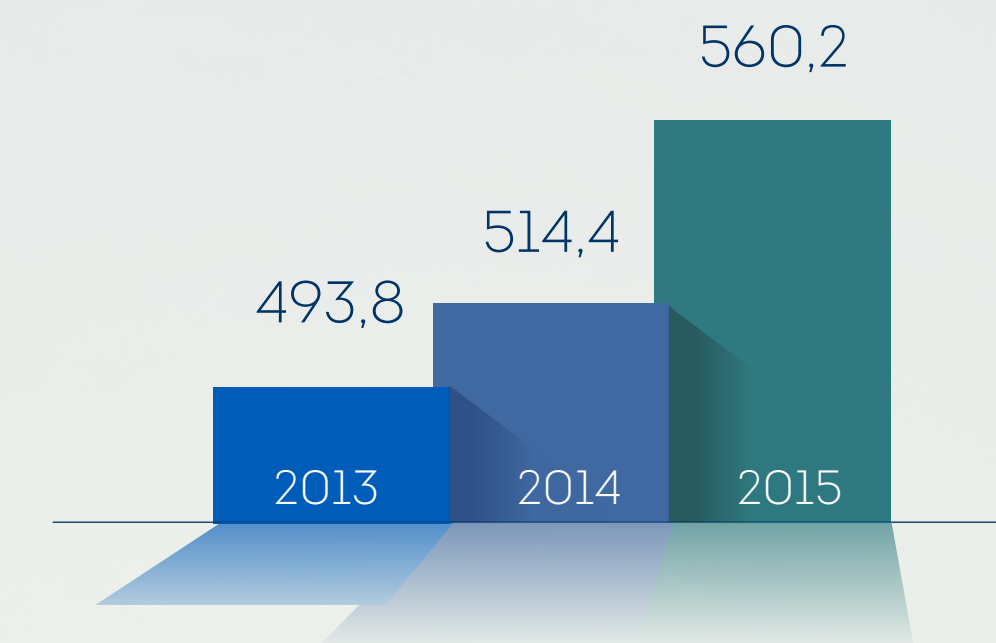
EBITDA



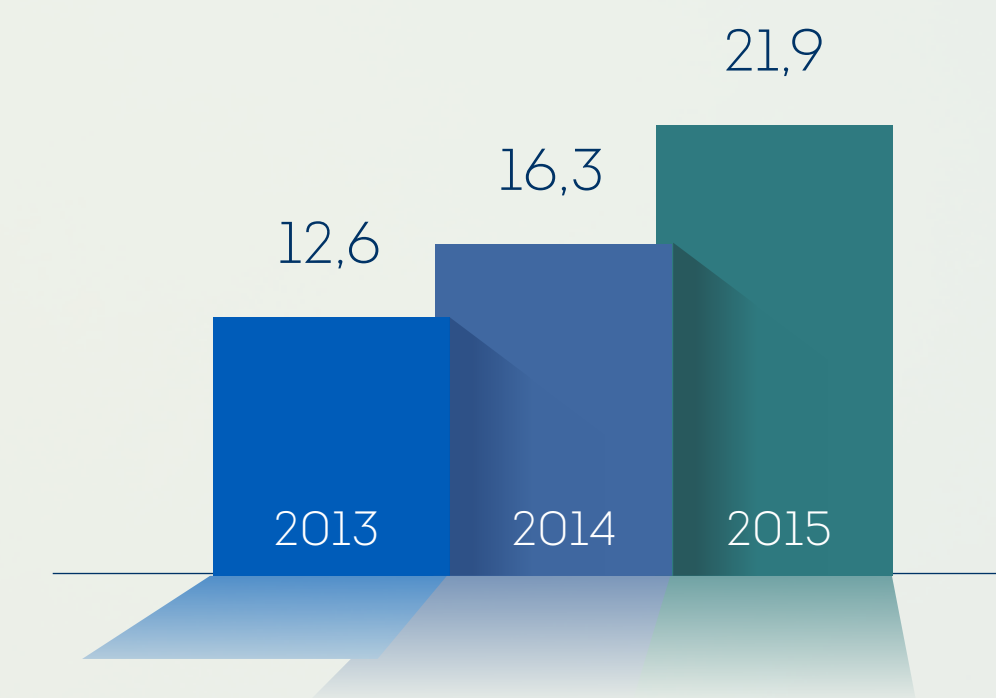
EBIT



Proveitos Operacionais

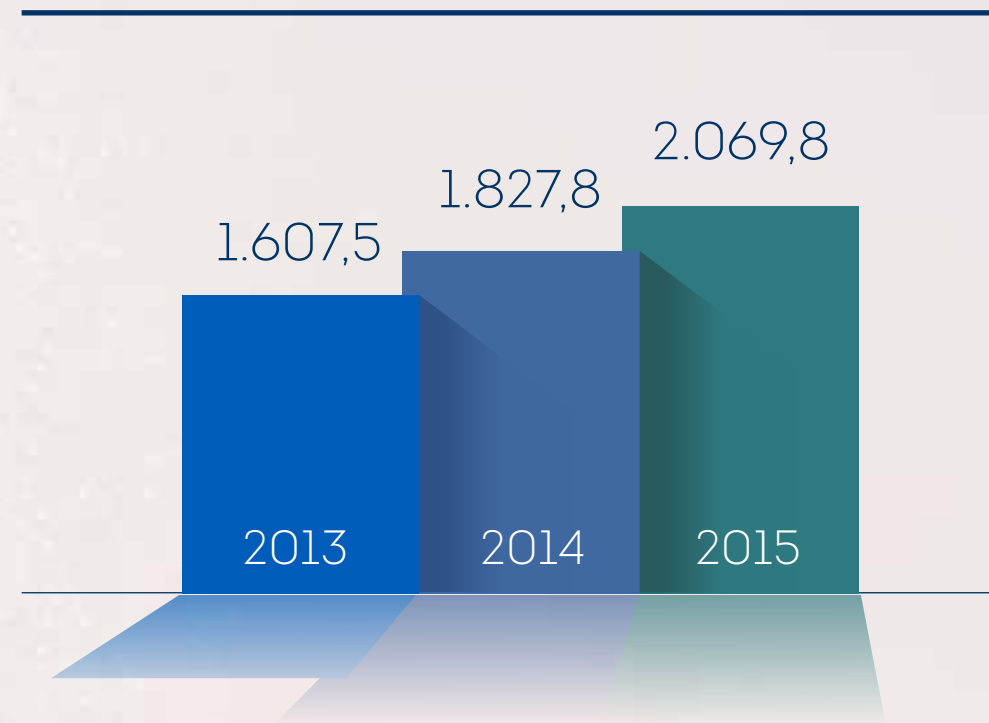


Resultado Líquido

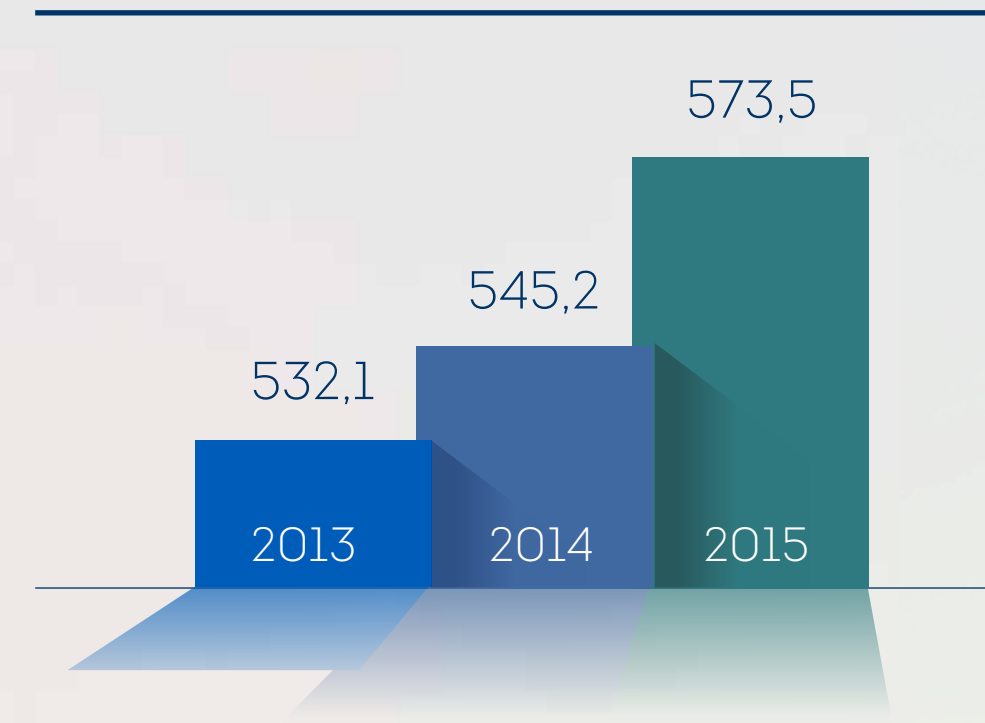


Indicadores Assistenciais (milhares)

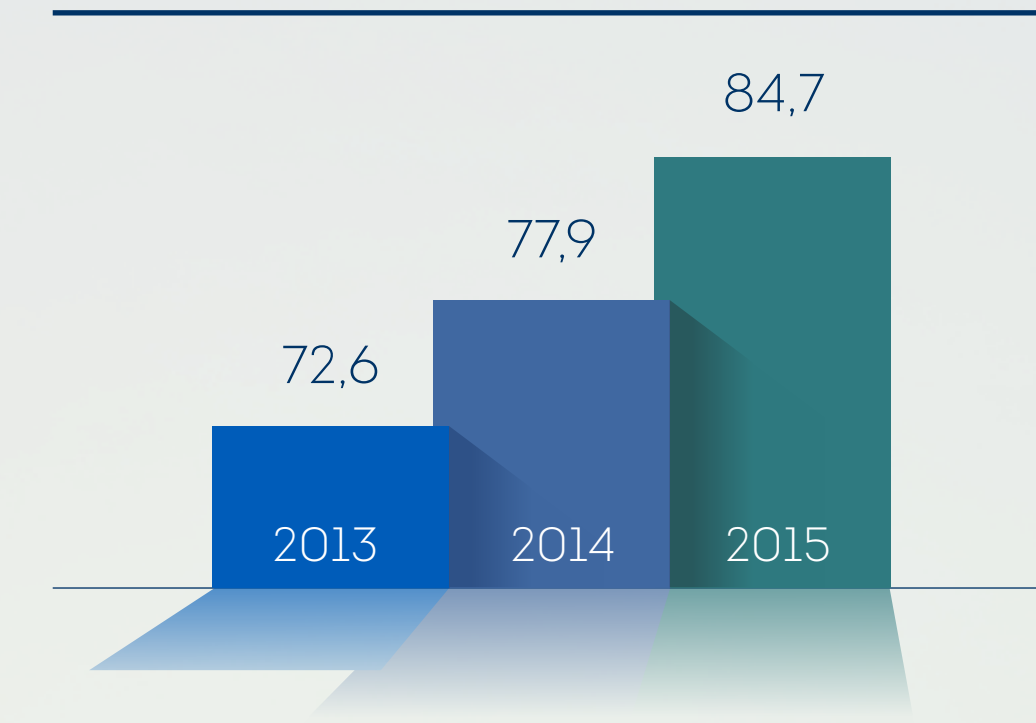
Consultas



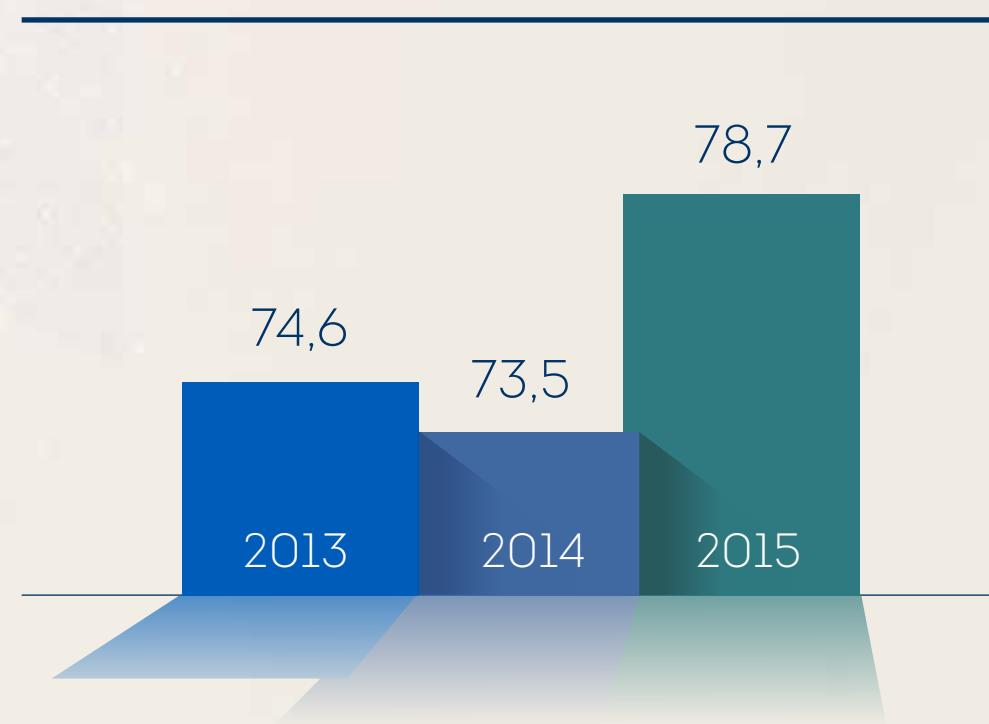
Urgências



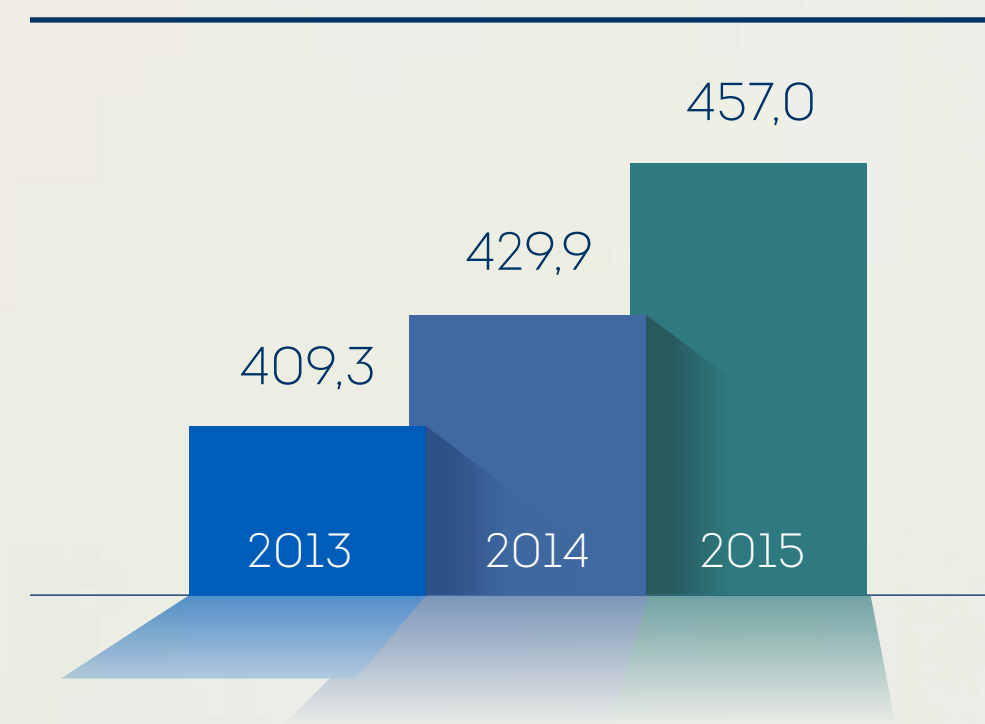
Doentes Operados



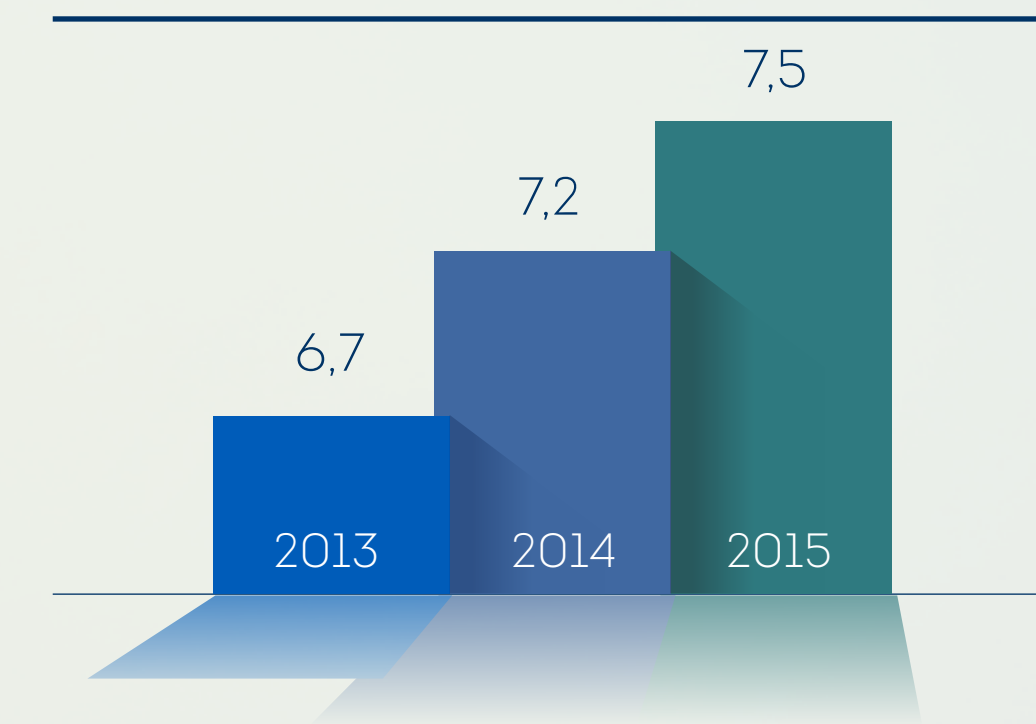
Doentes Saídos

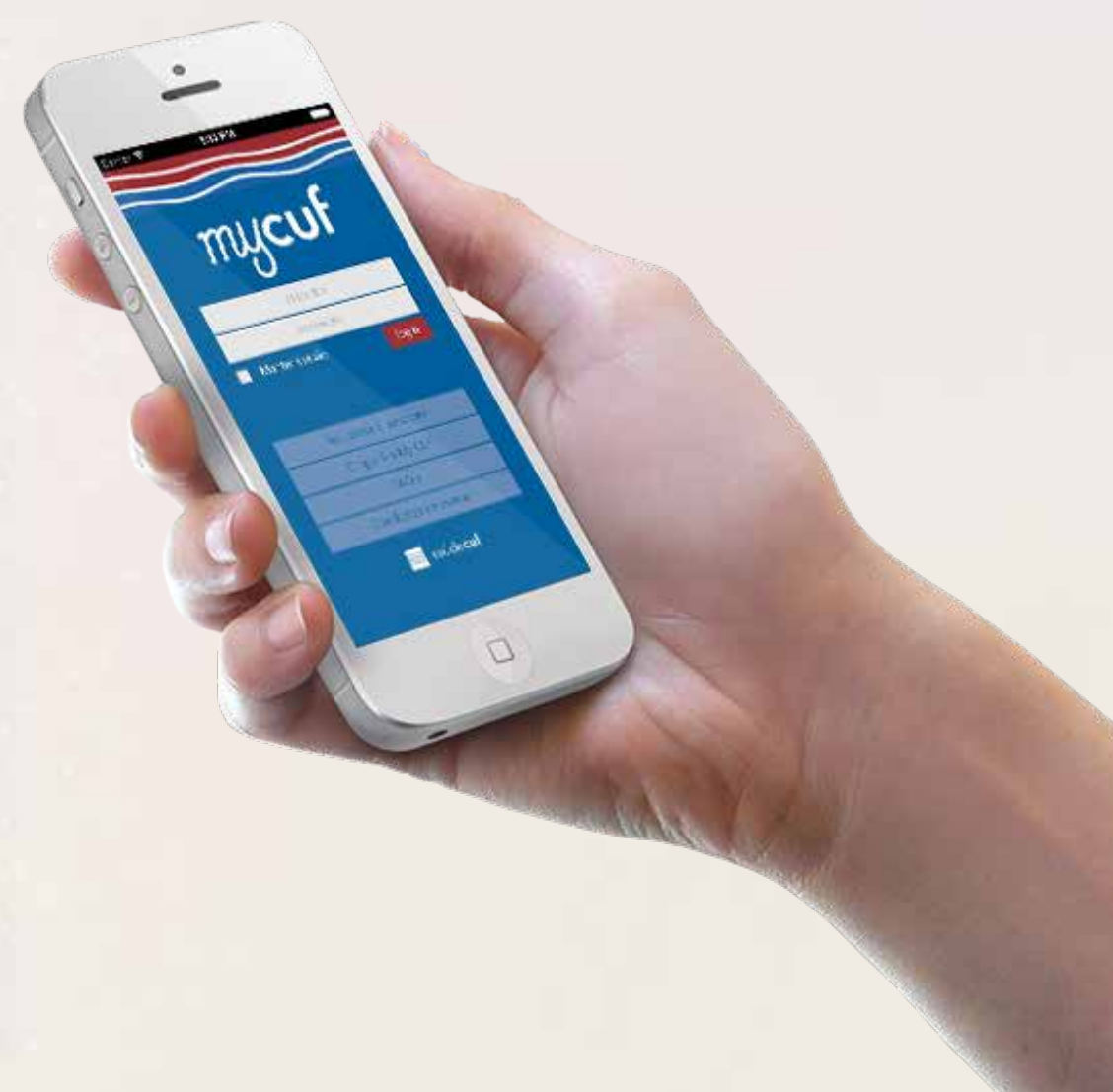


Dias de Internamento



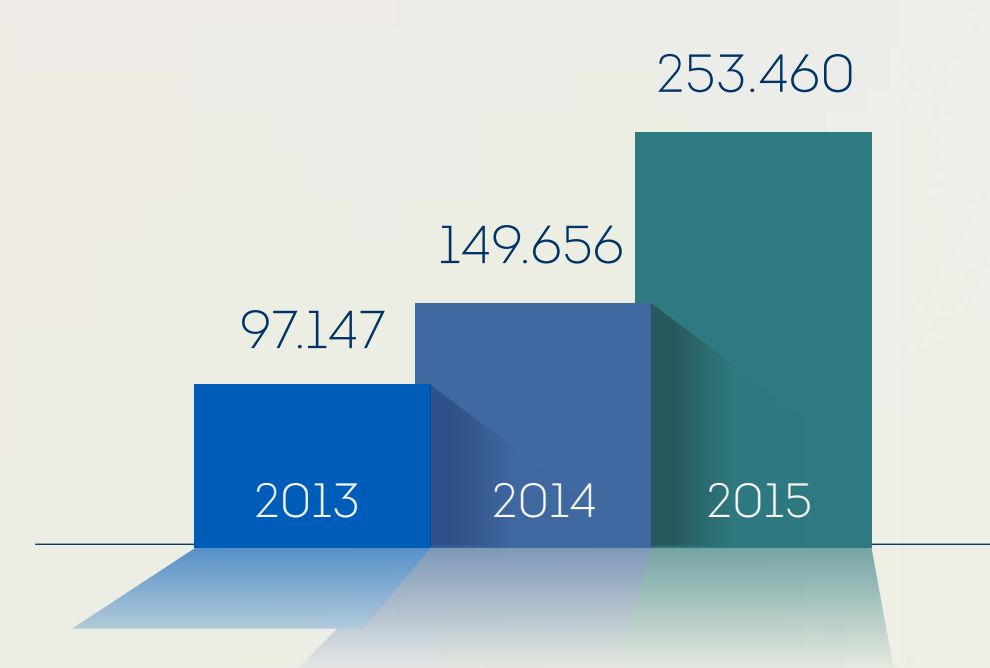
Partos



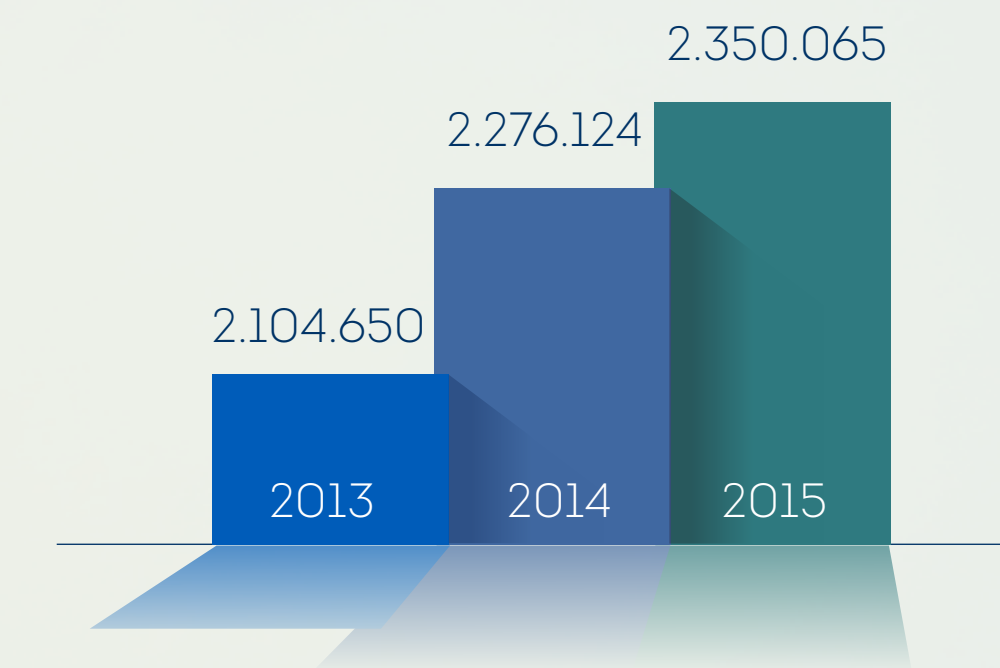


Cientes CUF

Marcações Eletrônicas



Chamadas Atendidas Contact Center



1.4. MODELO ORGANIZATIVO E ÓRGÃOS SOCIAIS

Modelo Organizativo

Em 31 de dezembro de 2015, a José de Mello Saúde encontrava-se estruturada de acordo com o seguinte modelo organizativo:



Órgãos de Governo

Órgãos Sociais da José de Mello Saúde, S.A.
(INFORMAÇÃO A 31.12.2015)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Vice-Presidentes

Pedro Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

Vogais

Rui Alexandre Pires Diniz

Rui Manuel Assoreira Raposo

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Paulo Jorge Cleto Duarte

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck

José Carlos Lopes Martins

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Vice-Presidente

Rui Alexandre Pires Diniz

Rui Manuel Assoreira Raposo

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Rui Manuel da Costa Ramalhal

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral

Vogais

José Luís Bonifácio Lopes

João Filipe de Moura-Braz Correa da Silva

Suplente

Miguel Luis Cortes Pinto de Melo



Comissão Executiva da José de Mello Saúde



ROC

Ernst & Young Audit & Associados, SROC
representado por Paulo Jorge Luís da Silva

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente

Vasco Alexandre Vieira de Almeida

Secretário

João Vieira de Almeida

UNIDADES DE SAÚDE

(INFORMAÇÃO A 31.12.2015)

HOSPITAL CUF INFANTE SANTO

CLÍNICA CUF BELÉM

CLÍNICA CUF MIRAFLORES

Catarina Marques da Rocha Gouveia

Administradora

HOSPITAL CUF DESCOBERTAS

CLÍNICA CUF ALVALADE

Maria João Guimarães José de Mello

Administradora

HOSPITAL CUF PORTO

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Presidente da Comissão Executiva

Gonçalo Marcelino

Administrador Executivo

Ana Luísa Cardoso

Administradora Executiva

HOSPITAL CUF TORRES VEDRAS

CLÍNICA CUF MAFRA

HOSPITAL CUF CASCAIS

CLÍNICA CUF SINTRA

CLÍNICA CUF S. DOMINGOS DE RANA

HOSPITAL CUF SANTARÉM

Maria Madalena P.C.V. Gomes Correia Neves

Administradora

HOSPITAL DE BRAGA

João António do Vale Ferreira

Presidente da Comissão Executiva

José Luís Ferreira de Carvalho

Administrador Executivo

Maria José Dias Mota Magalhães de Barros

Administradora Executiva

HOSPITAL VILA FRANCA DE XIRA

Vasco Luís de Mello

Presidente da Comissão Executiva

Pedro Bastos

Administrador Executivo

Maria João Germano

Administradora Executiva

INSTITUTO CUF PORTO

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Presidente da Comissão Executiva

Gonçalo Marcelino

Administrador Executivo

Ana Luísa Cardoso

Administradora Executiva

SAGIES

Francisco de Paula da Penha e Costa Malheiro Reymão

Administrador



CONSELHO MÉDICO
(INFORMAÇÃO A 31.12.2015)

Presidente

Maria da Piedade Sande Lemos Azcue
Hospital CUF Cascais

Jorge Manuel Alves Draper Mineiro
Hospital CUF Descobertas

João Carlos Lopes Simões Paço
Hospital CUF Infante Santo

Alberto Jorge Neves de Bessa Peixoto
Hospital de Braga

Vitor Manuel Lima Correia da Silva
Hospital CUF Porto

Carlos Manuel Pires de Pina
Hospital CUF Torres Vedras

José Valério Rodrigues Leite Pires
Instituto CUF

Carlos Alberto Rabaçal Silva
Hospital Vila Franca de Xira

António Júlio da Silva
Hospital CUF Santarém

José Inácio Guerreiro Fragata
Consultor Clínico da José de Mello Saúde

Cláudia Sofia Carvalho Simões
Diretora de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade da José de Mello Saúde

CONSELHO DE ENFERMAGEM
(INFORMAÇÃO A 31.12.2015)

Presidente

Fátima Faria

Hospital de Braga

Carlos José Gomes da Costa

Hospital CUF Descobertas

José António Oliveira Coelho

Hospital CUF Infante Santo

Maria José Lourenço

Hospital Vila Franca de Xira

Sara Maria Almeida Martins

Hospital CUF Porto e Instituto CUF Porto

Maria Benilde Rosário Folgado

Hospital CUF Torres Vedras

Célia Leitão

Hospital CUF Cascais

Maria Perpétua Bento Santos

José de Mello Residências e Serviços

Raquel Gueifão

Hospital CUF Santarém

Duarte Mendonça

Hospital CUF Viseu

Cláudia Sofia Carvalho Simões

Diretora de Desenvolvimento Organizacional e de Qualidade da José de Mello Saúde

CONSELHO DE ÉTICA
(INFORMAÇÃO A 31.12.2015)

Presidente

Paula Cristina Ruivo Duarte Martinho da Silva

Doutora Maria Isabel Semedo Carmilo Renaud

João Paulo Mouro Rosa Camilo Malta

Nuno João Amador Silvestre Carlos

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Fátima Faria

Presidente do Conselho de Enfermagem da José de Mello Saúde

Maria da Piedade Sande Lemos Azcue

Presidente do Conselho Médico da José de Mello Saúde



1.5. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A José de Mello Saúde é a plataforma de negócio do Grupo José de Mello para a área da Saúde. A José de Mello Saúde assume o compromisso de desenvolver uma estratégia empresarial de longo prazo que dê cumprimento à sua Missão, Visão e Valores e que promova simultaneamente uma atuação responsável e de defesa da sustentabilidade dos negócios em que participa.

1945

HOSPITAL CUF INFANTE SANTO

Hospital inovador com forte componente de responsabilidade social que servia, na época, 80 mil trabalhadores e familiares do Grupo CUF. Foi a primeira unidade da José de Mello Saúde.



1990

CLÍNICA CUF BELÉM

Aposta numa unidade de ambulatório diferenciada, alargando o âmbito de atuação ao longo da cadeia de valor.



1995

HOSPITAL FERNANDO FONSECA

Primeira experiência de gestão privada de um hospital público em Portugal.

2001

HOSPITAL CUF DESCOBERTAS

Alavancando na sua experiência de mais de 50 anos, e satisfazendo as necessidades do mercado, a José

de Mello Saúde consolida a sua imagem de referência na hospitalização privada em Lisboa. A abertura desta unidade representou, na altura, o maior investimento privado na área da Saúde em Portugal.

2003

CLÍNICA CUF ALVALADE

Expansão da área de ambulatório com enfoque na medicina física e reabilitação desportiva.

2006

CAMPOS COSTA/VALAB

Entrada no Porto marca o início da diversificação geográfica em Portugal. São unidades dedicadas à Imagiologia e Patologia Clínica, líderes no seu setor no Norte de país.



1.5. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO



2006

INSTITUTO MÉDICO CASCAIS

Consolidação da liderança na área ambulatoria com a aquisição de uma unidade em Cascais.



2006

GRUPO HOSPITALÁRIO QUIRÓN

Entrada em Espanha, através da aquisição de participação acionista em operador de referência daquele país.

2007

INSTITUTO CUF PORTO

Primeira unidade construída de raiz no Norte de Portugal, assentando numa forte diferenciação ao nível do corpo clínico e da tecnologia.



2008

CLÍNICA CUF TORRES VEDRAS

Alargamento da rede de clínicas fora dos grandes centros urbanos portugueses.

2008

CLÍNICA CUF CASCAIS

Aquisição de clínica ao Grupo Português de Saúde, com o objetivo de alargar a oferta na zona de Cascais.



2009

HOSPITAL DE BRAGA

Início da gestão do Hospital de Braga.

2010

HOSPITAL CUF PORTO

Maior hospital privado da zona norte do país, de elevada qualidade clínica.

2011

HOSPITAL VILA FRANCA DE XIRA

Início da gestão do Hospital Vila Franca de Xira.

2012

GRUPO HOSPITALÁRIO QUIRÓN

Venda da participação.



2014

CLÍNICA CUF MAFRA, CLÍNICA CUF S. DOMINGOS DE RANA E CLÍNICA CUF SINTRA

Abertura de clínicas de proximidade.



2015

DR. CAMPOS COSTA

Venda de participação.

CLÍNICA CUF MIRAFLORES

Abertura.

HOSPITAL CUF SANTARÉM

Abertura.



1.6. FACTOS RELEVANTES DA ATIVIDADE EM 2015

Em 2015, ano em que a José de Mello Saúde festejou o seu 70º aniversário, verificaram-se a um conjunto de acontecimentos relevantes para a história do Grupo. Segue-se uma breve descrição dos eventos que merecem maior destaque.

Expansão

Compra do terreno e anúncio da abertura do Hospital CUF Tejo

A José de Mello Saúde anunciou que vai construir um novo hospital em Lisboa, o Hospital CUF Tejo, que vai nascer em 2018, em Alcântara, e cujo projeto, da autoria do arquiteto Frederico Valsassina, representa um investimento de mais de 100 milhões de euros. Com 75 mil metros quadrados de área, a nova unidade foi desenhada de raiz para combater e tratar as Doenças do Futuro.

O projeto do Hospital CUF Tejo resulta de uma perspetiva que aliou a experiência e saber de 70 anos das equipas clínicas e das equipas de gestão da José de Mello Saúde, aliada à adoção das melhores práticas

internacionais em hospitais de referência e também do que está ainda a ser desenvolvido pelos diferentes parceiros da indústria e que terá impacto no setor da saúde.

Aquisição e início da gestão do Hospital CUF Santarém

Após o anúncio do acordo para a aquisição do Hospital Privado de Santarém, em março de 2015, a José de Mello Saúde iniciou no dia 1 de julho a gestão do hospital, com a assinatura do contrato de aquisição desta unidade, agora conhecida como Hospital CUF Santarém. Esta foi a concretização de mais um importante passo na estratégia de crescimento e expansão geográfica da José de Mello Saúde. Esta unidade de saúde dispõe de 24 camas, três salas de bloco e 14 gabinetes de consulta, podendo servir oito concelhos da região e uma população de mais de 190 mil habitantes.

Abertura da Clínica CUF Miraflores

A José de Mello Saúde abriu, no decorrer do primeiro trimestre de 2015, uma nova clínica em Miraflores, concelho de Oeiras. A Clínica CUF Miraflores é uma unidade de ambulatório e trabalha em articulação com o Hospital CUF Infante Santo. Com cerca de mil metros quadrados, divididos em dois pisos, a Clínica CUF Miraflores dispõe de nove gabinetes de consulta, dois gabinetes de exames, uma sala de tratamentos e uma sala de pensos, para além de



postos de colheita de análises clínicas e de um serviço de imagiologia dotado de RX, Ecografia e TAC, funcionando seis dias por semana em horário alargado.

Foco na qualidade do serviço como elemento basilar da proposta de valor do Grupo

Hospital de Braga conquista prémio máximo do SINAS em sete áreas

O Hospital de Braga voltou a ser distinguido com resultados de excelência pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS), através do estudo do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), tendo obtido o nível III de excelência clínica, o mais elevado do sistema, em sete áreas clínicas. O Hospital de Braga é, assim, o único e o melhor classificado hospital do país com excelência clínica em sete áreas distintas. Na dimensão excelência clínica, o Hospital de Braga obteve a classificação máxima (nível III) nas áreas de neurologia, cirurgia, cirurgia geral, cardiologia, ortopedia (correção cirúrgica do fémur), obstetrícia e cuidados intensivos.

Hospital Vila Franca de Xira conquista prémio máximo do SINAS em quatro áreas

O Hospital Vila Franca de Xira recebeu a classificação máxima de excelência clínica, em cirurgia de ambulatório, cuidados intensivos, ginecologia, ortopedia e, ainda, a nível de segurança do doente.

IASIST reconhece Hospital de Braga como um dos cinco melhores Hospitais do SNS

A IASIST, empresa de benchmarking hospitalar, atribuiu ao Hospital de Braga o primeiro lugar no seu grupo de referência de hospitais de média/grande dimensão, colocando esta unidade entre as cinco melhores do Serviço Nacional de Saúde.

A atribuição dos prémios teve por base a avaliação de três dimensões: qualidade assistencial, eficiência e adequação.

Experiência do Cliente

Contact Center CUF muda de instalações

O contact center da CUF mudou de instalações para a zona oriental de Lisboa, no edifício Entreposto.

A alteração da localização do contact center prendeu-se com a vontade de melhorar as condições para os colaboradores e também com a necessidade de fazer face ao crescimento da organização. O novo contact center conta com um espaço especialmente projetado para permitir zonas de trabalho amplas e agradáveis, espaços de lazer, salas de reuniões, salas de formação e uma área específica para as refeições, num total de cerca de dois mil metros quadrados.

O processo de mudança de instalações decorreu em dezembro, tendo sido transferidos cerca de 250 colaboradores.



Prémios

Grande Prémio de Marketing M&P 2015

A campanha de publicidade da CUF, realizada por ocasião dos 70 anos da marca, foi distinguida ao vencer quatro galardões dos prémios Marketing M&P 2015. Paula Brito Silva, Diretora de Marketing da José de Mello Saúde, foi eleita Marketeer do Ano.

A campanha premiada foi desenvolvida pela Direção de Marketing da José de Mello Saúde, com a agência de publicidade BAR e a agência de meios OMD.

Os resultados dos prémios Marketing M&P 2015 foram revelados em dezembro de 2015, tendo a CUF recebido os seguintes galardões:

1. Marketeer do ano – Paula Brito Silva
2. Grande Prémio de Marketing
3. Setor de Atividade Saúde & Bem-estar - Ouro
4. Meios/ Imprensa - Ouro
5. Campanha Multimeios/Integrada - Prata

Prémio “Escolha do Consumidor’16”

A CUF foi distinguida com o prémio “Escolha do Consumidor’16” da ConsumerChoice, na categoria de Hospitais Privados. Numa comparação estabelecida entre os maiores grupos privados de Saúde em Portugal,

a CUF vence em oito dos 12 critérios de avaliação, com uma média total de 9,32 em 10 pontos.

A “qualidade dos serviços médicos”, a “rapidez de atendimento”, a “capacidade de resposta/resolução de todos os problemas”, as “especialidades que inclui”, a “qualidade das instalações”, a “honestidade na apresentação de faturas”, o “horário” e as “parcerias com seguradoras” foram os critérios mais valorizados na CUF pelos consumidores, de acordo com o prémio “Escolha do Consumidor”.

Grande Prémio da APCE na categoria Relatório de Sustentabilidade

A José de Mello Saúde venceu ainda o Grande Prémio da Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE) na categoria “Relatório de Sustentabilidade”, atribuído na Gala de Proclamação dos Vencedores do Grande Prémio APCE 2015, que distingue a excelência na comunicação organizacional em Portugal.

A APCE é uma associação de referência nas áreas da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas em Portugal, contando com mais de 80 empresas associadas de destaque no panorama nacional.

O Relatório de Sustentabilidade da José de Mello Saúde tem uma periodicidade anual e fornece uma análise integrada dos impactos económicos, ambientais e sociais da sua atividade. O documento é elaborado segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e descreve as principais atividades, informação e indicadores de desempenho considerados relevantes para o exercício em causa.



Prémio Saúde Sustentável

O Hospital de Braga venceu o 'Prémio Saúde Sustentável', na categoria "Cuidados Hospitalares".

O Prémio, promovido pelo Jornal de Negócios e a Sanofi, tem como objetivo distinguir e premiar entidades, individuais ou coletivas, públicas ou privadas, prestadoras de cuidados de saúde, que se tenham destacado por promover e implementar princípios e ações de sustentabilidade com impacto tangível na saúde. Os critérios de avaliação analisaram temas como a qualidade clínica e resultados em saúde, a experiência do utente, a responsabilidade ambiental, a sustentabilidade económico-financeira e a inovação tecnológica dos serviços.

Prémio Excelência na Saúde do Kaizen Institute

O Kaizen Institute e a Sociedade Portuguesa para a Qualidade na Saúde atribuíram o prémio Excelência na Saúde à primeira fase do projeto do circuito logístico do medicamento, desenvolvido nas unidades de farmácia da José de Mello Saúde. Este projeto teve como objetivo reorganizar o circuito logístico do medicamento das farmácias e envolveu mais de 50 colaboradores das equipas da Direção de Farmácia, com o apoio das direções Financeira, Logística e Sistemas de Informação. As iniciativas decorreram no Hospital CUF Porto, Hospital CUF Descobertas, Hospital CUF Infante Santo, Hospital CUF Torres Vedras, Hospital CUF Cascais e Hospital Vila Franca de Xira.

Investigação Clínica

Em 2015 registou-se um aumento superior a 50% no número de ensaios clínicos a decorrer nas unidades da José de Mello Saúde. Adicionalmente, no final do ano encontravam-se em processo de aprovação mais 33 ensaios clínicos.

| Nº de Ensaio Clínicos | 2014 | 2015 |
|--|-----------|-----------|
| Hospital CUF Descobertas | 9 | 6 |
| Hospital CUF Infante Santo | 3 | 1 |
| Hospital CUF Porto/Instituto CUF Porto | 6 | 9 |
| Hospital de Braga | 17 | 37 |
| Hospital Vila Franca de Xira | 5 | 9 |
| Total | 40 | 62 |



1.7. PERSPETIVAS PARA 2016

Ainda que moderados, o crescimento esperado para a economia portuguesa em 2016, em conjunto com a melhoria de outros indicadores, como seja a taxa de desemprego, antecipam um contexto macroeconómico que poderá ser mais favorável.

Ainda assim, no setor da saúde, prevê-se a continuação da pressão financeira que se tem vindo a sentir nos últimos anos sobre as operações dos prestadores de cuidados de saúde, tanto privados como públicos. A tendência decrescente do peso, no PIB, da despesa corrente em saúde, traduz uma maior pressão nas fontes de financiamento. Esta pressão também se coloca ao nível da crescente exigência de capital. Os permanentes avanços da medicina requerem um alargamento constante das capacidades de intervenção dos prestadores, bem como a modernização de equipamentos clínicos e também investimentos superiores em fármacos e terapêuticas inovadoras.

No setor público, estes constrangimentos traduzem-se numa maior exigência ao nível da eficiência e controlo da operação. Em 2016, para ir de encontro a esta preocupação, as duas parcerias público-privadas da José de Mello Saúde (Hospital de Braga e Hospital Vila Franca de Xira), estarão focadas em introduzir iniciativas para otimizar e monitorizar processos e procedimentos internos. As áreas de maior enfoque serão o internamento e os protocolos clínicos.

No setor privado estas pressões conduzirão a um aumento do movimento de consolidação de prestadores de menor dimensão, com a captura de atividade assistencial por parte dos operadores maiores.

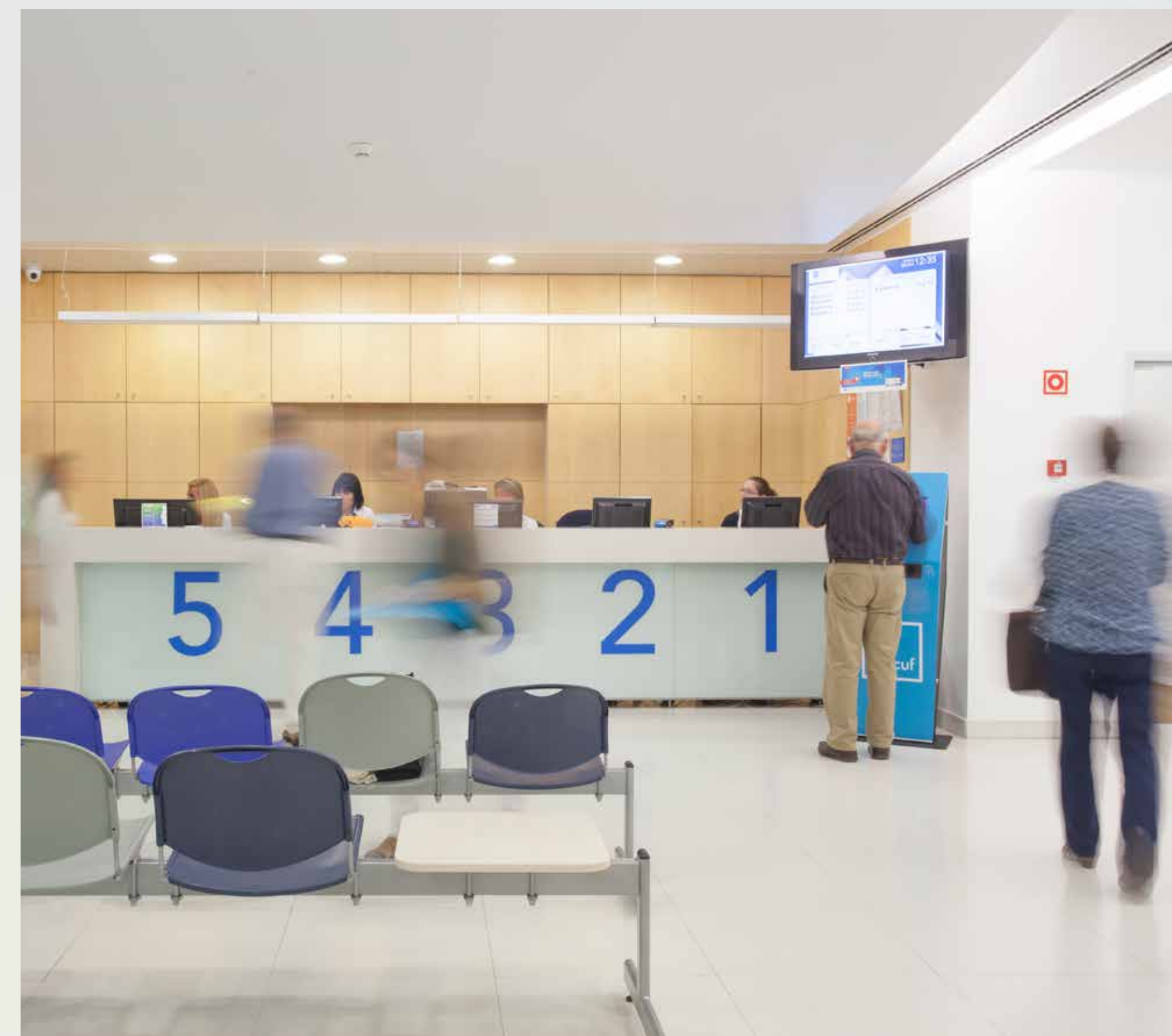
A José de Mello Saúde terá certamente um papel ativo na consolidação do setor, tendo desde já um pipeline de oportunidades que visam reforçar as suas capacidades em áreas geográficas onde a sua presença é ainda limitada.



O reforço da presença física da José de Mello Saúde passa também por abrir novas unidades e expandir as existentes. A este respeito e sem prejuízo de outros - serão executados os seguintes projetos em 2016: (i) abertura de uma clínica de proximidade no Grande Porto (que funcionará em articulação com o Hospital CUF Porto); (ii) continuação do projeto de expansão do Hospital CUF Descobertas, que dotará esta unidade de uma maior capacidade de internamento e de ambulatório; (iii) início da construção do Hospital CUF Tejo, concebido para ser uma referência nacional para patologias complexas como as neurociências e cardiovasculares; (iv) abertura do Hospital CUF Viseu.

A José de Mello Saúde acredita que o seu projeto clínico, bem como a experiência que confere aos seus clientes, são dois elementos centrais da sua proposta de valor.

Em 2016, a José de Mello Saúde continuará focada em garantir que a atividade clínica se processa de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e a dinamizar áreas de especialização clínica nas principais unidades, com o objetivo de atingir níveis de qualidade clínica de excelência. O compromisso absoluto da José de Mello Saúde com o cliente levou à implementação de um novo desafio, onde a saúde do doente é gerida de uma forma ativa, multidisciplinar e num contexto digital. Para este efeito, foi criado em 2014, o projeto “Novo Modelo de Relacionamento com o Cliente” que visa conhecer melhor o cliente e melhorar a sua experiência nas diferentes interações com as unidades CUF. O projeto, que começou com um piloto no Hospital CUF Torres Vedras, tem recebido uma aceitação muito positiva por parte de clientes e funcionários, sendo que no próximo ano será estendido a outras unidades da José de Mello Saúde.



1.8. VISÃO, MISSÃO E VALORES

A identidade da José de Mello Saúde caracteriza-se pela sua missão, pelos seus valores e pelos objetivos que se propõe atingir.

Visão:

Ser líder na prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada numa rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no setor privado como no setor público, apresentando opções de crescimento em mercados internacionais selecionados.

Missão:

Promover a prestação de serviços de saúde com os mais elevados níveis de conhecimento, respeitando o primado da vida e o ambiente, através do desenvolvimento do capital intelectual das organizações, numa busca permanente do melhor.

Para concretizar a sua Missão a José de Mello Saúde desenvolve a sua atividade com base em três plataformas de excelência:

○ A excelência em talento humano

- Transmissão e fomento dos valores do Grupo
- Avaliação e recompensa do desempenho
- Gestão atenta e desafiante do percurso profissional de cada colaborador

- Fomento de uma cultura de responsabilização, exigência, rigor e concretização
- Partilha de conhecimento e trabalho em equipa

○ A excelência em serviço

- Desenvolvimento de centros de excelência clínica
- Gestão da relação com o cliente
- Humanização dos cuidados
- Melhoria constante de níveis de serviço

○ A excelência em operações e sistemas

- Desenvolvimento permanente de capacidades de inovação e planeamento
- Melhoria contínua de processos
- Aumento sistemático de produtividade
- Aposta forte em tecnologias clínicas e de informação
- Controlo rigoroso de custos

Valores:

Os colaboradores têm responsabilidades acrescidas na consolidação da identidade da José de Mello Saúde através da afirmação e transmissão dos seus valores:

- Respeito pela Dignidade e Bem-Estar da Pessoa
- Desenvolvimento Humano
- Competência
- Inovação



1.9. ÉTICA

A ética é um valor distintivo no código genético do Grupo José de Mello e, também, na José de Mello Saúde.

O respeito pelos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros, os princípios de boa gestão e transparência são alguns dos aspectos que traduzem a nossa ética empresarial.

Na José de Mello Saúde, enquanto entidade prestadora de cuidados de saúde, as questões éticas assumem ainda mais relevo, daí que um dos valores que orientam a sua atividade sejam o respeito pela dignidade e bem-estar da pessoa.

Essa preocupação central com as questões éticas motivou a criação de um Código de Ética, transversal a todas as unidades, bem como a criação do Conselho de Ética - um órgão consultivo da Comissão Executiva da José de Mello Saúde - que tem, entre as suas atribuições, a responsabilidade pela análise, no plano ético, das questões suscitadas pelos progressos científicos, evolução social e atividade legislativa, nos domínios da biologia, da medicina ou da saúde em geral.

A par do Conselho de Ética, as unidades de saúde de maior dimensão têm uma Comissão de Ética própria, nos termos da lei. Esta Comissão é composta por elementos internos, a par de personalidades externas com conhecimentos profundos sobre as matérias da ética.



2. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

2.1. EXCELÊNCIA CLÍNICA

A José de Mello Saúde assume, como prioridade estratégica, a qualidade clínica e a segurança do doente, estabelecendo um compromisso firme e visível de toda a gestão de topo neste sentido, reforçando a proposta de valor que pretende ser diferenciadora e centrada no doente.

Desta forma, em 2015, a José de Mello Saúde:

- Criou um Grupo de Normas Transversais, como extensão do Conselho Médico, no sentido da uniformização de práticas e protocolos clínicos, reforçando o modelo de operador único;
- Consolidou a realização de reuniões clínicas de morbilidade e mortalidade;
- Adaptou a estrutura do controlo de infeção à legislação constituindo Grupos de Coordenação Local do Programa de Prevenção de Infeção e Resistências aos Antimicrobianos em todas as suas unidades;
- Desenvolveu um dashboard de indicadores de vigilância epidemiológica suportada na operacionalização da plataforma HEPIC;
- Determinou o perfil de sensibilidade aos antimicrobianos no sentido de reforçar o desenvolvimento do Programa de Apoio à Prescrição de Anti microbianos;
- Consolidou a participação no Programa de Benchmarking Externo - Iametrics, apresentando nesta data resultados abaixo do padrão espera do de resultados com ajuste ao risco;

- Reforçou a participação das suas unidades no Programa do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), patrocinado pela Entidade Reguladora da Saúde;
- Publicou o documento Relatório da Qualidade Clínica 2014, testemunho renovado da transparência assumida nesta matéria.

Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS)

A publicação de janeiro de 2016 do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) referente ao ano de 2014, evidencia o cumprimento de todas as unidades José de Mello Saúde em todos os parâmetros de qualidade exigidos e nas dimensões em avaliação: excelência clínica, segurança do doente, instalações e conforto, focalização no utente e satisfação do utente.



Todas as Unidades Hospitalares da José de Mello Saúde têm as 5 estrelas no 1º nível de avaliação

| | Excelência Clínica | Segurança do Doente | Conforto das Instalações | Satisfação do Utente | Focalização no Utente |
|------|--------------------|---------------------|--------------------------|----------------------|-----------------------|
| HCD | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |
| HCIS | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |
| HCP | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |
| HCC | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |
| HCTV | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |
| HB | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |
| HVFX | ★ | ★ | ★ | ★ | ★ |

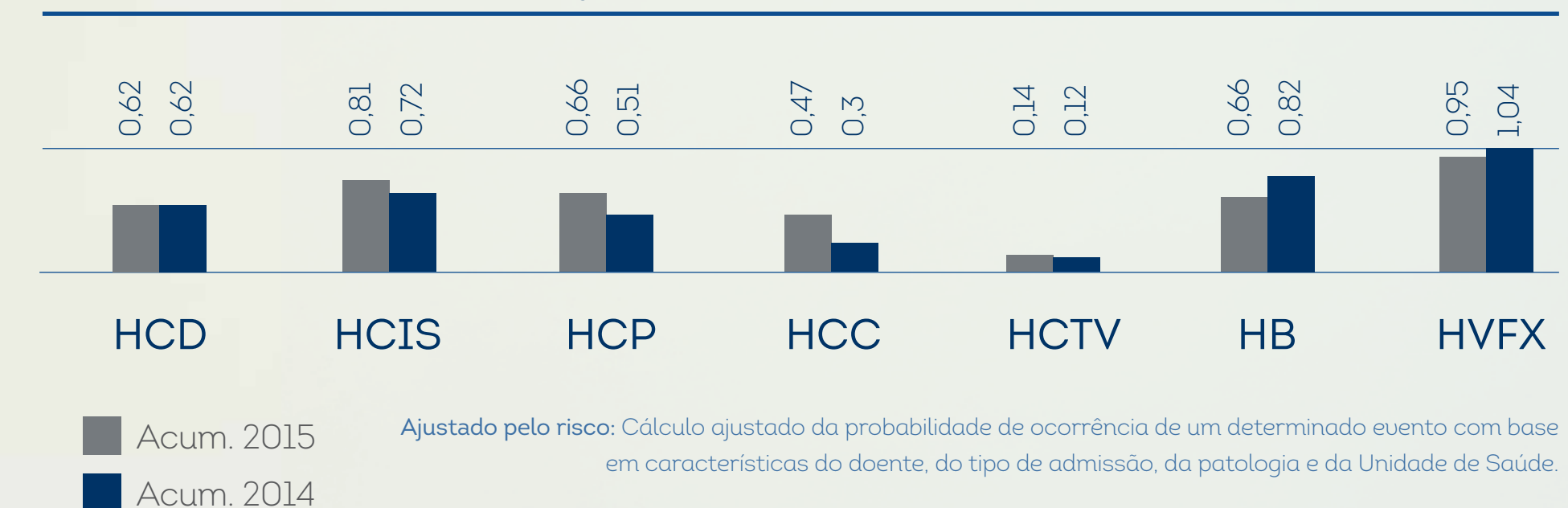
★ Prestador cumpre com todos os parâmetros de qualidade exigidos

HCD - Hospital CUF Descobertas | HCIS - Hospital CUF Infante Santo | HCP - Hospital CUF Porto | HB - Hospital Braga
HVFX - Hospital Vila Franca de Xira | HC - Hospital CUF Cascais | HCTV - Hospital CUF Torres Vedras

A José de Mello Saúde reforçou a área da excelência clínica com a obtenção da classificação mais elevada (3+) em áreas médicas como enfarte agudo do miocárdio (Hospital de Braga) e acidente vascular cerebral (Hospital de Braga), mas também nas áreas cirúrgicas, cirurgia de ambulatório (Hospital CUF Cascais), ginecologia (Hospital CUF Infante Santo e Hospital Vila Franca de Xira) e ortopedia (Hospital de Braga e Hospital Vila Franca de Xira). Destacando ainda áreas específicas como as unidades de cuidados intensivos e a obstetrícia (Hospital de Braga e Hospital Vila Franca de Xira), igualmente com a obtenção da classificação mais elevada.

Relativamente aos resultados globais da qualidade clínica as unidades da José de Mello Saúde assumiram em 2015 um quadro global muito positivo de resultados dos índices de demora média, mortalidade e readmissões ajustados ao risco, quer nos valores absolutos quer na comparação com o benchmark.

IMAR - Índice de Mortalidade ajustado pelo Risco



Segurança do Doente

A José de Mello Saúde reforçou, em 2015, o eixo de desenvolvimento e compromisso na segurança do doente, através de diversas ações, nomeadamente:

- Envolvimento total da gestão de topo na eliminação ou mitigação de riscos major na área assistencial do cliente, na prática dos profissionais e no ambiente hospitalar;
- Consolidação da gestão e análise de eventos quase-incidentes e eventos adversos;
- Lançamento de campanha de prevenção de quedas
 - Implementação da escala Humpty Dumty de avaliação do risco de queda do cliente pediátrico;
 - Integração de meios auxiliares de prevenção de quedas;
 - Reforço da formação aos profissionais de saúde;
 - Envolvimento e informação dirigida ao cliente e familiares.

Gestão da Qualidade

A José de Mello Saúde manteve, a aposta na manutenção do reconhecimento externo dos sistemas de gestão da qualidade das suas unidades. Em 2015, as unidades CUF asseguraram as certificações de acordo com o referencial ISO 9001:2008, do Hospital CUF Infante Santo, do Hospital CUF Descobertas, do Hospital CUF Torres Vedras, da Clínica CUF Mafra, do Hospital CUF Cascais, da Clínica CUF São Domingos de Rana, do Hospital

CUF Porto e do Instituto CUF Porto.

O Hospital de Braga reconquistou a acreditação global pelo modelo CHKS



e a certificação pela ISO 9001:2008 dos serviços de suporte à prestação de cuidados de saúde. Para além destas metas, o Hospital de Braga manteve a certificação OHSAS 18001, assim como a certificação ambiental pela norma ISO 14001.

O Hospital Vila Franca de Xira manteve a certificação do seu sistema de gestão da qualidade nos serviços de suporte à prestação de cuidados de saúde e alargou o âmbito desta certificação a alguns dos seus serviços clínicos, de acordo com a norma ISO 9001:2008. O sistema de gestão ambiental desta unidade manteve também a certificação conferida pela evidência do cumprimento da ISO 14001.

No plano da acreditação hospitalar o Hospital Vila Franca de Xira viu a Joint Commission International revalidar a acreditação obtida no ano anterior, após a realização da visita anual desta entidade ao hospital.

2.2. EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

Para além de várias melhorias incrementais introduzidas na experiência do cliente ao longo da cadeia de valor, iniciou-se um projeto-piloto de um novo modelo de relacionamento administrativo com o cliente.

Durante o projeto-piloto foram identificados benefícios claros, percebidos pelos clientes e pelos colaboradores e que se materializaram, entre outros, na melhoria de indicadores de atendimento administrativo: redução dos tempos de espera e dos tempos de atendimento e redução



do número de idas à receção.

Dados os benefícios já alcançados, pretende-se, durante o ano de 2016, alargar este modelo a outras unidades de forma a melhorar a experiência de todos os clientes, permitindo conhecê-los, apoiá-los melhor e ter uma gestão mais eficiente do atendimento.

Paralelamente à revisão do modelo de atendimento administrativo, pretende-se avançar para a implementação de um modelo de gestão de experiência do cliente que, através da monitorização em tempo real de indicadores de processo e do nível de satisfação dos clientes, permita apostar em soluções de melhoria contínua da sua experiência.

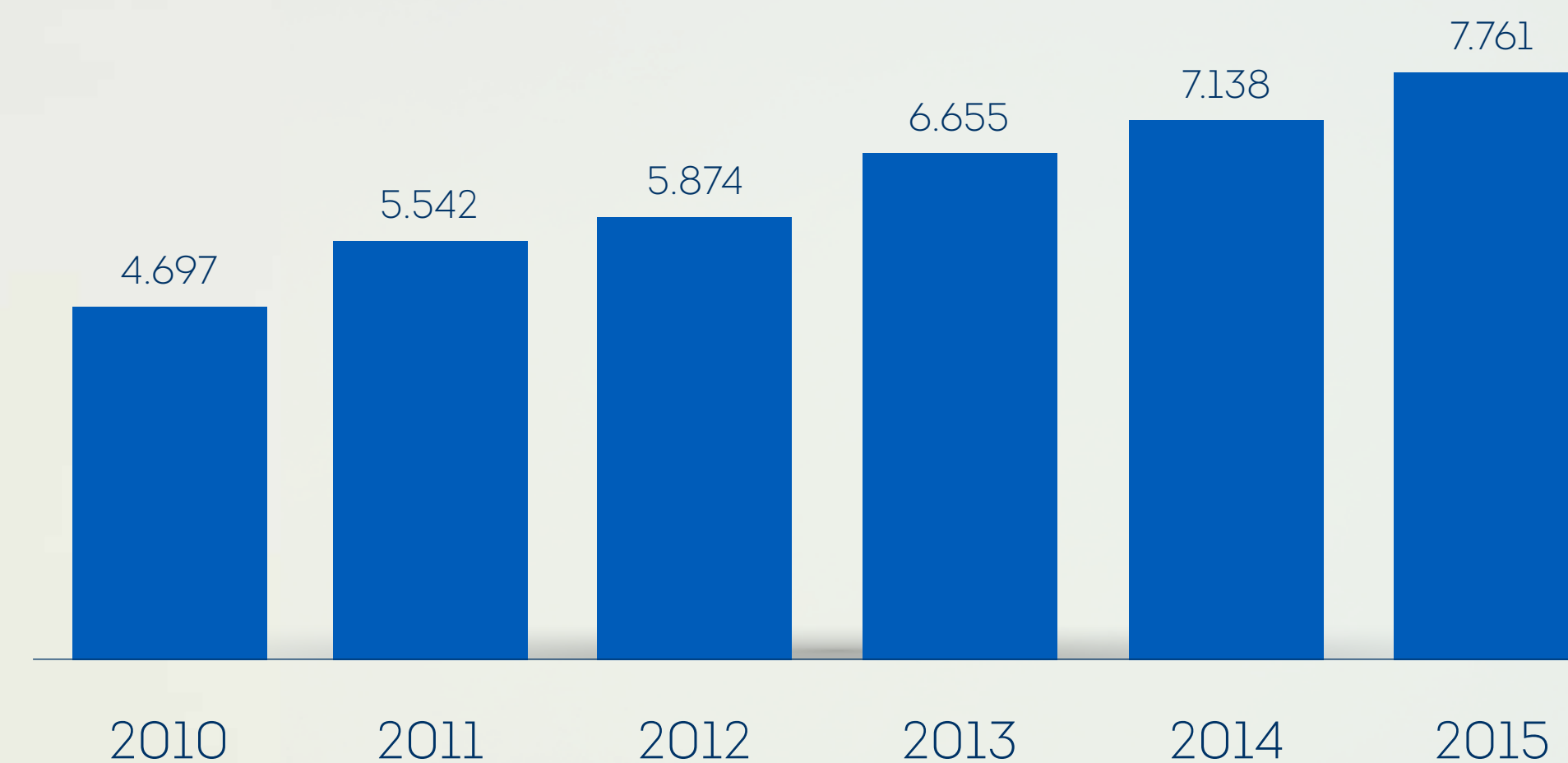
2.3. TALENTO HUMANO

À semelhança do que se tem vindo a observar nos últimos anos e acompanhando o crescimento da José de Mello Saúde no seu setor de atividade em Portugal, verificou-se um aumento considerável do número de colaboradores. Este deveu-se não só ao crescimento orgânico dos dois hospitais em regime de parceria público-privada em Braga e Vila Franca de Xira, mas também à expansão da presença da José de Mello Saúde no território nacional.

No final do ano de 2015, a José de Mello Saúde contava com mais de 7.700

colaboradores.

Evolução do número de colaboradores



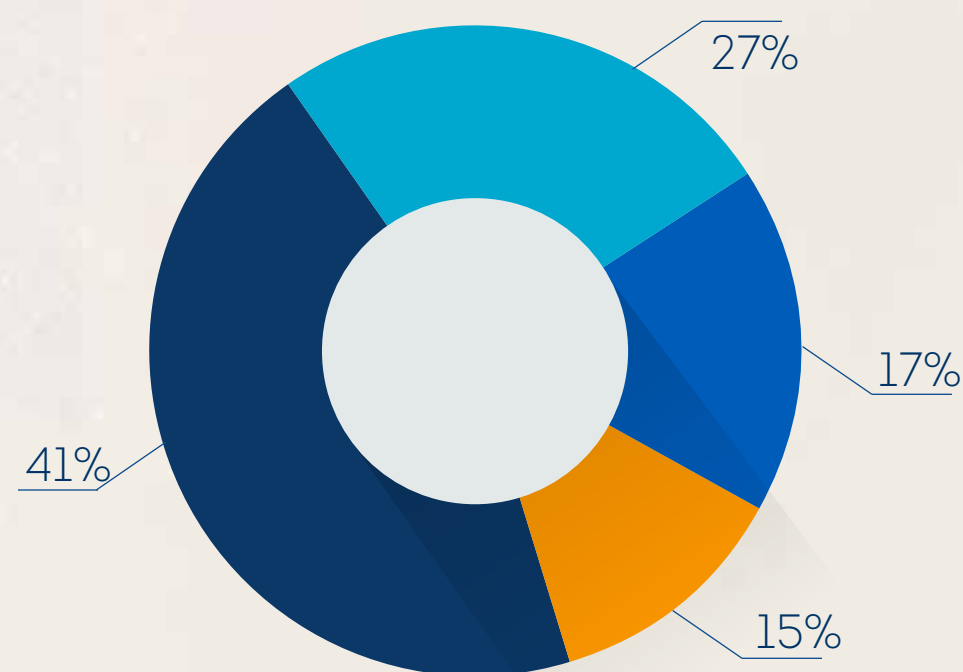


Caracterização do universo de colaboradores da José de Mello Saúde

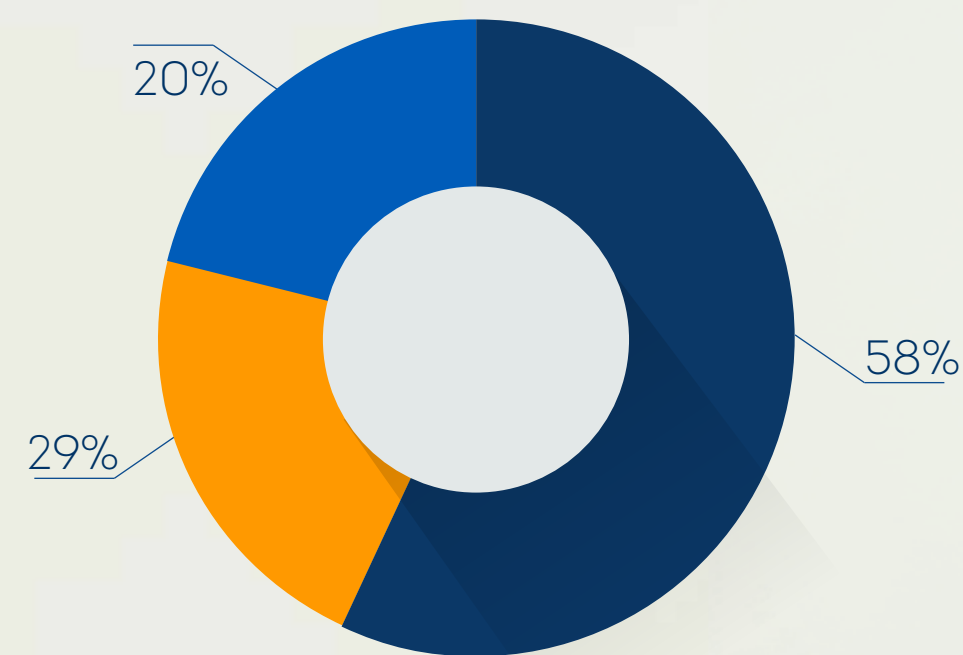
Antiguidade

Habilitações

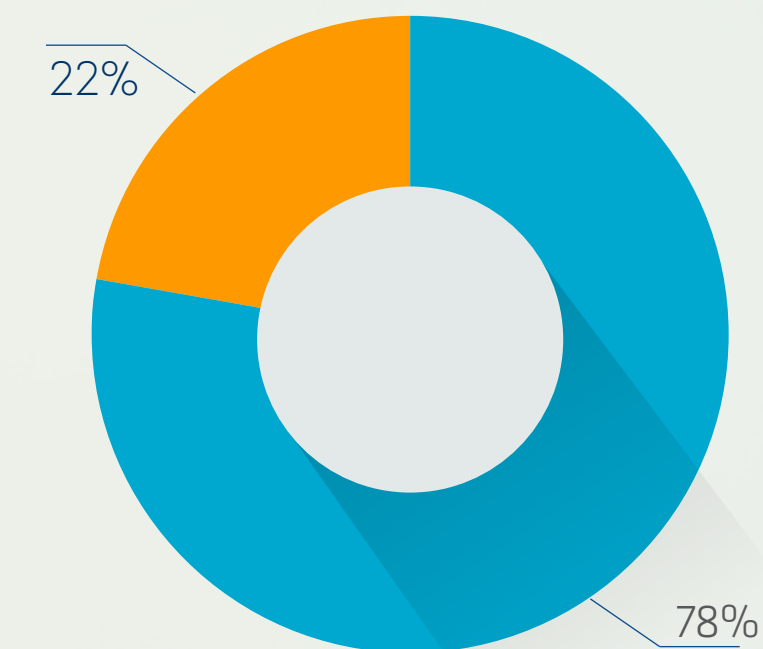
Distribuição por Género



- até 2 anos
- de 2 a 4 anos
- de 4 a 6 anos
- mais de 6 anos



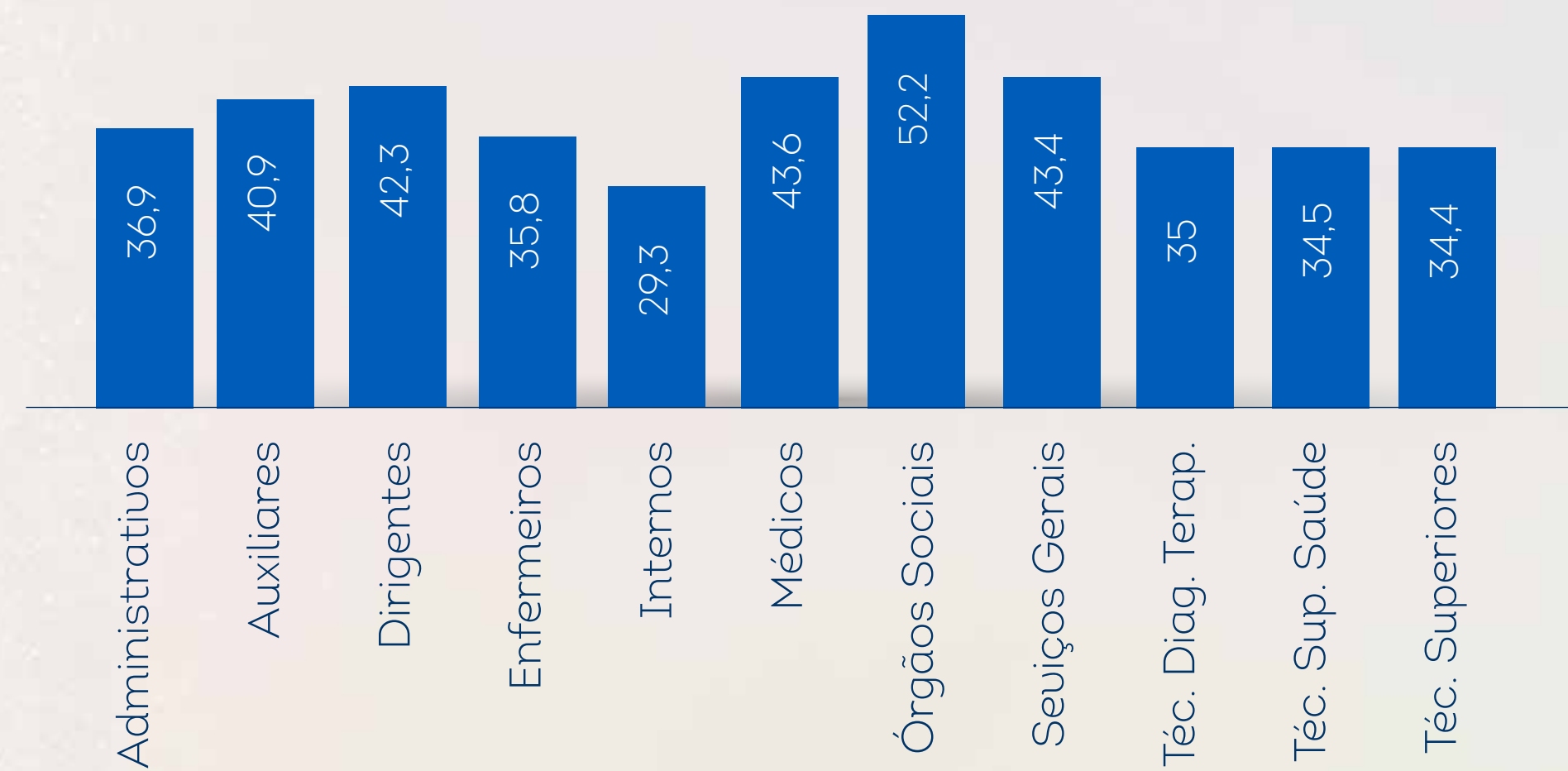
- Ensino Básico
- Ensino Secundário/Profissional
- Ensino Superior



- Masculino
- Feminiano



Média de idades por grupo profissional



Cultura e Valores da José de Mello Saúde

A José de Mello Saúde acredita que os colaboradores são um elemento determinante na concretização da sua visão e que uma adequada gestão do talento contribui fortemente para um futuro sustentável. Fortalecer a cultura, partilhando os mesmos valores e princípios que se traduzem em políticas transversais de atuação, é um dos pilares das políticas de Recursos Humanos da José de Mello Saúde. Desde a admissão na José de Mello Saúde que é partilhada com todos os colaboradores a sua história e identidade. Pretende-se, desta forma, fomentar e promover a cultura e valores da José de Mello Saúde, através da realização de atividades regulares de formação comportamental, programas de integração de novos colaboradores, encontro de quadros, entre outras.





Gestão do Talento

Atrair e reter talento de forma integrada, através de um processo sistemático de identificação, avaliação, desenvolvimento e retenção dos colaboradores com potencial de crescimento e comprometidos com a nossa missão e valores é mais um pilar da política de Recursos Humanos da José de Mello Saúde.

Desde 2009 que a José de Mello Saúde, tem vindo a apostar fortemente em programas de gestão do talento e desenvolvimento das suas pessoas.

Como exemplo da política de identificação e atração de talento, importa referir o “ Programa +Talento”, que tem como objetivo atrair jovens com alto potencial de desenvolvimento, vindos de reconhecidas escolas de gestão.

A aposta no talento é feita transversalmente tendo em conta as funções críticas, aliadas aos desafios e objetivos estratégicos da organização.

Formação

A José de Mello Saúde está fortemente empenhada em promover a capacitação e o desenvolvimento dos seus colaboradores.

Para tal, conta com a Academia CUF, a unidade de negócio responsável pela atividade formativa e científica para todas as unidades privadas e em parceria público-privada da José de Mello Saúde e outras entidades externas que a ela recorram com vista a desenvolver competências através da formação qualificada na área da saúde.

A Academia CUF tem como missão assegurar o desenvolvimento, atualização e aperfeiçoamento de competências dos profissionais de saúde através de programas de formação sustentados nas melhores e nas mais avançadas práticas, com a finalidade de promover a investigação e a excelência no exercício profissional.

Em 2015, a José de Mello Saúde reafirmou a sua aposta na formação, promovendo a permanente atualização e inovação dos profissionais de saúde e da comunidade médica e científica. Assim, a aposta nesta área tem sido uma preocupação da Academia CUF que, em 2015, contabilizou quase 125.000 horas de formação, o que corresponde a um aumento



de aproximadamente 40% comparativamente ao ano anterior.

Avaliação de Desempenho

Gerir o desempenho, estimulando e premiando os comportamentos que contribuam para atingir os objetivos desafiantes e alinhados com a sua estratégia, é um dos pilares mais importantes da política de Recursos Humanos da José de Mello Saúde.

Com o crescimento que se tem verificado nos últimos anos e com o foco na preocupação com as pessoas, a José de Mello Saúde fez recair o seu reforço na melhoria das políticas de gestão de desempenho de recursos humanos. De destacar a revisão do modelo de avaliação de desempenho e política de remunerações, alinhada e enquadrada nas políticas da organização, bem como a implementação de novos sistemas de apoio à avaliação.

Recrutamento

Na sequência do crescimento da José de Mello Saúde, foram admitidos, em 2015, mais de 2 mil novos colaboradores para as diferentes unidades de saúde. Estes valores refletem não só o reforço das equipas já existentes (essencialmente nos dois hospitais em regime de parceria público-privada), mas também a aquisição do Hospital Privado de Santarém, assim como a abertura de mais uma clínica de proximidade em Miraflores, no seguimento da aposta da José de Mello Saúde em facilitar o acesso das

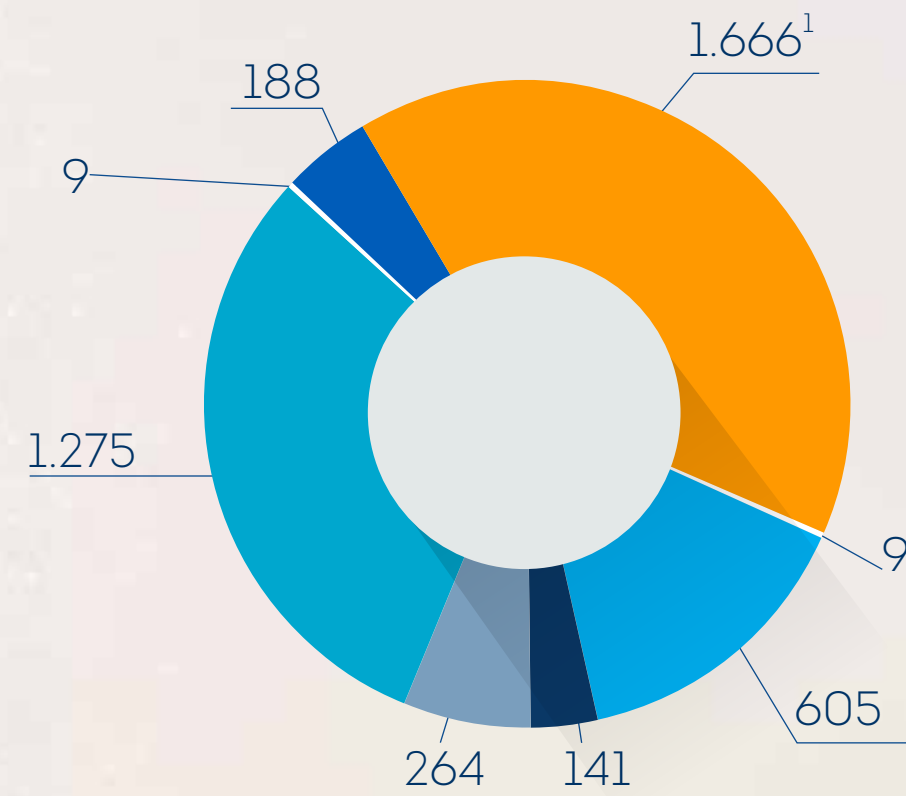
populações a cuidados de saúde diferenciadores.

Estágios

A José de Mello Saúde considera estratégicos para o desenvolvimento da atividade de prestação de cuidados de saúde o investimento no ensino, a cooperação com as instituições universitárias, assim como a aposta na formação pré-graduada. Em 2015, a José de Mello Saúde recebeu mais de 4 mil estagiários nas mais diversas áreas de formação. Entre estes destacam-se os estágios de medicina e enfermagem com um peso face ao total de 40% e 31%, respetivamente.

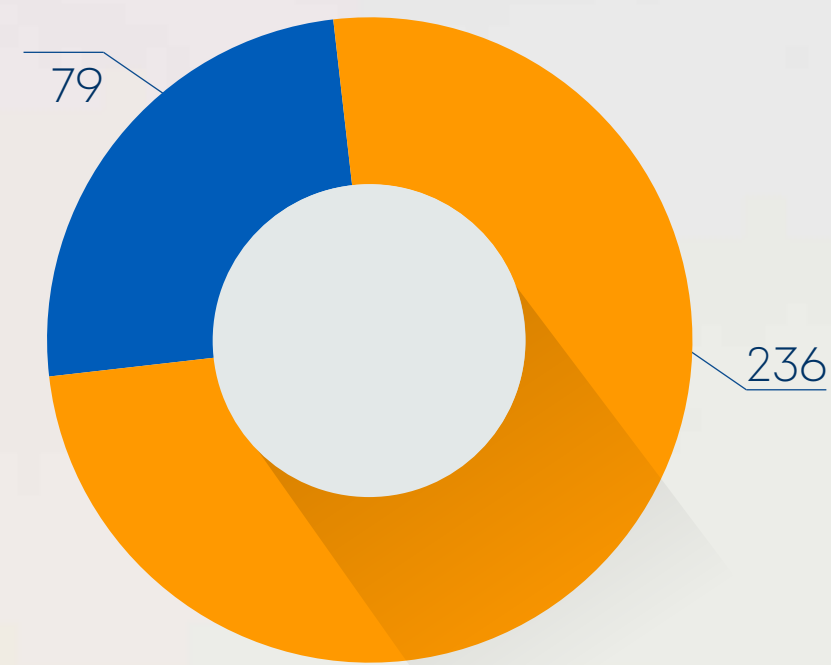


Nº de Alunos e Estagiários



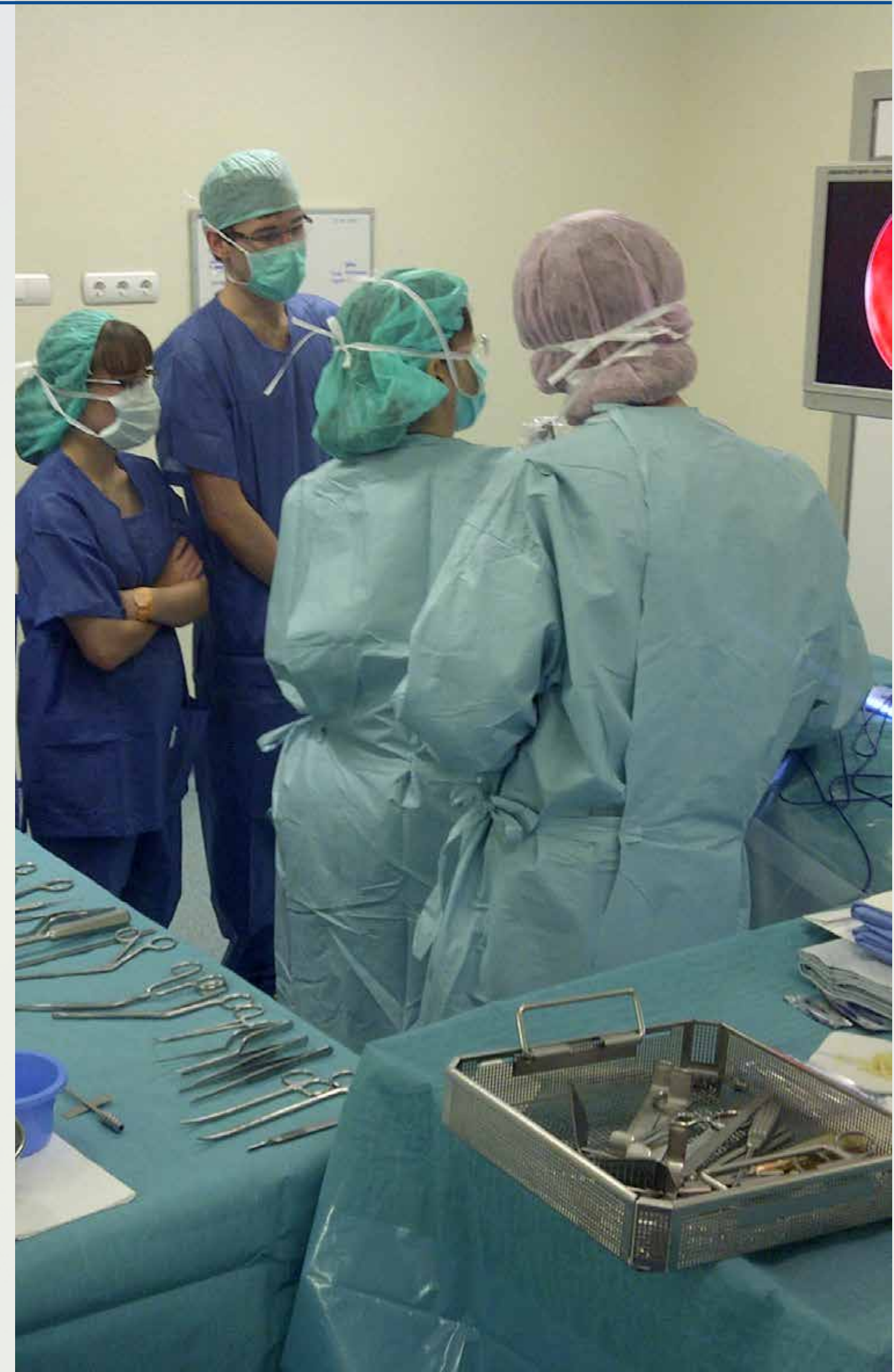
- Assistentes Operacionais e de Ação Médica
- Assistentes Técnicos ADM
- Enfermeiros
- TDT'S
- Técnico Superior de Saúde
- Médicos
- Outros Estágios
- Alunos de Medicina¹

Nº de Internos



- Especialidade
- Ano Comum

¹Alunos de Medicina que passaram pelas unidades José de Mello Saúde



2.4. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A José de Mello Saúde definiu como um dos seus eixos estratégicos o desenvolvimento de uma política de sustentabilidade financeira e de uma estrutura de capital sólida e adequada à sua estratégia de crescimento. Esta política tem passado nos últimos anos por uma gestão ativa do seu perfil de dívida, quer no que concerne à diversificação das suas fontes de financiamento, quer no que respeita ao prolongamento dos prazos de maturidade da mesma.

Fruto desta política e da sua posição financeira sólida, a José de Mello Saúde tem sido capaz de aceder a meios de financiamento diversificados, tendo alterado significativamente o seu perfil de dívida nos últimos dois anos, terminando 2015 com apenas cerca de 10% da sua dívida em financiamentos bancários tradicionais.

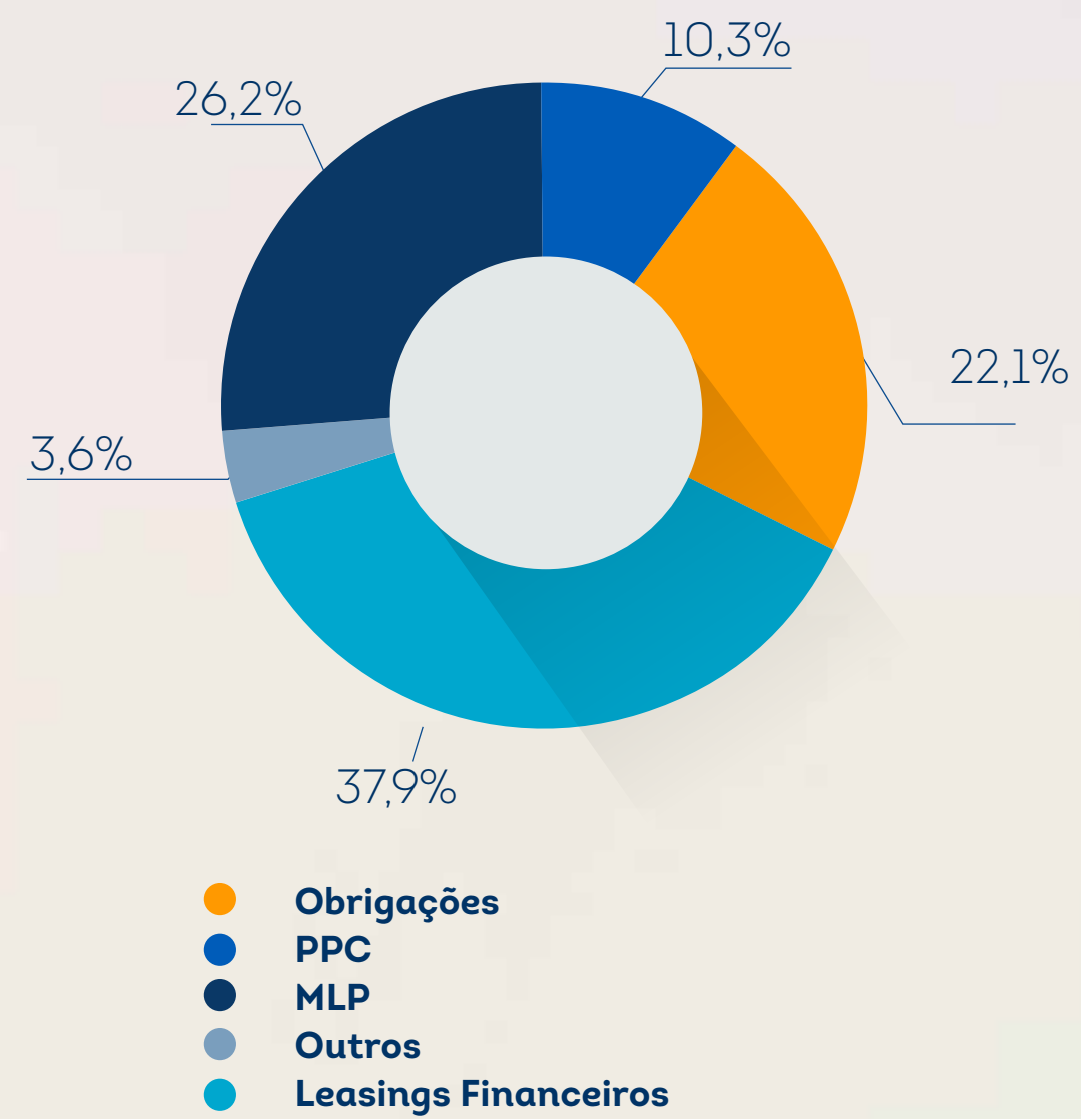
De facto, durante este período, a José de Mello Saúde recorreu a novas fontes de financiamento, destacando-se as duas emissões obrigacionistas realizadas em junho de 2014 e em maio de 2015 de 50 milhões de euros cada, que permitiram à José de Mello Saúde beneficiar da melhoria generalizada das condições dos mercados financeiros nos últimos anos.

O empréstimo obrigacionista de maio foi mesmo enquadrado num refinanciamento de parte da dívida da José de Mello Saúde, que possibilitou simultaneamente diminuir o spread médio e incrementar a maturidade da sua dívida, e, por outro lado, aumentar a exposição ao mercado em contraponto à banca tradicional.

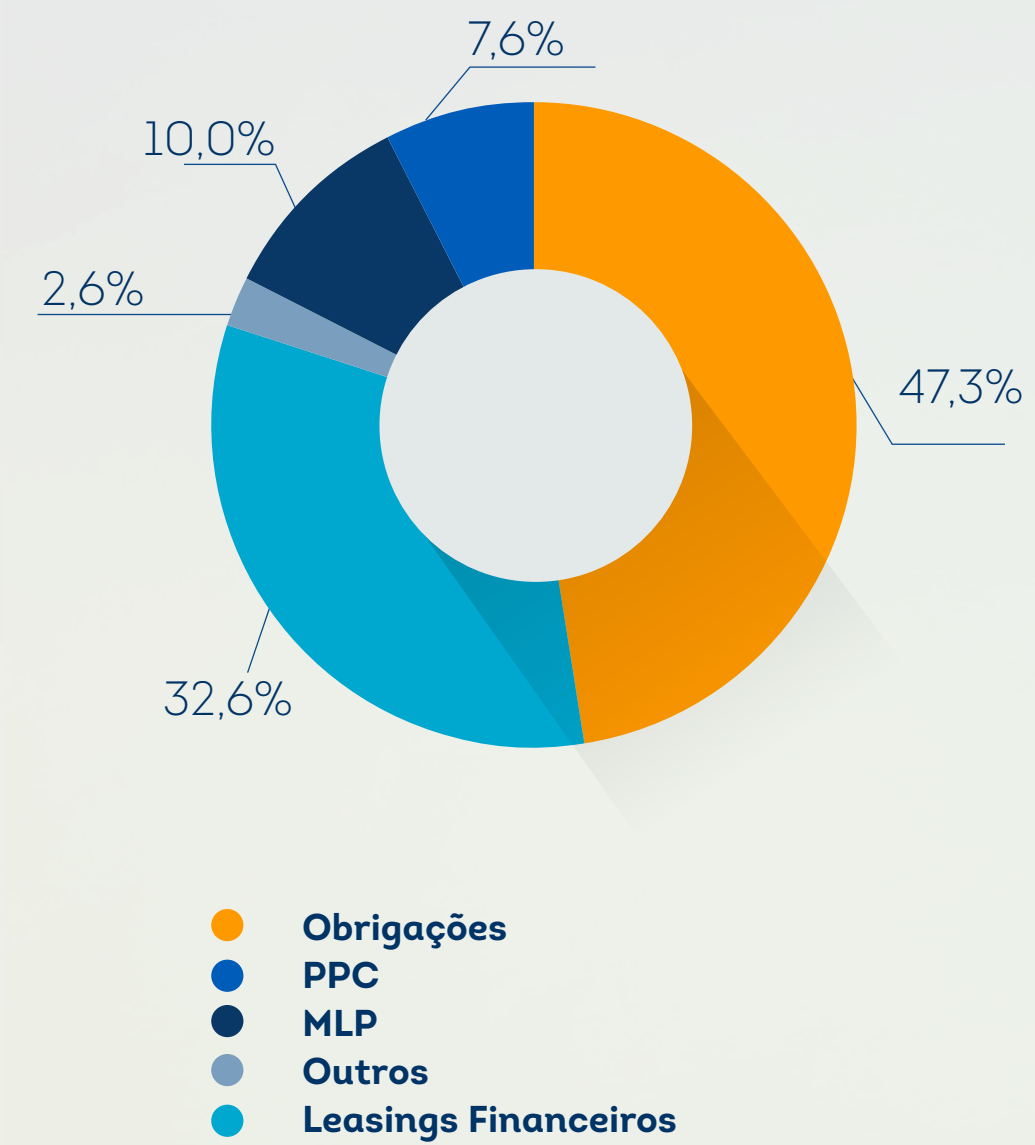


Perfil da dívida financeira da José de Mello Saúde

2014



2015

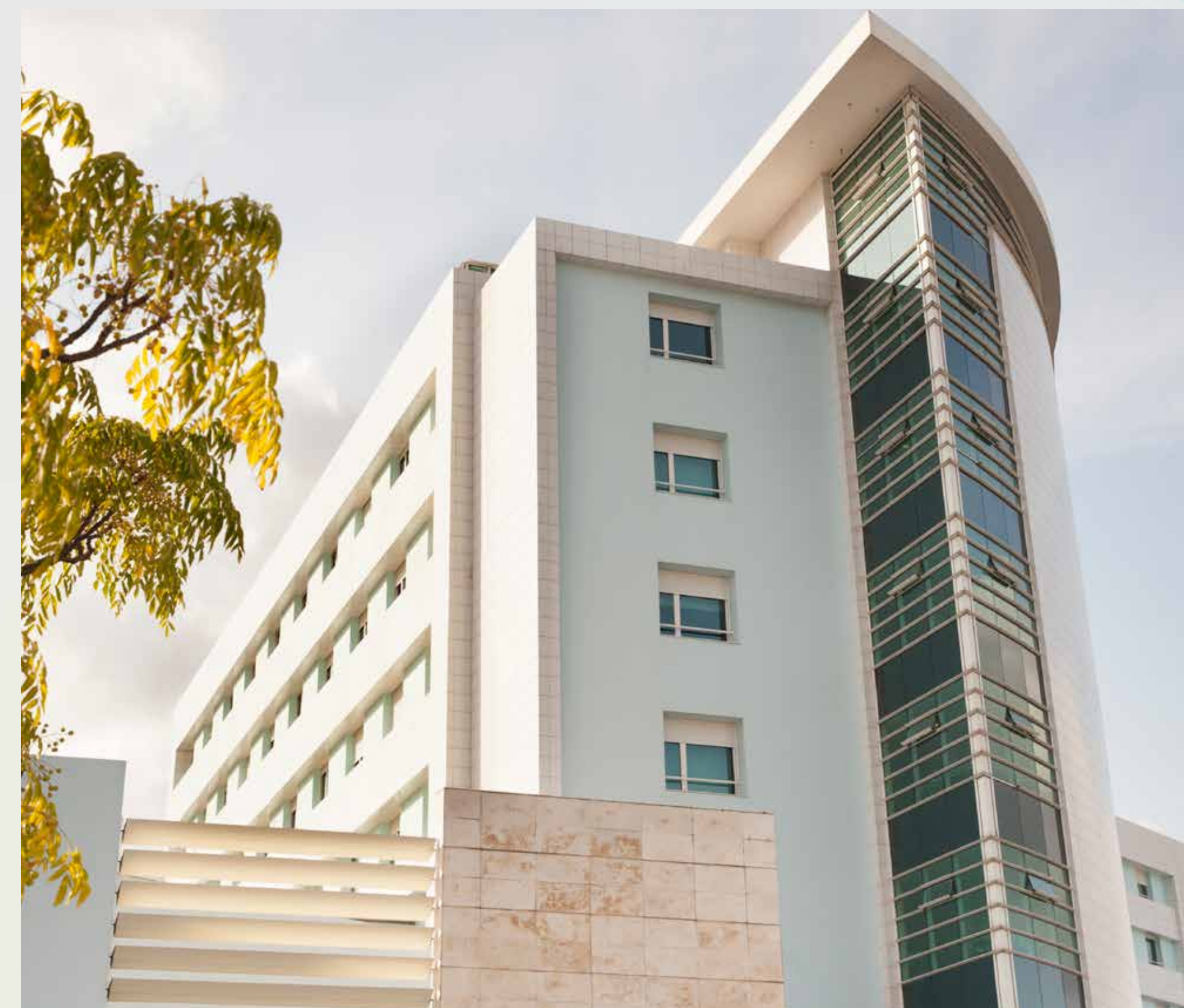


Apesar do incremento verificado em 2015 na dívida líquida da José de Mello Saúde, o que se justifica integralmente pela diminuição das disponibilidades em face da política de investimento implementada (aquisição do Hospital Privado de Santarém e dos terrenos para o futuro Hospital CUF Tejo e para a expansão do Hospital CUF Descobertas), a dívida bruta sofreu um decréscimo de 10,1 milhões de euros face a 2014. Adicionalmente, a José de Mello Saúde tem sido capaz de reduzir a sua dívida financeira de curto prazo, tendo incrementado a maturidade média da sua dívida para 3,8 anos até ao final de 2015 (2,8 anos em 2014), tendo simultaneamente reduzido o spread médio para 3,46% (4,20% em 2014).

Indicadores chave da dívida da José de Mello Saúde

| (Milhões de Euros) | Dez - 2014 | Dez - 2015 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Dívida Bruta | 222,2 | 212,1 |
| Dívida Líquida | 102,0 | 128,6 |
| Dívida Líquida/EBITDA | 1,8 | 2,0 |
| Maturidade Média (anos) ¹ | 2,8 | 3,8 |
| Spread Médio | 4,20% | 3,46% |

¹ Excluindo leasings



2.5. INOVAÇÃO

A José de Mello Saúde prosseguiu, em 2015, com a sua aposta em inovação, alinhada com os valores e prioridades estratégicas. O foco estratégico continua a ser a construção de uma cultura interna cada vez mais atenta e virada para a inovação e numa execução orientada à melhoria constante da experiência do cliente e da eficiência operacional.



3. ATIVIDADE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO



CUF

Em 2015 as unidades CUF apresentaram crescimentos em todas as áreas assistenciais. No global do ano foram registadas mais de 1,4 milhões de consultas (+12% do que no período homólogo), 45 mil doentes operados (+9% do que no período homólogo) e cerca de 37 mil doentes saídos do internamento (+3,9% do que no período homólogo).

Fruto da estratégia de crescimento da rede CUF, verificou-se a abertura da Clínica CUF Miraflores, que dispõe de uma oferta polivalente de cuidados de saúde de ambulatório. A clínica dispõe de uma área de cerca de 1.280 metros quadrados com nove gabinetes de consulta e dois gabinetes de exames.

Em 2015 realizou-se também a aquisição do Hospital Privado de Santarém e a integração na estrutura de gestão da José de Mello Saúde, com a alteração da designação social para Hospital CUF Santarém.

O Hospital CUF Santarém localiza-se numa zona de fácil acesso, afirmando-se como uma unidade vocacionada para prestar cuidados de saúde, em regime de internamento e ambulatório, a todos os concelhos do distrito de Santarém, funcionando com atendimento permanente.

Com cerca de 5.700 metros quadrados, dispõe de 24 camas para internamento, três salas de bloco operatório e 14 gabinetes de consulta e exames.





PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

No que se refere aos hospitais geridos em parceria público-privada, registaram-se também desempenhos positivos em todas as áreas assistenciais. Ao longo de 2015 realizaram-se mais de 571 mil consultas (+6% que em 2014), mais de 38 mil doentes operados (+3% do que no período homólogo), cerca de 299 mil urgências (+3% que em 2014) e mais de 4,4 mil partos (+9% do que no período homólogo).

Em Braga o ano foi marcado pelo reconhecimento externo dos elevados padrões que distinguem a Instituição, nomeadamente a renovação da acreditação global do Hospital de Braga e da certificação ISO 9001:2008 dos serviços de anatomia patológica, patologia clínica, imagiologia, imunohemoterapia, farmácia, esterilização pela entidade acreditadora CHKS - Caspe Healthcare Knowledge System.

Em termos de reconhecimento, destacam-se algumas distinções que são reflexo do enorme empenho, esforço e qualidade dos profissionais do hospital.

No estudo da multinacional Iasist "Top 5 - A Excelência dos Hospitais", que divide as unidades em cinco grupos, de acordo com a dimensão dos hospitais, e em que analisa vários indicadores relacionados com a "qualidade", "adequação" e "eficiência", o Hospital de Braga foi eleito vencedor na categoria de hospitais de média / grande dimensão.

O Hospital de Braga recebeu, igualmente, o 1º Prémio Saúde Sustentável na categoria "Cuidados Hospitalares", prémio este que tem por objetivo



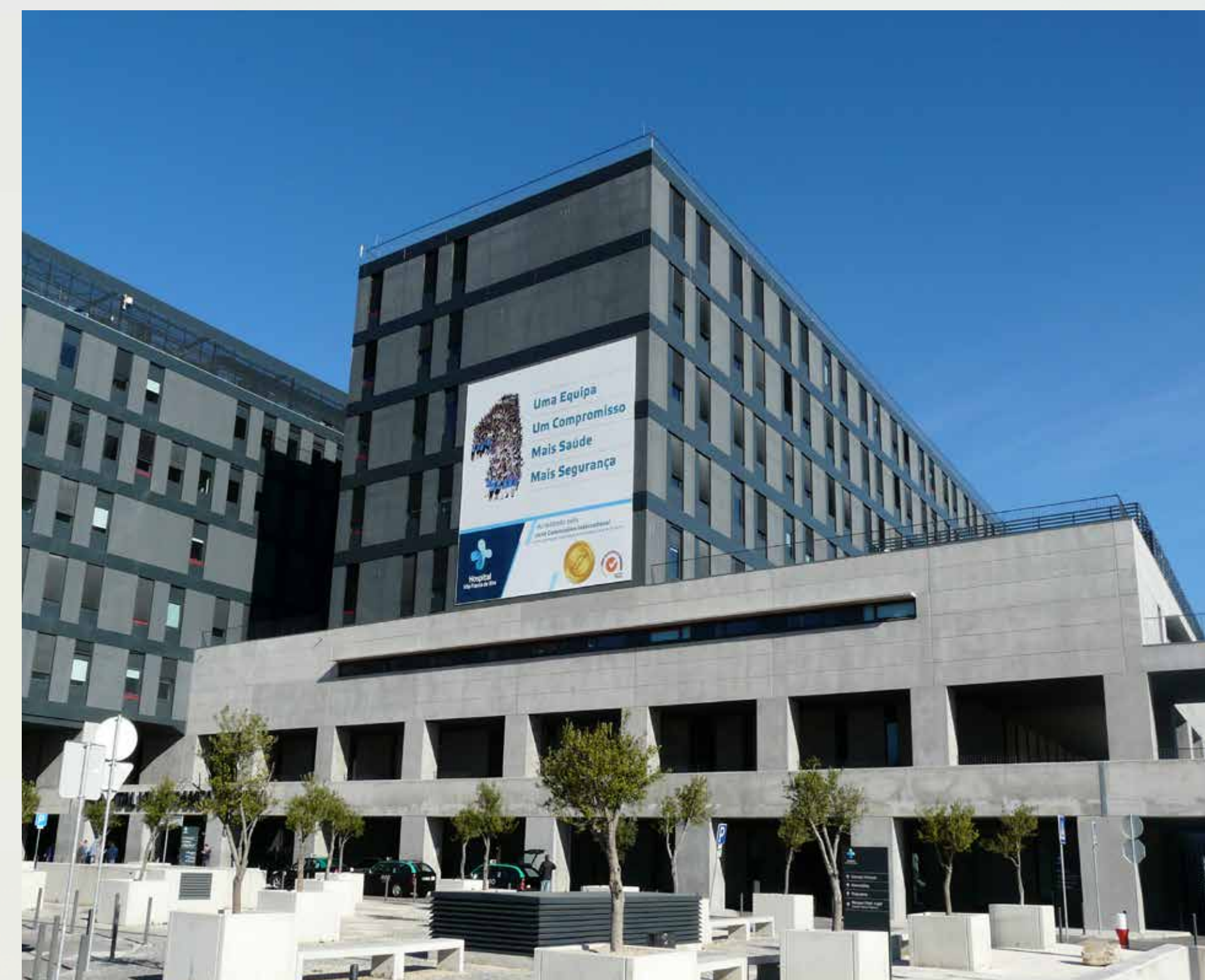
divulgar e incentivar boas práticas de sustentabilidade da saúde em Portugal.

Também o ano de 2015 foi palco de uma distinção pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS), tendo sido o único hospital do país a ser distinguido pelo Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) com a classificação máxima em sete áreas clínicas.

Obteve o nível III de excelência clínica, o mais elevado nível do sistema, nas seguintes áreas clínicas: neurologia, cirurgia, cirurgia geral, cardiologia, ortopedia (correção cirúrgica do fémur), obstetrícia e cuidados intensivos. O Hospital de Braga manteve a sua posição no seio do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em termos de atividade, representando já um peso significativo e contribuindo decisivamente para o aumento de resposta do SNS aos cidadãos. São realizadas, naquela unidade, cerca de 4% do total de cirurgias do SNS e aproximadamente 5% das cirurgias de ambulatório; em termos de internamento e de consultas externas representa cerca de 3.5%.

No Hospital Vila Franca de Xira realce também para o elevado nível de qualidade dos serviços prestados ao longo de 2015. Salienta-se o processo de re-acreditação do hospital pela Joint Commission International e também no Sistema Nacional de Avaliação em Saúde, há a destacar a classificação máxima de excelência clínica (3+) nas categorias de cirurgia de ambulatório, ginecologia, ortopedia (artroplastia da anca e joelho) e unidade de cuidados intensivos. Já no estudo promovido pela IASIST Portugal "Top 5 - A excelência dos Hospitais 2015", o hospital obteve a segunda posição nacional dentro do seu grupo de referência.

Salienta-se ainda que o Hospital Vila Franca de Xira continua a ser o hospital da área de Lisboa que apresenta o menor tempo de espera para cirurgia (82 dias), segundo dados do SIGLIC referentes a dezembro de 2015. Adicionalmente, merece destaque a atribuição de bolsas de solidariedade por parte do Fundo de Responsabilidade Social, que em 2015 apoiou projetos na área da deficiência/incapacidade.



4. GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos da José de Mello Saúde tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira da Sociedade e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos, identificam-se de seguida os materialmente mais relevantes:

Riscos Financeiros

Os principais riscos financeiros identificados são o risco de liquidez, o risco de financiamento, e de exposição às variações das taxas de juro.

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento permanente das previsões de tesouraria, de forma a garantir o cumprimento de todas as responsabilidades da José de Mello Saúde para com as entidades com as quais se relaciona na sua atividade. Através de uma gestão ativa do business plan e do mapeamento exaustivo das necessidades ou excedentes futuros de tesouraria, procura ainda reduzir o risco de financiamento recorrendo a uma relação permanente com os parceiros financeiros.

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas Demonstrações Financeiras dentro dos limites estabelecidos. Através da política de controlo adotada procuram-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não

afeta negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados da José de Mello Saúde. Em 2014, a José de Mello Saúde tinha a quase totalidade dos seus financiamentos indexados a taxas variáveis. Com o objetivo de reduzir o risco de exposição a variações de taxa de juro, foram contratadas em maio, junho e julho de 2015 swaps de taxas de juro, plain vanilla, que cobrem 100% dos montantes dos empréstimos obrigacionistas emitidos em junho de 2014 e em maio de 2015 (100 milhões de euros no total). Os swaps contratados respeitam as características das referidas emissões de obrigações por forma a serem considerados produtos de cobertura (mesmo indexante, mesmo período e prazos de pagamento de juros). Na data de pagamento de juros, a José de Mello Saúde recebe juros indexados à Euribor 6 meses para 100% do capital das obrigações e paga juros a taxa fixa sobre o mesmo montante.





Risco Operacional

A José de Mello Saúde, enquanto líder de mercado na prestação de cuidados de saúde, assume o compromisso com os princípios orientadores do desenvolvimento sustentável.

O respeito por estes princípios traduz-se no imperativo de assegurarmos, em cada momento, a criação de valor e, com isso, a satisfação dos seus clientes, colaboradores, acionistas e entidades terceiras com as quais colabora no exercício da sua atividade.

Neste âmbito, a José de Mello Saúde desenvolve um modelo de gestão integrado transversal a todas as unidades, assente em sete pilares:

1. Prestação de cuidados de saúde

A prestação de cuidados de saúde, de acordo com as melhores práticas, a excelência tecnológica e a mais recente e comprovada evolução científica na prevenção, diagnóstico e tratamento clínico da doença, sustentada na obtenção de resultados clínicos, periodicamente monitorizados e reavaliados face aos objetivos e metas definidos.

Um modelo de prestação de cuidados assente na procura contínua de soluções para dar resposta às necessidades dos nossos clientes.

2. Segurança do doente

A manutenção de um programa transversal para a gestão do risco clínico e não clínico, que estabelece e prioriza ações para identificação de potenciais riscos e prevenção da sua ocorrência, reforçado pela implementação das recomendações de boas práticas, por forma a eliminar danos desnecessários decorrentes da prestação de cuidados de saúde.

3. Segurança da informação

A proteção da informação, como suporte à eficiência do serviço prestado aos seus clientes, assente na integridade, disponibilidade dos sistemas e infraestruturas de informação e na confidencialidade dos dados.

4. Eficiência ambiental

A identificação dos aspetos ambientais resultantes da prestação de cuidados de saúde permite avaliar os impactos e priorizar as ações, tendo em vista a sua minimização e controlo.



A promoção da utilização sustentável de recursos naturais, designadamente energia e água, prevenção da poluição e redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.

5. Segurança e saúde do trabalho

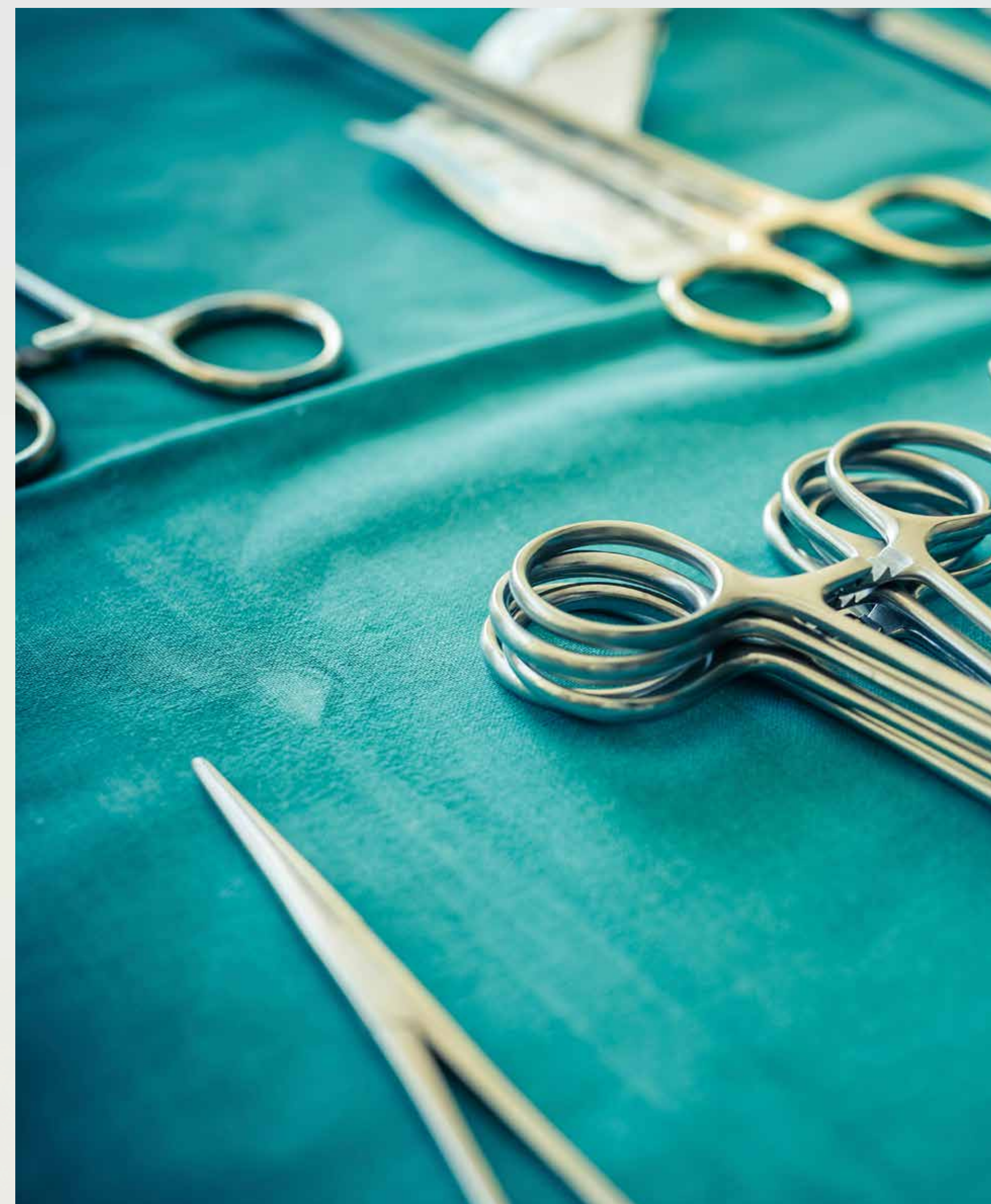
A identificação dos perigos a que os profissionais se encontram expostos, no âmbito da segurança e saúde do trabalho, tendo em vista a avaliação dos riscos e priorização de ações, garantindo a sua minimização e controlo. A prevenção da ocorrência de lesões, incidentes, acidentes e doenças profissionais.

6. Requisitos legais

O cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em vigor, bem como outros requisitos que se subscreva.

7. Melhoria contínua

O estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência do modelo de gestão integrado.



 **cu**f cascais

5. ANÁLISE ECONÓMICO -FINANCEIRA

5.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DO SETOR

I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2015, a recuperação da atividade económica na Zona Euro continuou a consolidar-se gradualmente e é cada vez mais suportada pela procura interna.

A Zona Euro registou uma melhoria gradual dos indicadores macroeconómicos, sendo estimado para o ano de 2015, um crescimento do PIB de 1,5% e variações de 1,6% no consumo público e de 1,7% no consumo privado.

De acordo com as previsões do Banco Central Europeu, o PIB real da Zona Euro deverá manter a tendência positiva, antecipando-se um crescimento de 1,7% em 2016 e de 1,9% em 2017. Contudo, a taxa de desemprego deverá permanecer elevada, estando previsto que ainda demore até regressar aos níveis pré-crise.¹

Ainda na Zona Euro, prevê-se que a inflação homóloga se situe nos 0,1% em 2015, 1,0% em 2016 e 1,6% em 2017.²

Em Portugal, a atividade económica voltou a dar sinais de recuperação ao longo do ano de 2015. No primeiro semestre, o PIB apresentou um aumento de 1,6% face ao período homólogo (vs 0,9% em 2014) seguido por uma

desaceleração durante o terceiro trimestre e uma posterior recuperação no quarto trimestre.^{3,4}

A melhoria da situação do mercado de trabalho, a queda dos preços dos combustíveis e a diminuição das taxas de juro, contribuíram para a evolução recente das expectativas dos consumidores e do consumo privado.³

Estima-se que o ano de 2015 tenha terminado com um aumento do PIB na ordem dos 1,7%.²

A atividade económica em Portugal deverá continuar a apresentar um crescimento moderado em 2016 com ritmos de crescimento médio próximo dos projetados para a Zona Euro.²

Em relação ao desemprego, estima-se que 2015 tenha terminado com uma queda de 1,5 p.p. situando-se nos 12,6%. Para 2016, espera-se uma diminuição de 0,9 p.p., acabando o ano com uma taxa de desemprego na ordem dos 11,7%.⁵

¹ Banco Central Europeu Eurosistema (2015.12). Boletim Económico dezembro 2015

² Comissão Europeia. Autumn 2015 Forecast:

http://ec.europa.eu/economy_finance/eu/forecasts/2015_autumn_forecast_en.htm

³ Banco de Portugal Eurosistema (2015.12). Boletim Económico dezembro 2015

⁴ Banco de Portugal Eurosistema (2015.12). Boletim Estatístico (p21)

⁵ Comissão Europeia. Autumn 2015 Forecast:

http://ec.europa.eu/economy_finance/eu/forecasts/2015_autumn_forecast_en.htm http://ec.europa.eu/economy_finance/eu/forecasts/2015_autumn_forecast_en.htm#



II - ENQUADRAMENTO DO SECTOR DA SAÚDE

Enquadramento económico

Desde 2009, tem vindo a registar-se uma diminuição do peso relativo da despesa corrente em saúde no PIB, sendo que em 2013 e 2014 representou 9,1%, valores idênticos ao período pré-crise (anterior a 2009). De acordo com os últimos dados disponíveis do INE, no ano de 2014 observou-se um aumento de 1,3% da despesa corrente em saúde. Este aumento representa uma inversão na tendência do ano anterior, no qual se verificou um decréscimo de 1,6% na despesa corrente em saúde, a qual se deverá ter mantido em 2015.

No que se refere à atividade de prestação de cuidados de saúde, de 2013 para 2014 observou-se um aumento generalizado na despesa relacionada com unidades de prestação pública (0,7% vs -0,3% no período homólogo). No caso do segmento privado, estima-se que a despesa tenha aumentado em 2,5%, de 2013 para 2014, após uma queda significativa no período homólogo de 4,1%.

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) aponta para prémios de 618,7 milhões de euros em doença e 555,5 milhões de euros em acidentes de trabalho, representando um aumento de 6,7% e 7,7% face ao homólogo, respetivamente, tendo em conta valores acumulados a dezembro.

Face ao homólogo, a taxa de sinistralidade de seguros de doença sofreu uma ligeira redução (de 0,6 p.p.), situando-se em 74,4% a dezembro de 2015. No que se refere a acidentes de trabalho, verificou-se uma descida

da taxa de sinistralidade em 4,5 p.p., passando para 99,6%.

Relativamente ao principal subsistema público de saúde (ADSE), e com base no último relatório referente a 2014, tem-se vindo a observar uma diminuição, quer na despesa do Estado (13,1% entre 2013 e 2014), quer no número de beneficiários (-1,2%, ou seja -15.460 beneficiários).

Segundo o relatório da Direção Geral da Saúde (DGS) de julho de 2015, 85% da incidência de doenças em Portugal corresponde a doenças crónicas.⁶

As doenças com maior incidência na população portuguesa são as doenças do aparelho circulatório (18%), as neoplasias (17%), as perturbações músculo-esqueléticas (15%) e as doenças do foro mental e do comportamento (10%).⁷

⁶ Comissão Europeia. Autumn 2015 Forecast:

http://ec.europa.eu/economy_finance/eu/forecasts/2015_autumn_forecast_en.htm

⁷ Banco de Portugal Eurosistema (2015.12). Boletim Económico dezembro 2015



5.2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores assistenciais da José de Mello Saúde

| (Milhares) | 2014 | 2015 | Variação% |
|----------------------|---------|---------|-----------|
| Consultas | 1.827,8 | 2.022,7 | 10,7% |
| Urgências | 545,2 | 562,6 | 3,2% |
| Doentes Operados | 77,9 | 82,9 | 6,4% |
| Doentes Saídos | 73,5 | 76,9 | 4,6% |
| Dias de Internamento | 429,9 | 451,9 | 5,1% |
| Partos | 7,2 | 7,5 | 5,0% |

(1) Não inclui Doentes Saídos das UCIP

(2) Não inclui Hospital CUF Santarém

Em 2015 a José de Mello Saúde manteve um crescimento sustentado da sua atividade assistencial nas diferentes áreas de atuação. No ano que passou, e não contando com o Hospital CUF Santarém (adquirido em meados de 2015), realizaram-se cerca de 2 milhões de consultas (aumento de 11% face a 2014), foram operados cerca de 83 mil doentes (+6% que no homólogo), tendo-se registado aproximadamente 77 mil doentes saídos (+5% que no ano anterior). De destacar os mais de 7,5 mil partos realizados nas unidades da José de Mello Saúde, o que corresponde a um aumento 5% comparativamente a 2014.

CUF

Durante o ano que passou, as unidades CUF apresentaram crescimentos em todas as áreas assistenciais. No global do ano foram registadas mais de 1,4 milhões de consultas (+12% do que no período homólogo), 45 mil doentes operados (+9% do que no período homólogo) e cerca de 37 mil doentes saídos do internamento (+3,9% do que no período homólogo).

Parcerias público-privadas

No que se refere aos hospitais geridos em Parceria Público-Privada (PPP), destacam-se ambos pelos feitos alcançados ao nível de atividade. No Hospital Vila Franca de Xira realiza-se a realização de mais 184 partos comparativamente ao ano anterior (+13%), assim como o crescimento do número de doentes operados (+14%) e das consultas (+16%). O Hospital de Braga também apresentou aumentos na atividade em 2015 com destaque para a realização de mais 180 partos que no ano anterior, o que representa um crescimento de 7%, que também se verifica nas consultas (+3%) e nos doentes saídos (+5%).



Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado

| (Milhões de Euros) | 2014 | 2015 | Var. | Var. % |
|---|--------------|--------------|--------------|---------------|
| PROVEITOS OPERACIONAIS | 514,4 | 560,2 | 45,8 | 8,9% |
| Custos operacionais | (457,5) | (496,7) | (39,1) | -8,6% |
| EBITDAR | 72,3 | 74,6 | 2,3 | 3,2% |
| Margem EBITDAR | 14,0% | 13,3% | -0,7% | -5,2% |
| EBITDA | 56,9 | 63,5 | 6,6 | 11,7% |
| Margem EBITDA | 11,1% | 11,3% | 0,3% | 2,5% |
| Amortizações e Provisões | (22,1) | (21,3) | 0,8 | 3,5% |
| EBIT | 34,8 | 42,2 | 7,4 | 21,3% |
| Margem EBIT | 6,8% | 7,5% | 0,8% | 11,4% |
| Resultados Financeiros | (8,6) | (10,4) | (1,8) | -20,8% |
| EBT | 26,1 | 31,7 | 5,6 | 21,5% |
| Impostos | (9,0) | (9,5) | (0,5) | -6,1% |
| Resultado líquido | 17,2 | 22,2 | 5,1 | 29,5% |
| Resultado líquido do exercício das Operações descontinuadas | (0,4) | - | - | - |
| Resultado líquido atribuível aos interesses que não controlam | 0,5 | 0,3 | (0,2) | -37,2% |
| Resultado líquido atribuível aos acionistas da JMS | 16,3 | 21,9 | 5,6 | 34,5% |
| Outros Itens do Rendimento Integral | 13,5 | 3,9 | (9,7) | -71,5% |
| Rendimento Integral Consolidado | 29,8 | 25,7 | (4,1) | -13,7% |

Este crescimento sustentado e generalizado da atividade assistencial nas diferentes áreas de atuação da José de Mello Saúde permitiu-lhe atingir em 2015 um valor de proveitos operacionais de 560 milhões de euros, o que representou um crescimento de 8,9% face a 2014.

O EBITDA registou um incremento de 11,7% face ao ano anterior, atingindo um valor de 63,5 milhões de euros e uma margem EBITDA de 11,3%, o que se explica não só pelo crescimento generalizado da atividade operacional, mas também por ganhos em termos de eficiência operacional e de redução relativa dos custos operacionais.

O resultado líquido atribuível aos acionistas da José de Mello Saúde alcançou um valor de 21,9 milhões de euros, tendo sido impulsionado pela performance muito positiva do EBITDA e por uma reversão de provisões de 1,5 milhões de euros constituídas no âmbito do projeto do futuro Hospital CUF Tejo.

Em 2015, foram registados outros itens do rendimento integral com um montante de 3,9 milhões de euros, resultantes do efeito positivo da reavaliação superior dos imóveis afetos a serviços de saúde do Hospital CUF Infante Santo e do Hospital CUF Descobertas e do efeito negativo do mark to market dos swaps contratados. Como consequência, o Rendimento Integral Consolidado atingiu um valor de 25,7 milhões de euros, dando um contributo adicional para o reforço dos capitais próprios da José de Mello Saúde.



Demonstração da posição financeira consolidada

| (Milhões de Euros) | Dez-14 | Dez-15 |
|-----------------------|--------|--------|
| Ativos Não Correntes | 204,0 | 226,5 |
| Fundo de Maneio | (45,2) | (16,6) |
| Capital Acionista | 53,1 | 77,6 |
| Dívida Líquida | 102,0 | 128,6 |
| Dívida Líquida/EBITDA | 1,8 | 2,0 |

O CAPEX consolidado da José de Mello Saúde foi de 40,1 milhões de euros e dividiu-se entre investimento imobiliário (23,4 milhões de euros) e investimento em obras e equipamentos (16,7 milhões de euros). O valor do investimento imobiliário refere-se à aquisição dos terrenos destinados ao novo Hospital CUF Tejo e à expansão do Hospital CUF Descobertas.

A dívida líquida consolidada registou um aumento de 26,6 milhões de euros face a 2014, situando-se nos 128,6 milhões de euros, o que se deveu integralmente à diminuição das disponibilidades em face da política de investimento da José de Mello Saúde (aquisição do Hospital Privado de Santarém e dos terrenos para a construção do futuro Hospital CUF Tejo e para a expansão do Hospital CUF Descobertas), uma vez que a dívida bruta sofreu um decréscimo de 10,1 milhões de euros face a 2014.

Performance por segmento

| (Milhões de Euros) | 2014 | 2015 | Var % |
|--|--------------|--------------|-------------|
| Proveitos Operacionais Consolidados | 514,4 | 560,2 | 8,9% |
| Cuidados de Saúde Privados | 316,6 | 352,3 | 11,3% |
| Cuidados de Saúde Públicos | 206,6 | 215,6 | 4,3% |
| Holdings e serviços comuns | 56,9 | 67,6 | 18,9% |
| Outros | 5,2 | 8,0 | 52,9% |
| Eliminações | (70,9) | (83,4) | -17,6% |

Os proveitos operacionais do segmento de cuidados de saúde privados totalizaram 352,3 milhões de euros em 2015, 11,3% acima do homólogo, representando 62,9% do total dos proveitos. Este crescimento foi impulsionado por um aumento generalizado nas várias áreas assistenciais, destacando-se o crescimento de 12%, 9% e 4% nas consultas, cirurgias e doentes saídos, respetivamente, face ao homólogo.

Quanto ao segmento de cuidados de saúde públicos, os proveitos operacionais cresceram 4,3% face ao período homólogo, atingindo 215,6 milhões de euros, o que representou cerca de 38,5% dos proveitos no final de 2015. De salientar a performance positiva em termos de atividade ao nível da generalidade das áreas assistenciais em ambas as unidades quando comparada com o exercício anterior.



Resultado por segmento

| | 2014 | | 2015 | | Var % |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | € milhões | Margem | € milhões | Margem | |
| EBIT | 34,8 | 6,8% | 42,2 | 7,5% | 21,3% |
| Cuidados de Saúde Privados | 39,9 | 12,6% | 39,7 | 11,3% | -0,6% |
| Cuidados de Saúde Públicos | 3,0 | 1,4% | 4,9 | 2,3% | 62,3% |
| Holdings e serviços comuns | (7,4) | -13,0% | (4,8) | -7,1% | 35,2% |
| Outros | (0,8) | -14,4% | 2,4 | 30,5% | 424,6% |

No segmento privado, apesar do crescimento significativo nos proveitos operacionais em 2015, verificou-se uma redução do EBIT em 0,6% face ao homólogo e uma queda da margem EBIT de 12,6% para 11,3%.

Por outro lado, no segmento público o contínuo enfoque na contenção de custos e maximização da capacidade instalada, refletiu-se numa melhoria da margem EBIT de 1,4% para 2,3%, tendo o EBIT aumentado 62,3% face a 2014 para 4,9 milhões de euros.

Resultados financeiros

| (Milhões de Euros) | 2014 | 2015 | Var % |
|---|--------------|---------------|---------------|
| Resultados Financeiros Consolidados | (8,6) | (10,4) | -20,8% |
| Proveitos Financeiros | 1,7 | 1,0 | -39,5% |
| Proveitos/Custos relativos Ativos Financeiros | 0,3 | 0,2 | -24,3% |
| Custos Financeiros | (10,6) | (11,7) | -10,1% |

Os resultados financeiros consolidados agravaram-se 1,8 milhões de euros face a 2014, o que se justifica pelo aumento dos custos financeiros, em simultâneo com uma redução dos proveitos financeiros em face da diminuição das taxas associadas às diversas aplicações da José de Mello Saúde. O incremento dos custos financeiros é explicado pelo impacto verificado em 2015 dos encargos associados aos leasings imobiliários dos imóveis do Hospital CUF Descobertas e do Hospital CUF Infante Santo contratados no final de 2014.

Resultado líquido

A boa performance operacional permitiu terminar o ano com um resultado líquido consolidado de 21,9 milhões de euros, representando um crescimento de 34% face ao período homólogo.

Não obstante a excelente prestação operacional das unidades, importa referir que o resultado líquido do ano está influenciado por efeitos não recorrentes, nomeadamente custos extraordinários incorridos com uma



reorganização de recursos humanos realizada durante o ano (1,2 milhões de euros) e proveitos extraordinários (1,3 milhões de euros) associados a acertos de faturação referentes ao ano de 2014 no Hospital de Braga. Adicionalmente, existiu também uma anulação das provisões (1,5 milhões de euros) constituídas no âmbito do projeto do futuro Hospital CUF Tejo.

Posição financeira

| (Milhões de Euros) | 2014 | 2015 | | 2014 | 2015 |
|---|---------------|---------------|---|--------------|--------------|
| Ativos fixos tangíveis | 129,5 | 167,0 | Capital e prestações acessórias | 67,4 | 67,4 |
| Ativos intangíveis e Goodwill | 45,8 | 44,3 | Reservas e resultados | (14,2) | 10,2 |
| Outros | 15,0 | 15,1 | Interesses que não controlam | 3,6 | 3,7 |
| Ativos/passivos não correntes detido para venda | 13,8 | 0,1 | | | |
| Ativos Não Correntes | 204,0 | 226,5 | Capital Próprio | 56,7 | 81,3 |
| Inventários | 7,2 | 8,9 | Empréstimos bancários não correntes | 105,6 | 115,0 |
| Clientes e outros devedores | 80,8 | 98,3 | Empréstimos bancários correntes | 33,3 | 27,7 |
| Fornecedores e outros credores | (83,3) | (93,4) | Locações financeiras não correntes | 70,9 | 58,9 |
| Estado e acréscimos | (23,7) | (15,6) | Locações financeiras correntes | 12,4 | 10,5 |
| Provisões | (12,8) | (13,0) | Caixa e equivalentes de caixa | (120,2) | (83,5) |
| Outros | (13,5) | (1,8) | | | |
| Fundo de Maneio | (45,2) | (16,6) | Dívida Líquida | 102,0 | 128,6 |
| Ativos Não Correntes + Fundo de Maneio | 158,8 | 209,9 | Capital Próprio + Dívida Líquida | 158,8 | 209,9 |

O fundo de maneiio evoluiu de 45,2 milhões de euros para 16,6 milhões de euros, o que se explica maioritariamente pelo aumento do saldo de clientes. O prazo médio de recebimentos aumentou 6,0 dias face a 2014, tendo por outro lado o prazo médio de pagamentos aumentado em 10,7 dias, influenciado pelo crescimento de 11,2 milhões de euros no saldo de fornecedores face a 2014.

O capital próprio variou positivamente 24,5 milhões de euros face a 2014 por via dos resultados do ano e do rendimento integral.

Principais rácios financeiros

A performance positiva da José de Mello Saúde ao longo de 2015 em termos financeiros teve um impacto positivo em alguns dos seus rácios económico-financeiros. A autonomia financeira beneficiou do incremento verificado nos capitais próprios consolidados, tendo atingido um valor de 17,0% em 2015 (12,4% em 2014). Apesar do crescimento verificado na dívida financeira líquida, o rácio Debt to Equity diminuiu 4,6% face a 2014, beneficiando também do crescimento do capital próprio.

Por outro lado, e apesar da performance positiva do EBITDA, o incremento na dívida financeira líquida teve um impacto negativo no rácio de alavancagem financeira (dívida financeira líquida/EBITDA), que aumentou para 2,0x em 2015 (1,8x em 2014).



| | 2014 | 2015 | Var % |
|---|-------|-------|--------|
| Rendimento do Capital Próprio (ROE), % ¹ | 56,4% | 38,6% | -31,6% |
| Autonomia Financeira ² | 12,4% | 17,0% | 37,2% |
| Dívida Financeira Líquida, milhões de euros | 102,0 | 128,6 | 26,1% |
| Dívida Financeira Líquida/EBITDA | 1,8 | 2,0 | 12,9% |
| Rácio D/D+E ³ | 64,3% | 61,3% | -4,6% |
| EBITDA/Encargos Financeiros | 5,4 | 5,4 | 1,5% |

¹ROE (n) = Resultado Líquido (n) / Capital Próprio (n-1)

²Autonomia Financeira = Capital Próprio (n) / Ativo (n)

³Rácio D/D+E = Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Capital Próprio)



6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido das contas individuais da José de Mello Saúde SA, apurado no exercício de 2015, no valor de 18.519.167,19 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal 925.958,36 euros
- Resultados Transitados 17.593.208,83 euros

O Conselho de Administração

Lisboa, 18 de março de 2016



Salvador Maria Guimarães José de Mello

Pedro Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

Rui Alexandre Pires Diniz

Rui Manuel Assoreira Raposo

José Carlos Lopes Martins

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Paulo Jorge Cleto Duarte

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes





7. INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

7.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a 31 de dezembro de 2015

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31-12-15 | 31-12-14 Reexpresso | 01-01-14 Reexpresso |
|--|-------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Ativo | | | | |
| Ativos não corrente | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 5.132.624 | 3.504.983 | 1.084.744 |
| Ativos intangíveis | | - | | 1.090 |
| Investimentos em Subsidiárias e Participadas | 7 | 86.342.762 | 74.300.139 | 75.729.473 |
| Acionistas/Sócios | 8 | 58.790.000 | 10.000.000 | 5.000.000 |
| Ativos por impostos diferidos | 12 | 898.229 | 574.604 | 3.700.311 |
| | | 151.163.615 | 88.379.726 | 86.235.619 |
| Ativo corrente | | | | |
| Clientes | 8 | 2.098.159 | 3.306.122 | 812.897 |
| Estado e outros entes públicos | 9 | 6.644.265 | 7.169.441 | 6.595.826 |
| Acionistas/Sócios | 8 | 30.049.707 | 11.012.221 | 11.433.438 |
| Outras contas a receber | 8 | 4.244.443 | 907.773 | 404.432 |
| Outros ativos financeiros | 3 | 10.273.137 | 10.404.062 | 423.475 |
| Caixa e depósitos bancários | 3 | 17.556.311 | 42.380.062 | 255.926 |
| | | 70.866.023 | 75.179.682 | 19.925.996 |
| Total do Ativo | | 222.029.638 | 163.559.407 | 106.161.613 |



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31-12-15 | 31-12-14 Reexpresso | 01-01-14 Reexpresso |
|---|-------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Capital Próprio e Passivo | | | | |
| Capital Próprio | | | | |
| Capital | 8 | 53.000.000 | 53.000.000 | 53.000.000 |
| Outros Instrumentos de Capital Próprio | 8 | 14.350.000 | 14.350.000 | 14.350.000 |
| Reservas Legais | 8 | 3.430.501 | 2.495.813 | 1.560.932 |
| Outras Reservas | 8 | (1.475.560) | 12.248 | 12.248 |
| Resultados Transitados | 8 | 12.678.352 | (4.960.599) | (4.025.718) |
| Ajustamentos em Ativos Financeiros | 8 | (37.434.593) | (37.434.593) | (37.434.593) |
| Resultados Líquidos do Período | 8 | 18.519.167 | 18.573.639 | |
| | | 63.067.867 | 46.036.508 | 27.462.870 |
| Total do Capital Próprio | | 63.067.867 | 46.036.508 | 27.462.870 |
| Passivo | | | | |
| Passivo não Corrente | | | | |
| Provisões | 11 | 43.642.458 | 43.586.638 | 51.485.409 |
| Financiamentos Obtidos | 8 | 102.495.227 | 59.264.357 | 10.041.459 |
| Outros Passivos Financeiros | 3/8 | 1.487.808 | - | |
| | | 147.625.493 | 102.850.995 | 61.526.868 |
| Passivo Corrente | | | | |
| Fornecedores | 8 | 2.157.142 | 904.232 | 177.877 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 9 | 29.835 | 30.803 | 58.479 |
| Financiamentos Obtidos | 8 | 5.545.272 | 9.783.881 | 14.007.499 |
| Outras Contas a Pagar | 8 | 3.604.029 | 3.952.988 | 2.928.021 |
| | | 11.336.277 | 14.671.904 | 17.171.876 |
| Total do Passivo | | 158.961.771 | 117.522.900 | 78.698.744 |
| Total do Capital Próprio e Passivo | | 222.029.638 | 163.559.407 | 106.161.614 |

O Contabilista Certificado | A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Período findo em 31 de dezembro de 2015

| (Valores expressos em euros) | Notas | 31-12-15 | 31-12-14 Reexpresso |
|---|-------|--------------------|------------------------|
| Rendimentos e Gastos | | | |
| Vendas e Serviços Prestados | 13 | 1.096.221 | 650.908 |
| Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias | 17 | (130.925) | (19.413) |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 16 | (4.180.585) | (3.357.654) |
| Gastos com o Pessoal | 15 | (1.424.370) | (1.422.839) |
| Provisões (Aumentos/Reduções) | 11 | (55.820) | 7.898.770 |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 14 | 1.020.635 | 634.964 |
| Outros Gastos e Perdas | 17 | (875.450) | (465.269) |
| Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos | | (4.550.294) | 3.919.468 |
| Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização | 18 | (691.596) | (383.143) |
| Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos) | | (5.241.890) | 3.536.325 |
| Juros e Rendimentos Similares Obtidos | 19 | 25.790.756 | 15.263.062 |
| Juros e Gastos Similares Suportados | 20 | (4.316.299) | (2.433.358) |
| Resultado Antes dos Impostos | | 16.232.566 | 16.366.030 |
| Impostos sobre os Rendimentos do Período | 12 | 2.286.601 | 2.207.609 |
| Resultado Líquido do Período | | 18.519.167 | 18.573.639 |
| Outros rendimentos e gastos reconhecidos em Capital Próprio: | | | |
| Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos: Instrumentos Financeiros de cobertura | 8 | (1.487.808) | - |
| Rendimento Integral | | 17.031.359 | 18.573.639 |
| Resultado por ação | | 1,61 | 1,75 |

O Contabilista Certificado | A Administração



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2015

| DESCRIÇÃO | | Capital Realizado | Outros Instrumentos de Capital Próprio | Reservas Legais | Reservas Livres | Resultados Transitados | Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiro | Resultado Líquido do Período | Total de Capital Próprio |
|--|----------------|-------------------|--|-----------------|-----------------|------------------------|--|------------------------------|--------------------------|
| Posição no Início do Período 2014 | 1 | 53.000.000 | 14.350.000 | 1.560.932 | 12.248 | (21.072.744) | (37.434.593) | 18.697.615 | 29.113.458 |
| Efeitos de reexpressão | | | | | | (1.650.588) | | | (1.650.588) |
| Posição no Início do Período 2014 (Reexpresso) | | 53.000.000 | 14.350.000 | 1.560.932 | 12.248 | (22.723.333) | (37.434.593) | 18.697.615 | 27.462.869 |
| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | |
| Constituição da Reserva Legal | | | | 934.881 | | - | | (934.881) | - |
| Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados | | | | | | 17.762.734 | | (17.762.734) | - |
| | 2 | - | - | 934.881 | - | 17.762.734 | - | (18.697.615) | - |
| Resultado Líquido do Período IFRS | 4 | | | | | | | 18.693.768 | 18.693.768 |
| Efeitos de reexpressão | | | | | | | | (120.129) | (120.129) |
| Resultado Líquido do Período (Reexpresso) | | | | | | | | 18.573.639 | 18.573.639 |
| Operações com detentores de Capital no Período | | | | | | | | | |
| Distribuições | | | | | | | | | - |
| | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Posição no Fim do Período 2014 | 6=1+2+3+5 | 53.000.000 | 14.350.000 | 2.495.813 | 12.248 | (4.960.599) | (37.434.593) | 18.573.639 | 46.036.508 |
| Posição no Início do Período 2015 | 7 | 53.000.000 | 14.350.000 | 2.495.813 | 12.248 | (4.960.599) | (37.434.593) | 18.573.639 | 46.036.508 |
| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | | | |
| Efeitos de reexpressão | | | | | | (120.129) | | 120.129 | - |
| Constituição da Reserva Legal | | | | 934.688 | | | | (934.688) | - |
| Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados | | | | | | 17.759.079 | | (17.759.079) | - |
| | 8 | - | - | 934.688 | - | 17.638.950 | - | (18.573.639) | - |
| ALTERAÇÕES NO PERÍODO | | | | | | | | | |
| Instrumentos Financeiros | | | | | | (1.487.808) | | | (1.487.808) |
| Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio | | | | | | | | | - |
| | 9 | - | - | - | (1.487.808) | - | - | - | (1,487,808) |
| Resultado Líquido do Período | 10 | | | | | | | 18.519.167 | 18.519.167 |
| Resultado Integral | 11=9+10 | | | | | | | 18.519.167 | 17.031.359 |
| Operações com Detentores de Capital no Período | | | | | | | | | |
| Outras Operações | | | | | | | | | - |
| | 12 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Posição no Fim do Período 2015 | 13=7+8+9+10+12 | 53.000.000 | 14.350.000 | 3.430.501 | (1.475.560) | 12.678.352 | (37.434.593) | 18.519.167 | 63.067.867 |

O Contabilista Certificado | A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em euros

| | 31-12-2015 | 31-12-2014 |
|---|---------------------|--------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO | | |
| Recebimentos de Clientes | 5.632.218 | 1.769.663 |
| Pagamentos a Fornecedores | (5.616.905) | (4.699.801) |
| Pagamentos ao Pessoal | (897.463) | (1.001.423) |
| Caixa gerada pelas operações | (882.150) | (3.931.561) |
| Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento | 2.574.555 | 4.597.321 |
| Outros recebimentos / pagamentos | (1.291.868) | (1.485.679) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais (1) | 400.537 | (819.919) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | (94.110) | (51.495) |
| Ativos Fixos Tangíveis - Leasings | (887.851) | (165.598) |
| Investimentos Financeiros | (12.573.081) | (367.500) |
| | (13.555.042) | (584.593) |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Investimentos financeiros | 738.061 | 1.425.834 |
| Juros e rendimentos similares | 120.619 | 160.435 |
| Dividendos | 23.103.730 | 15.473.115 |
| | 23.962.409 | 17.059.383 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento (2) | 10.407.367 | 16.474.790 |



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em euros

| | 31-12-2015 | 31-12-2014 |
|--|----------------------|----------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Financiamentos obtidos | 97.700.00 | 79.650.000 |
| Financiamentos Grupo | 12.526.710 | 114.323.656 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | (1.487.808) | - |
| | <u>108.738.902</u> | <u>193.973.657</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Financiamentos obtidos | (60.758.400) | (22.891.600) |
| Juros e gastos similares | (4.126.947) | (3.017.307) |
| Financiamentos Grupo | (80.752.423) | (118.902.439) |
| | <u>(145.637.770)</u> | <u>(144.811.346)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3) | <u>(36.898.868)</u> | <u>49.162.311</u> |
| Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | <u>(26.090.964)</u> | <u>64.817.182</u> |
| Efeito das diferenças de câmbio | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 52.432.604 | (12.384.578) |
| Caixa e seus equivalentes provenientes da Fusão | | - |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | <u>26.341.640</u> | <u>52.432.604</u> |

O Contabilista Certificado | A Administração



7.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a 31 de dezembro de 2015

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. INFORMAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE DA ENTIDADE

A José de Mello Saúde S.A. (“Empresa”) é uma entidade privada de Serviços de Saúde com várias unidades em Portugal.

O capital é detido pela José de Mello S.G.P.S., S.A. (65,85%), pela Fundação Amélia da Silva de Mello (4,15%) e pela Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (30%).

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras da José de Mello Saúde S.A. foram preparadas em conformidade com as “Internacional Financial Reporting Standards” (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para

os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

2.1.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2015

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015:

IFRIC 21 – Taxas

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas, incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que desencadeia o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que desencadeia o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é desencadeado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido.



Ciclo anual de melhorias 2011-2013

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 3 – Combinações de negócios, IFRS 13 – Mensuração ao justo valor e IAS 40 – Propriedades de investimento.

A introdução destas interpretações e a aplicação destas normas não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.1.2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2016, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente:

a) Já endossadas pela União Europeia:

Ciclo anual de melhorias 2010-2012

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 2 – Pagamentos com base em ações, IFRS 3 – Combinações de negócios, IFRS 8 – Segmentos operacionais, IAS 16 – Ativos fixos tangíveis, IAS 38 – Ativos intangíveis e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas.

IAS 19 R – Benefícios de empregados – Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço

do empregado, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

IAS 16 e IAS 41 – Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produtos agrícolas (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito da IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as



correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo.

IAS 16 e IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objectivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer

investimentos em subsidiárias, joint-ventures e associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com a IFRS 9 (ou IAS39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativa a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

IAS 1 – Revisão das divulgações

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações, nomeadamente sobre a Materialidade, Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, Estrutura das Notas e Divulgações, que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

Ciclo anual de melhorias 2012-2014

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios de empregados e IAS 34 – Relato financeiro intercalar. Estas normas, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2015,



em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

| Norma | Data de aplicação |
|--|--------------------------|
| • IFRS 9 Instrumentos financeiros | 1 de janeiro de 2018 |
| • IFRS 10 e IAS 28 Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto | 1 de janeiro de 2016 |
| • IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de investimento: aplicação da exceção de consolidação | 1 de janeiro de 2016 |
| • IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas | 1 de janeiro de 2016 |
| • IFRS 15 Rébito de contratos com clientes | 1 de janeiro de 2017 |

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e depreciações acumuladas por imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utilização, segundo o método da linha recta, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas:

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|-----------------|
| • Edifícios e Outras Construções | 5% - 10% | 5% - 10% |
| • Equipamento Básico | 14,28% - 33,33% | 14,28% - 33,33% |
| • Equipamento Administrativo | 12,50% - 25% | 12,50% - 25% |



A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da “Imparidade de ativos”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no Resultado Líquido do Período no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção, de instalação ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo dos Ativos Intangíveis adquiridos numa concentração de atividades é o seu justo valor à data de aquisição.

Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na

Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral no ano em que o gasto ocorre.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis podem ser finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados anualmente quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica estimada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos no ponto da “Imparidade de Ativos”.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha recta.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.



As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------|------|------|
| • Programas de computador | 25% | 25% |

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na Demonstração dos Resultados e do Outro Rendimento Integral na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no Resultado Líquido do Período no ano em que o ativo é desreconhecido.

Investimentos em Subsidiárias e Participadas

Os Investimentos Financeiros relativos a partes de capital em Entidades Subsidiárias e Participadas valorizados pelo respetivo custo considerado à data da transição para IFRS, isto é, 1 de janeiro de 2012.

Os dividendos associados a participações de capital só são reconhecidos como proveitos quando se encontra assegurado o respetivo recebimento, e os juros provenientes de títulos são contabilizados no período a que respeitam. O "Goodwill" encontra-se incluído no valor escriturado do investimento, não é amortizado, nem sujeito a testes individuais de imparidade.

Contudo, caso sejam detectados indícios de imparidade, os Investimentos Financeiros são sujeitos a testes de imparidade.

Ativos Financeiros (para além de Investimentos Financeiros)

Os ativos Financeiros classificam-se como segue, dependendo da intenção do Conselho de Administração na sua aquisição:

- Financiamentos e Contas a Receber - Incluem-se os ativos Financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis. Os saldos de Clientes, de Outras Contas a Receber e de Acionistas são registados ao justo valor e, subsequentemente, ao custo amortizado, que será ajustado em resultado da realização de testes de imparidade, sempre que tal seja requerido pelas Normas, ou sejam detectados indícios que requeiram a realização desses testes.

No final do ano a empresa avalia a imparidade destes ativos. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda de imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um ativo financeiro está em imparidade teve em conta os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida
- Probabilidade de o devedor entrar em falência financeira

- Investimentos Detidos até à Maturidade - Os Investimentos Detidos até à Maturidade são classificados como ativos Não Correntes, exceto



se o seu vencimento ocorrer em data anterior a 12 meses contados a partir da data de reporte, sendo registados nesta rubrica os Investimentos com maturidade definida, que a Empresa tem a intenção e a capacidade de manter até essa data. Os Investimentos Detidos até à Maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, determinadas tendo por base os critérios descritos no ponto “Imparidade de ativos”.

- Investimentos Detidos para Negociação valorizados ao justo valor através de resultados - Incluem-se nesta categoria os Ativos Financeiros não derivadas detidos para negociação, e os derivadas que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura (“hedge accounting”), sendo apresentados como Ativos Correntes.

Um Ativo Financeiro está classificado como detido para negociação se for:

- Adquirido ou incorrido principalmente com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito curto
- Parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo
- Um derivado (exceto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura designado e eficaz)

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor dos Investimentos valorizados pelo justo valor através de resultados são registados na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral do período.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Os Investimentos Disponíveis para Venda são Ativos Financeiros não derivadas que:
 - A Empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou
 - São assim designados no momento da aquisição, ou
 - Não se enquadram nas restantes categorias de classificação dos Ativos Financeiros.

Estes Ativos são apresentados como Ativos Não Correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de reporte. Após o reconhecimento inicial, os Investimentos Disponíveis para venda são reconhecidos pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data de reporte, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda.

Os Investimentos que não sejam cotados e cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, determinadas tendo por base os critérios descritos no ponto “Imparidade de Ativos”.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração do justo valor dos Investimentos Financeiros Disponíveis para venda são registados no Capital Próprio, na rubrica de Outras Reservas, até que:

- O Investimento seja vendido, recebido, ou de qualquer forma alienado, ou
- O justo valor do Investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade



No momento em que se verificar alguma destas situações, o ganho ou perda acumulada é registado na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A Empresa é tributada pelo Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de dezembro de 2015.

Ativos e passivos por impostos diferidos

A Empresa reconhece os Impostos Diferidos, de acordo com o estabelecido na IAS 12 - Imposto Sobre o Rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as

distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

São reconhecidos Ativos por Impostos Diferidos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os Ativos por Impostos Diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

O valor dos Impostos Diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do Ativo por Imposto Diferido ou de liquidação do Passivo por Imposto Diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram Impostos Ativos e Passivos Diferidos.

O movimento ocorrido durante o exercício, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto corrente e a decomposição dos saldos de Impostos Diferidos estão apresentados na Nota 12.

Caixa e seus Equivalentes

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a rubrica Caixa e seus Equivalentes inclui os valores das rubricas de Caixa e Depósitos Bancários, que figuram na Demonstração da Posição Financeira, com uma maturidade de 3 meses ou menos, e os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos.



Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem, e classificam-se como segue:

- **Financiamentos Bancários** - Os Financiamentos são valorizados ao custo amortizado, sendo o valor recebido líquido de comissões com a emissão desses Financiamentos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e contabilizados na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

- **Fornecedores e Outras Contas a Pagar** - Os saldos de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, sempre que aplicável, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Instrumentos Financeiros Derivados e contabilidade de cobertura

O grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

- **Instrumentos de Cobertura** - A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos pelo seu justo valor na data da sua negociação. O justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados na demonstração de resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa, em que a variação é reconhecida em Capitais Próprios (“Outras Reservas Instrumentos Financeiros”). A contabilização é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Provisões

São constituídas Provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de ações passadas, quando é provável uma saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e esta possa ser medida com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Rubricas do Capital Próprio

As rubricas do Capital Próprio são as seguintes:

- **Capital Realizado** - Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.



- Outros Instrumentos de Capital Próprio - Os Instrumentos de Capital Próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. Os Instrumentos de Capital Próprio emitidos pela Entidade são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

- Reservas Legais - De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC)

- Reserva de Operações de cobertura - Esta conta inclui ajustamentos para o justo valor em ativos financeiros como por exemplo variações no justo valor de derivativos de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

- Resultados Transitados - Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas e os ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

- Resultado Líquido do Exercício - Esta rubrica inclui ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros, investimentos financeiros e propriedades de investimento que, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

Reconhecimento de réditos

Os réditos são reconhecidos como tal, na medida em que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa, e que possam ser avaliados com fiabilidade.

Para que os réditos sejam reconhecidos é necessário também que sejam observados na íntegra os seguintes critérios:

- Prestações de Serviços - As prestações de serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos concedidos.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

- Juros - Os réditos relativos a juros a receber são especializados,



de forma a serem reconhecidos no período a que respeitem, independentemente de ser, ou não, emitido o respetivo documento de suporte;

- Dividendos - Estes réditos são reconhecidos quando, em substância, se constitui, na Entidade declarante, a obrigação de proceder à declaração de Dividendos.

Imparidade de Ativos

A Empresa avalia, em cada data de reporte, se existem indícios de imparidade dos seus ativos. Sempre que estes se verificam, ou quando as IFRS requerem a realização de testes de imparidade, a Empresa estima o valor recuperável do ativo em questão, que corresponde ao mais alto entre o correspondente valor realizável, deduzido de eventuais custos de venda, ou ao seu valor de uso. Caso se verifique uma situação de imparidade, o valor do ativo é reduzido por forma a refletir o seu valor recuperável.

Ativos e Passivos Contingentes

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo divulgados nestas Notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informa-

ção adicional sobre as condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, se materiais.

2.3. Julgamentos da Gestão

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas, ou resultado de uma informação ou experiência adquiridas. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são como segue:

- Valorização e vida útil de Ativos Tangíveis e Intangíveis - A - Empresa utilizou diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos Ativos Tangíveis e Intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de Entidades, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos.
- Reconhecimento de Provisões e Ajustamentos - A Empresa é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na



opinião dos seus Advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma Provisão para essas contingências. Os Ajustamentos para Contas a Receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das partidas que compõem os saldos de Contas a Receber, o perfil de risco da entidade e a respetiva situação financeira. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para Contas a Receber diferem de negócio para negócio.

- Determinação do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros - A Empresa escolhe o método de avaliação que considera apropriado para determinar o valor de mercado de Instrumentos Financeiros não cotados num mercado ativo, com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado.

3. FLUXOS DE CAIXA

O saldo de “Caixa e seus Equivalentes” constante da Demonstração dos Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Caixa | 418 | 418 |
| Depósitos à Ordem | 17.555.693 | 10.884.644 |
| Outros Depósitos Bancários | 200 | 31.495.000 |
| | 17.556.311 | 42.380.062 |
| Instrumentos Financeiros Detidos para negociação | 10.273.137 | 10.404.062 |
| Outros Passivos Financeiros | (1.487.808) | |
| | 26.341.640 | 52.784.124 |
| Descobertos Bancários | - | (351.521) |
| | 26.341.640 | 52.432.604 |



4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às IFRS em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente. A nível de estimativas contabilísticas, também não houve qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em períodos futuros. Com exceção do parágrafo seguinte, não foram igualmente detectados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores. Em janeiro de 2016, a José de Mello Saúde, S.A. contratou em seu nome um seguro de rendas vitalícias que permite dar cumprimento a um contrato existente desde 2000, onde se responsabilizou por assegurar um pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social em 1 de janeiro de 2016. O montante do prémio comercial liquidado em 28 de janeiro de 2016 à companhia de seguros Fidelidade ascendeu a 2.504.321,78 euros. A Administração entende que o referido contrato não foi devidamente reconhecido nas Demonstrações Financeiras dos anos anteriores, o que originou uma correção com impacto negativo nos resultados transitados no montante de 1.770.717,60 euros. Por esse motivo, e dado que o referido gasto não foi reconhecido em momento devido, os comparativos encontram-se reexpressos em conformidade com a IAS 19, conforme se segue:

Efeito da reexpressão em 1 de janeiro de 2014

| | Quantia Divulgada | Quantia Reexpressa | Efeito de Reexpressão |
|--|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Efeito no Ativo em 1 de janeiro de 2014 | | | |
| Impostos Diferidos | 3.164.690 | 3.700.311 | 535.621 |
| Total do Ativo em 1 de janeiro de 2014 | 3.164.690 | 3.700.311 | 535.621 |
| Efeito no Capital Próprio em 1 de janeiro de 2014 | | | |
| Resultados Transitados | (2.375.129) | (4.025.718) | (1.650.588) |
| Total do Capital Próprio em 1 de janeiro de 2014 | (2.375.129) | (4.025.718) | (1.650.588) |
| Efeito no Passivo em 1 de janeiro de 2014 | | | |
| Outras contas a pagar | 741.811 | 2.928.021 | 2.186.210 |
| Total do Passivo em 1 de janeiro de 2014 | 741.811 | 2.928.021 | 2.186.210 |

A quantia divulgada em Capital Próprio a 1 de janeiro de 2014 inclui a aplicação do Resultado Líquido de 2013.



Detalhe dos ajustamentos em capital próprio em 1 de janeiro de 2014

| | 01-01-2014 |
|-----------------------------------|------------|
| Capital Próprio | |
| Reconhecimento Benefícios Reforma | 2.186.210 |
| Imposto Diferido | (535.621) |
| | 1.650.588 |

Efeito da Reexpressão em 31 de dezembro de 2014

| | Quantia Divulgada | Quantia Reexpressa | Efeito de Reexpressão |
|--|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Efeito no Ativo em 31 de dezembro de 2014 | | | |
| Impostos Diferidos | - | 574.604 | 574.604 |
| Total do Ativo em 31 de dezembro de 2014 | - | 574.604 | 574.604 |
| Efeito no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2014 | | | |
| Resultados Transitados | (3.310.010) | (4.960.599) | (1.650.588) |
| Resultados Líquidos do Período | 18.693.768 | 18.573.639 | (120.129) |
| Total do Capital Próprio em 31 de dezembro de 2014 | 15.383.757 | 13.613.040 | (1.770.718) |
| Efeito no Passivo em 31 de dezembro de 2014 | | | |
| Outras contas a pagar | 1.607.666 | 3.952.988 | 2.345.321 |
| Total do Passivo em 31 de dezembro de 2014 | 1.607.666 | 3.952.988 | 2.345.321 |

Detalhe dos ajustamentos em capital próprio em 31 de dezembro de 2014

| | 31-12-2014 |
|-----------------------------------|------------|
| Reconhecimento Benefícios Reforma | 159.112 |
| Imposto Diferido | (38.982) |
| | 120.129 |

Efeitos da Reexpressão nos Resultados do Exercício de 2014

| | Quantia Divulgada | Quantia Reexpressa | Efeito de Reexpressão |
|---|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Efeito em resultados (exercício findo em 31 de dezembro de 2014) | | | |
| Gastos com Pessoal | (1.263.728) | (1.422.839) | (159.112) |
| Imposto diferido | 0 | 38.982 | 38.982 |
| Resultado Líquido do exercício em 31 de dezembro de 2014 | (1.263.728) | (1.422.839) | (120.129) |



5. PARTES RELACIONADAS

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere e a natureza do relacionamento com as partes relacionadas estão evidenciados no quadro seguinte:

| Subsidiárias | Localização | Serviços que a Empresa presta/ Transações que faz | Serviços que a Empresa recebe/ Transações que recebe |
|---|-------------|--|---|
| Academia CUF, Lda | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda | Portugal | | Consultoria |
| Clinica CUF Alvalade, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Clinica CUF Belém, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Clinica CUF Torres Vedras, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Portugal | Consultoria | |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Hospital CUF Porto, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | Portugal | Aluguer de equipamentos | |
| JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais ACE | Portugal | Serviços Partilhados | |
| Loja Saúde CUF - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A. | Portugal | Serviços Partilhados | |
| PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde - SGPS, S.A. | Portugal | Empréstimos | |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | Portugal | Serviços Partilhados | Medicina no Trabalho |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda | Portugal | Empréstimos | |
| Nova imagem - Centro de Radiodiagnóstico, S.A. | Portugal | Empréstimos | |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | Portugal | Empréstimos | |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Portugal | Empréstimos | |



Transações e Saldos Pendentes

A quantia das transações e dos saldos pendentes são os indicados no quadro seguinte:

| Empresa | Ano | Saldos devedores | | Saldos credores | Transações | |
|---|------|------------------|---------------------------|-----------------|-------------|---------|
| | | Clientes | Acionistas e subsidiárias | Fornecedores | Rendimentos | Gastos |
| Academia CUF, Lda | 2015 | 1.264 | | | 12.336 | |
| | 2014 | | 1.812.175 | | | |
| Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda | 2015 | | | | | |
| | 2014 | | 623.000 | 326.831 | | 265.717 |
| Clinica CUF Alvalade, S.A. | 2015 | 71.784 | | | 110.333 | |
| | 2014 | 10.654 | | | 8.662 | |
| Clinica CUF Belém, S.A. | 2015 | 4.019 | | | 19.606 | |
| | 2014 | 14.291 | | | 11.619 | |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | 2015 | 10.696 | 3.200.000 | | 99.939 | |
| | 2014 | 9.234 | | | 11.139 | |
| Clinica CUF Torres Vedras, S.A. | 2015 | 3.297 | | | 16.000 | |
| | 2014 | | | | | |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 2015 | | | | | |
| | 2014 | 13.852 | | | 11.262 | |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 2015 | 65.795 | 16.700.000 | | 491.264 | |
| | 2014 | 92.956 | | | 75.574 | |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | 2015 | 82.458 | 16.500.000 | | 390.442 | |
| | 2014 | 3.908 | | | 3.178 | |
| Hospital CUF Porto, S.A. | 2015 | 187.125 | 15.700.000 | | 989.988 | |
| | 2014 | 104.122 | 10.000.000 | | 130.751 | |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | 2015 | 44.671 | | | 92.166 | |
| | 2014 | | | | | |
| JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais ACE | 2015 | 705.302 | | | 501.022 | |
| | 2014 | 1.845.617 | | | 402.218 | |
| Loja Saúde CUF - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A. | 2015 | 2.124 | | | 20.724 | |
| | 2014 | 7.401 | | | 24.068 | |
| PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde - SGPS, S.A. | 2015 | | 2.000.000 | | 88.310 | |
| | 2014 | | 2.000.000 | | | |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | 2015 | 22.466 | | 53 | 55.752 | 450 |
| | 2014 | 28.031 | | 107 | 57.938 | 396 |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda | 2015 | | 26.063.903 | | 917.607 | |
| | 2014 | | 406.602 | | | |
| Nova imagem - Centro de Radiodiagnóstico, S.A. | 2015 | | | | | |
| | 2014 | | 17.388 | | | |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | 2015 | 332 | 19.566 | | 511 | |
| | 2014 | | | | | |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 2015 | | 2.690.000 | | 43.543 | |
| | 2014 | | | | | |



Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------|---------|---------|
| Total de Remunerações | 469.074 | 418.020 |
| | 469.074 | 418.020 |

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

| | Edifícios e outras construções | Equipamento Básico | Equipamento Administrativo | Imobilizações em curso | Total Ativos Tangíveis |
|--------------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|------------------------|------------------------|
| CUSTOS | | | | | |
| A 1 de janeiro de 2014 | 405.619 | 989.288 | 237.165 | 431.580 | 2.063.652 |
| Aumentos | 59.341 | 2.340.415 | 12.818 | 329.719 | 2.742.292 |
| Transferências | 48.139 | 9.400 | - | (57.539) | - |
| Abates | - | (825.000) | - | - | (825.000) |
| A 31 de dezembro de 2014 | 513.098 | 2.514.103 | 249.983 | 703.760 | 3.980.944 |
| Aumentos | 129.221 | 2.347.139 | 4.747 | - | 2.481.108 |
| Transferências | - | 703.760 | - | (703.760) | - |
| Abates | - | (255.750) | - | - | (255.750) |
| A 31 de dezembro de 2015 | 642.319 | 5.309.252 | 254.730 | (0) | 6.206.301 |
| DEPRECIÇÕES E IMPARIDADE: | | | | | |
| A 1 de janeiro de 2014 | 106.412 | 19.640 | 132.855 | - | 258.908 |
| Depreciações | 43.280 | 320.562 | 18.211 | - | 382.053 |
| Transferências | - | (165.000) | - | - | (165.000) |
| A 31 de dezembro de 2014 | 149.692 | 175.202 | 151.066 | - | 475.961 |
| Depreciações | 54.787 | 616.835 | 19.974 | - | 691.596 |
| Alienações | - | (93.879) | - | - | (93.879) |
| A 31 de dezembro de 2015 | 204.480 | 698.158 | 171.039 | - | 1.073.677 |
| VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO: | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2015 | 437.840 | 4.611.093 | 83.691 | (0) | 5.132.624 |
| A 31 de dezembro de 2014 | 363.406 | 2.338.901 | 98.917 | 703.760 | 3.504.983 |
| A 1 de janeiro de 2014 | 299.207 | 969.648 | 104.310 | 431.580 | 1.803.379 |



Como se pode verificar pelo mapa acima, os principais aumentos do ano foram de equipamento básico adquirido para alugar às empresas do grupo.

7. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E PARTICIPADAS

Esta conta apresenta a seguinte decomposição:

| | Atividade | 2015 | % Detida | 2014 | % Detida |
|---|---------------------------------|-------------------|----------|-------------------|----------|
| Academia CUF Lda | Formação | 5.000 | 100,00% | 5.000 | 100,00% |
| Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda | Serviços ao Cliente | - | 100,00% | - | 24,90% |
| Clinica CUF Alvalade, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 1.164.124 | 100,00% | 1.164.124 | 100,00% |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Hospital CUF Torres Vedras, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | - | 60,00% | - | 60,00% |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 3.327.449 | 60,00% | 3.361.905 | 60,00% |
| Digihealth, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 50.000 | 88,00% | - | 88,00% |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 6.357.407 | 100,00% | 6.357.407 | 100,00% |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 21.792.246 | 100,00% | 20.776.355 | 100,00% |
| Loja Saude CUF - Produtos e Serviços de Saude e Bem Estar, S.A. | Parafarmácia | 117.188 | 100,00% | 117.188 | 100,00% |
| PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde - SGPS, S.A. | Gestão de Participações Sociais | - | 100,00% | - | 100,00% |
| S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A. | Serviços Domiciliários | - | - | 1.105.891 | 100,00% |
| Vramondi International BV | Gestão de Participações Sociais | 18.928.713 | 99,00% | 18.928.713 | 99,00% |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | Gestão de Infraestrutura | 399.572 | 20,00% | 895.573 | 20,00% |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento S.A. | Gestão de Infraestrutura | -140.984 | 20,00% | -140.984 | 20,00% |
| Valir - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS S.A. | Gestão de Participações Sociais | 21.446.466 | 95,55% | 21.446.465 | 92,60% |
| IBET | Investigação | 5.000 | 5,00% | 5.000 | 5,00% |
| Imo Health - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda | Consultoria na Área da Saúde | 367.500 | 100,00% | 367.500 | 100,00% |
| Hospital CUF Porto, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 50.000 | 100,00% | - | - |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Prestação de Serviços de Saúde | 12.390.104 | 100,00% | - | - |
| Manuel Guimarães, Lda | Prestação de Serviços de Saúde | 82.976 | 100,00% | - | - |
| | | <u>86.342.762</u> | | <u>74.300.138</u> | |



8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Seguem os instrumentos financeiros evidenciados na Demonstração da Posição Financeira, exceto Investimentos em Subsidiárias e Participadas, Outros Ativos Financeiros e Caixa e Depósitos Bancários:

Clientes

A quantia total escriturada relativamente a clientes encontra-se decomposta no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|----------------|-----------|-----------|
| Cientes | | |
| Custo | 2.098.159 | 3.306.122 |
| | 2.098.159 | 3.306.122 |

A antiguidade de clientes decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | Total | Dívida não vencida | Dívida vencida | | | | |
|-------------|-----------|--------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|---------|
| | | | ≤ 180 Dias | 181-365 Dias | 366-545 Dias | 546-730 Dias | >730 |
| 2015 | 2.098.159 | 916.464 | 433.490 | 121.017 | 20.771 | 310.964 | 295.004 |
| 2014 | 3.306.122 | 1.317.182 | 1.509.664 | 284.679 | 41.327 | 16.870 | 136.400 |



Outras Contas a Receber

As Outras contas a Receber discriminam-se como segue:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|----------------|
| OUTRAS CONTAS A RECEBER | | |
| Pessoal | 663 | 1.599 |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | | |
| Juros a receber | 2.359.317 | 513 |
| Outros devedores | 188.823 | 740.644 |
| Gastos a reconhecer | | |
| Rendas | 59.857 | 47.060 |
| Seguros | 2.477 | 2.079 |
| Informática | 1.633.305 | - |
| Juros antecipados | - | 115.879 |
| | <u>4.244.443</u> | <u>907.773</u> |

A rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos” refere-se essencialmente aos juros de suprimentos debitados às unidades do grupo com as quais a empresa apresenta saldo.

O aumento dos “Gastos a reconhecer” deve-se essencialmente à rubrica “Informática”. Este aumento justifica-se por faturas recebidas no ano corrente do fornecedor “Microsoft” relativas à manutenção de licenças informáticas de 2016.



Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de acionistas tinha a seguinte decomposição:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo Não corrente | | |
| Hospital CUF Porto, S.A. | 15.700.000 | 10.000.000 |
| IMO HEALTH - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda. | 2.000.000 | - |
| PPPS - Parcerias Público Privadas na Saúde, - SGPS, S.A. | 2.000.000 | - |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 16.700.000 | - |
| Hospital CUF Infante Santo, S.A. | 16.500.000 | - |
| Hospital CUF Cascais, S.A. | 3.200.000 | - |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 2.690.000 | - |
| | 58.790.000 | 10.000.000 |
| Ativo Corrente | | |
| José de Mello SGPS, S.A. | 4.112.780 | 4.112.780 |
| PPPS - Parcerias Público Privadas na Saúde, - SGPS, S.A. | | 2.000.000 |
| Farminveste S.A. | 1.763.018 | 1.763.018 |
| Vramondi International BV | | 1.523.321 |
| BESO - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda. | | 623.000 |
| IMO HEALTH - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda. | 24.063.903 | 406.602 |
| Hospital CUF Viseu, S.A. | 19.566 | - |
| Manuel Guimarães, Lda | 90.440 | 583.500 |
| | 30.049.707 | 11.012.221 |

Capital

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, dividido em 10.600.000 ações, no valor de 5 euros cada, e que se divide da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| CAPITAL | | |
| José de Mello SGPS, S.A. | 34.900.500 | 34.900.500 |
| Farminveste-Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 15.900.000 | 15.900.000 |
| Fundação Amélia da Silva de Mello | 2.199.500 | 2.199.500 |
| | 53.000.000 | 53.000.000 |



As principais variações ocorridas nos Capitais Próprios, como se pode verificar pela Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios, estão relacionadas com:

- Aplicação do Resultado Líquido positivo do ano anterior no valor de 18.693.768 euros, conforme ata nº 48:
 - Transferência para Resultados Transitados no montante de 17.759.079 euros
 - Constituição de Reservas Legais no valor de 934.688 euros para Reservas Legais

As Reservas e outras rubricas do capital próprio registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

A Reserva legal não está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que se procedeu à dotação do valor mínimo estipulado (5% do resultado líquido).

Em 31 de dezembro de 2015 o valor reconhecido em reservas livres respeita ao reconhecimento de perdas com operações de cobertura no montante de 1.487.808 euros (nota "Outros Passivos Financeiros").

| | Reservas Legais | Reservas Livres | Resultados Transitados |
|--|--------------------|--------------------|---------------------------|
| 1 de janeiro de 2014 | 1.560.932 | 12.248 | (21.072.744) |
| Efeitos de reexpressão | | | (1.650.588) |
| 1 de janeiro de 2014 (Reexpresso) | 1.560.932 | 12.248 | (22.723.333) |
| Adições | 934.881 | | 17.762.734 |
| Outras alterações | | | |
| 31 de dezembro de 2014 | 2.495.813 | 12.248 | (4.960.599) |
| 1 de janeiro de 2015 | 2.495.813 | 12.248 | (4.960.599) |
| Efeitos de reexpressão | | | (120.129) |
| Adições | 934.688 | (1.487.808) | 17.759.079 |
| Dividendos | | | |
| 31 de dezembro de 2015 | 3.430.501 | (1.475.560) | 12.678.352 |



Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

O saldo de “Fornecedores” registou um aumento significativo face ao ano anterior, o qual é justificado pelo fornecedor “Microsoft” (nota “Outras Contas a Receber – Gastos a Reconhecer”).

Outras Contas a Pagar

As Outras contas a Pagar discriminam-se como segue:

Na rubrica de “Outros” está englobado o valor de 2.504 mil euros referente aos benefícios de reforma que foram pagos em janeiro de 2016 (nota 4).

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------|-----------|---------|
| Fornecedores, conta corrente | 2.157.142 | 904.232 |
| | 2.157.142 | 904.232 |

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------|------------|
| | | Reexpresso |
| OUTRAS CONTAS A PAGAR | | |
| Pessoal | 8.387 | 8.275 |
| Fornecedores de investimento | - | 703.760 |
| Credores por acréscimos de gastos | | |
| Remunerações a liquidar (Férias/Subsídio de férias) | 498.071 | 209.986 |
| Outros | 3.085.538 | 3.029.886 |
| Outros credores | 12.033 | 1.081 |
| | 3.604.029 | 3.952.988 |



Outros Passivos Financeiros

Em 2014, a José de Mello Saúde, S.A. tinha a quase totalidade dos seus financiamentos indexados a taxas variáveis. Com o objetivo de reduzir o risco de exposição a variações de taxa de juro, foram contratadas em maio, junho e julho de 2015 “Swaps” de taxas de juro, “plain vanilla”, que cobrem 100% dos montantes dos empréstimos obrigacionistas emitidos em junho de 2014 e em maio de 2015 (100 milhões de euros no total). Os “Swaps” contratados respeitam as características das referidas emissões de obrigações por forma a serem considerados produtos de cobertura (mesmo indexante, mesmo período e prazos de pagamento de juros).

Na data de pagamento de juros, a Empresa recebe juros indexados à E6 para 100% do capital das obrigações e paga juros a taxa fixa sobre o mesmo montante.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a empresa tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a seis contratos de “Swap” de taxa de juro contratados pela empresa, com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro.

| | 2015 | | | | 2014 | | | |
|---|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|
| | Ativo | | Passivo | | Ativo | | Passivo | |
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | | | | | | | | |
| <i>Swap taxa de juro</i> | - | - | - | 1.487.808 | - | - | - | - |
| Total de derivativos ativos/passivos | - | - | - | 1.487.808 | - | - | - | - |



Justo Valor dos Instrumentos Financeiros - As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram as seguintes:

| Derivados Designados como cobertura de fluxos de caixa | Nacional | Moeda | Objectivo Económico | Maturidade | Justo Valor | |
|---|------------|-------|---|------------|-------------|------|
| | | | | | 2015 | 2014 |
| Swap's de Taxas de Juro | | | | | | |
| Swap 13121-001 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | jun-19 | (346.194) | - |
| Swap 13136-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | jun-19 | (158.448) | - |
| Swap 13121-002 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | mai-21 | (454.049) | - |
| Swap 13137-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | mai-21 | (273.507) | - |
| Swap 13152-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | mai-21 | (154.873) | - |
| Swap 13153-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | jun-19 | (100.737) | - |
| | | | | | (1.487.808) | 0 |

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos dos instrumentos financeiros de cobertura derivados é semestral:

| Ref. | SWAP'S | | | | | |
|------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 13121-001 | 13121-002 | 13136-001 | 13137-001 | 13152-001 | 13153-001 |
| Trade date | 19-05-2015 | 19-05-2015 | 23-06-2015 | 23-06-2015 | 30-07-2015 | 30-07-2015 |
| Effective date | 21-05-2015 | 21-05-2015 | 25-06-2015 | 25-06-2015 | 31-07-2015 | 31-07-2015 |
| Termination date | 09-06-2019 | 17-05-2021 | 09-06-2019 | 17-05-2021 | 17-05-2021 | 09-06-2019 |
| National Amount | 25.000.000 | 25.000.000 | 12.500.000 | 12.500.000 | 12.500.000 | 12.500.000 |



• Cobertura de Fluxos de Caixa - A Empresa procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de emissões obrigacionistas, através da designação de “Swaps” de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, com um nocional de 100 milhares de euros. Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O justo valor dos “Swaps” de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2015, é de 1.487.808 euros negativos.

Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” Não Correntes e Correntes discriminam-se como segue:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------|--------------------|-------------------|
| NÃO CORRENTE | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Empréstimos Bancários | | |
| Novo Banco | - | 1.967.982 |
| Loações financeiras | 3.286.163 | 1.450.709 |
| Empréstimos por Obrigações | 99.209.064 | 49.559.952 |
| Papel Comercial | - | 6.285.714 |
| | <u>102.495.227</u> | <u>59.264.357</u> |
| CORRENTE | | |
| Financiamentos obtidos | | |
| Empréstimos Bancários | | |
| Novo Banco | - | 700.370 |
| Loações financeiras | 1.045.272 | 567.705 |
| Descobertos Bancários | - | 351.521 |
| Papel Comercial | 4.500.000 | 8.164.286 |
| | <u>5.545.272</u> | <u>9.783.881</u> |



O aumento dos financiamentos obtidos é justificado pela emissão, em maio de 2015, de um novo empréstimo obrigacionista no montante de 50 milhões de euros, pelo prazo de 5 anos, a uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses acrescida de 2,95%.

A emissão foi colocada junto dos investidores institucionais, com mais de 20% colocados em investidores internacionais, e foi solicitada a admissão à negociação nos mercados regulamentados *Euronext Lisbon* e *Bourse de Luxembourg*.

As locações encontram-se detalhadas na Nota 10 – Locações.

Compromissos financeiros com garantias

À data de 31 de dezembro de 2015 a entidade tem em carteira as seguintes garantias prestadas:

| Garantia | Banco | Data do início | Montante | Beneficiário | Objeto |
|-----------------|--------------|-----------------------|-----------------|---|--|
| N00367208 | Nouo Banco | 19/05/11 | 2.400.000,00 € | Escala Vila Franca de Xira - Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA | Acordo de subscrição e realização de capital |



Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de taxa de câmbio
- Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa. Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash-flows* sujeitos a situações de risco;

- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação e avaliação – é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa. A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, na sua Demonstração da Posição Financeira, de ativos e passivos financeiros contratados a taxa fixa ou a taxa variável.

No primeiro caso, a Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou



negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de financiamentos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar;
- Atividades de financiamento – Financiamentos Obtidos.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e outras Contas a Receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por entidades especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

As contas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte decomposição:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo a Receber | | |
| Imposto sobre o rendimento | 6.208.396 | 6.939.160 |
| IVA | 435.869 | 230.281 |
| | <u>6.644.265</u> | <u>7.169.441</u> |
| Saldo a Pagar | | |
| Retenções Imposto sobre Rendimento | 17.212 | 19.175 |
| Contribuição para a Segurança Social | 12.623 | 11.628 |
| | <u>29.835</u> | <u>30.803</u> |



10. LOCAÇÕES

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa tem contratos de locação financeira para vários itens dos seus Ativos Fixos Tangíveis, incluídos na Demonstração da Posição Financeira. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| TANGÍVEIS | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | - | |
| Edifícios e outras construções | 84.392 | |
| Equipamento básico | 4.530.646 | |
| Equipamento Administrativo | | 2.191.621 |
| | <u>4.615.038</u> | <u>2.191.621</u> |

O total dos futuros pagamentos mínimos da locação financeira à data da Demonstração da Posição Financeira, repartidos por períodos de vencimentos, encontra-se detalhado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Não mais de um ano | 1.045.272 | 567.705 |
| Mais de um ano | 3.286.163 | 1.450.709 |
| | <u>4.331.435</u> | <u>2.018.414</u> |

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram pagas rendas relativas a contratos de locação financeira no valor de 917.686 euros e 165.599 euros, respetivamente.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de locação operacional em vigor na Empresa respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram reconhecidos custos de 19.287 euros e 21.867 euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.



11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada rubrica, encontra-se refletido no quadro seguinte:

| | Outras Provisões |
|---------------------------------|-------------------------|
| A 1 de janeiro de 2014 | 51.485.409 |
| Aumentos do ano | 3.624.104 |
| Reversões do ano | (11.522.874) |
| A 31 de dezembro de 2014 | <u>43.586.638</u> |
| A 1 de janeiro de 2015 | 43.586.638 |
| Aumentos do ano | 97.000 |
| Reversões do ano | (41.180) |
| A 31 de dezembro de 2015 | <u>43.642.458</u> |

O aumento respeita à participação na subsidiária “Manuel Guimarães, Lda”.

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O gasto por impostos é o indicado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| | | Reexpresso |
| Imposto Corrente | | |
| IRC do ano | (1.962.976) | (5.333.316) |
| | (1.962.976) | (5.333.316) |
| Imposto Diferido | | |
| Originados e objeto de reversão por | | |
| diferenças temporárias | | 3.125.708 |
| Swap's | (334.757) | 38.982 |
| Benefícios Reforma | 11.131 | (38.982) |
| | (323.625) | 3.125.708 |
| | <u>(2.286.601)</u> | <u>(2.207.609)</u> |



As quantias de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

| | Contas Balanço | | Contas Demonstração Resultados | |
|----------------------------------|----------------|--------------------|--------------------------------|--------------------|
| | 2015 | 2014 | 2014 | 2015 |
| | | Quantia Reexpressa | Quantia divulgada | Quantia Reexpressa |
| Impostos Diferidos Ativos | | | | |
| Prejuízos Fiscais | - | - | - | (3.164.690) |
| Swap's | 334.757 | - | - | - |
| Benefícios Reforma | 563.472 | 574.604 | - | 38.982 |
| | 898.229 | 574.604 | - | (3.125.708) |



A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

| | Base de imposto | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Resultado antes de impostos | 16.232.566 | 16.525.142 |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,00% | 23,00% |
| IMPOSTO SOBRE O LUCRO À TAXA NOMINAL | 3.408.839 | 463.809 |
| Proueitos não tributáveis | | |
| Matéria coletável / prejuízo fiscal imputado por ACE | | |
| Mais Valias Contabilísticas | | |
| Imposto diferido | | 1.801.899 |
| Anulação do Metodo de equivalencia patrimonial | | |
| Eliminação da dupla tributação | 23.103.730 | 15.473.115 |
| Excesso de Estimativa para Impostos | | |
| Restituição de impostos | 199.929 | 34.960 |
| Reversão de perdas por imparidade | | |
| Reversão de provisões tributadas | 41.180 | 550.000 |
| Benefícios Fiscais | 3.380 | 2.925 |
| Outros | | 129.787 |
| | 23.348.219 | 17.992.686 |

| | Base de imposto | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2015 | 2014 |
| Custos não dedutíveis para efeitos fiscais | | |
| Donativos | 35.102 | 70.142 |
| Multas, coimas e juros compensatórios | 1.409 | 167 |
| Encargos de viaturas sem condutor | | 5.867 |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis | 8.698 | 30.695 |
| Anulação do Metodo de equivalencia patrimonial | | 19.413 |
| Depreciações e amortizações não aceites como gasto | | 88 |
| Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais | 97.000 | |
| IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros | 74.263 | |
| Correções relativas a exercicios anteriores | 485.163 | 17.923 |
| Outros | 2.504.268 | 11.920 |
| | 3.205.903 | 156.216 |
| Prejuízo Fiscal/Lucro Tributável | (3.909.751) | (1.311.328) |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,00% | 23,00% |
| Imposto calculado | - | - |
| Tributação autónoma | 69.350 | 34.629 |
| Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos | (323.625) | 3.125.708 |
| Benefícios Fiscais | (2.032.326) | (5.367.945) |
| Outros | (2.286.601) | (2.207.609) |
| | (2.286.601) | (2.207.609) |
| Imposto sobre o rendimento | (2.286.601) | (2.207.609) |
| Taxa efetiva de imposto | 0,00% | 0,00% |



13. SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------------|------------------|----------------|
| Prestações de Serviços | | |
| Serviços | 1.096.221 | 650.908 |
| | <u>1.096.221</u> | <u>650.908</u> |

Os Serviços Prestados em 2015 respeitam a serviços de aluguer de equipamentos, e registaram um aumento de 445 mil euros face ao exercício anterior. Este aumento é justificado essencialmente pelo Hospital CUF Porto, Clínica CUF Alvalade, Hospital CUF Descoberta e Hospital CUF Infante Santo.

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|----------------|
| Rendimentos Suplementares | | |
| Rendimentos e Ganhos em empresas do grupo e associadas | | |
| Aliações | 6.593 | - |
| Outros | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | 38.220 | - |
| Excesso da estimativa para Impostos | 199.929 | 34.960 |
| Restituição Impostos | - | 129.787 |
| Outros não especificados | 775.893 | 470.218 |
| | <u>1.020.635</u> | <u>634.964</u> |

A rubrica de “Outros não especificados” engloba essencialmente o valor da renda do escritório debitado à JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais ACE. O aumento face ao ano anterior é justificado pelo aumento do espaço arrendado.



15. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| | | Reexpresso |
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 469.074 | 418.020 |
| Remunerações do Pessoal | 41.663 | 168.534 |
| Benefícios de Reforma | 158.947 | 159.112 |
| Encargos sobre Remunerações | 128.723 | 130.975 |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 33.807 | 43.654 |
| Gastos de ação social | 4.336 | 5.277 |
| Outros gastos com o Pessoal | 587.821 | 497.268 |
| | <u>1.424.370</u> | <u>1.422.839</u> |

O número de pessoas ao serviço da Empresa em 31 de dezembro de 2015 foi de 11 (2014: 9 pessoas).

16. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| Subcontratos | 39.649 | 9.662 |
| Serviços especializados | | |
| Trabalhos especializados | 1.550.453 | 2.144.268 |
| Publicidade e propaganda | 1.320.959 | 22.890 |
| Honorários | 307.802 | 483.373 |
| Conservação e reparação | - | 4.456 |
| Materiais | | |
| Ferramentas e utensílios | 4.041 | - |
| Livros e Documentação Técnica | 2.260 | 5.012 |
| Material de escritório | 3.052 | 1.380 |
| Artigos para oferta | 400 | - |
| Energia e Fluidos | | |
| Electricidade | 45.002 | 37.613 |
| Combustíveis | 2.898 | 1.342 |
| Deslocações, estadas e transportes | | |
| Deslocações e estadas | 53.700 | 24.647 |
| Serviços diversos | | |
| Rendas e alugueres | 696.434 | 532.742 |
| Comunicação | 69.502 | 45.095 |
| Seguros | 24.867 | 7.401 |
| Contencioso e notariado | 51.890 | 7.859 |
| Despesas de representação | 727 | 1.065 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 4.290 | 4.031 |
| Outros | 2.659 | 24.817 |
| | <u>4.180.585</u> | <u>3.357.654</u> |



O aumento dos fornecimentos e serviços externos é essencialmente justificada pela rubrica de “Publicidade e Propaganda” e “Rendas e Alugueres”.

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Gastos e Perdas em empresas do grupo e associadas | | |
| Ajustamento Ativos Financeiros | 130.925 | 19.413 |
| | <u>130.925</u> | <u>19.413</u> |
| Impostos | 73.741 | 115.229 |
| Outros | | |
| Correções relativas a períodos anteriores | 485.163 | 17.923 |
| Donativos | 35.102 | 91.000 |
| Quotizações | 8.450 | 12.800 |
| Insuficiência de estimativa para impostos | 74.263 | 228.149 |
| Multas e penalidades | | |
| Multas não fiscais | 1.409 | 167 |
| Outros gastos e perdas | 197.322 | - |
| | <u>875.450</u> | <u>465.269</u> |

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” aumentou cerca de 400 mil euros face ao ano anterior. Esta variação é essencialmente justificada pela conta de “Correções relativas a períodos anteriores”, na qual foi registado o perdão de dívida do Plano de Recuperação da Digihealth, S.A..

18. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Conforme mapa seguinte as depreciações e amortizações totalizam 691.596 euros (383.143 euros em 2014):

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Gastos de depreciação e de amortização | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | 691.596 | 382.053 |
| Ativos Intangíveis | - | 1.090 |
| | <u>691.596</u> | <u>383.143</u> |



19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Juros Obtidos | | |
| De Depósitos | 120.606 | 160.435 |
| De outras aplicações de Meios Financeiros Líquidos | 93.582 | 513 |
| De Financiamentos concedidos e subsidiárias | 2.265.222 | - |
| Dividendos Obtidos | | |
| De outros financiamentos concedidos | 23 311 332 | 15.102.115 |
| Outros Rendimentos Similares | 13 | - |
| | <u>25.790.756</u> | <u>15.263.063</u> |

A rubrica de “Juros Obtidos” engloba essencialmente os juros de suprimentos.

20. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Juros Suportados | | |
| De Financiamentos Obtidos | 3.318.688 | 1.817.717 |
| De Locações Financeiras | 113.629 | 23.515 |
| Outros | 353.780 | - |
| Outros Gastos e Perdas de Financiamento | | |
| De Financiamentos Obtidos | 4.629 | 5.667 |
| Outros | 525.573 | 586.459 |
| | <u>4.316.299</u> | <u>2.433.358</u> |

O aumento da rubrica “Juros suportados de financiamentos obtidos” é essencialmente justificado pelos juros do empréstimo obrigacionista emitido em maio de 2015 (50 milhões de euros).



21. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Estas demonstrações financeiras separadas foram autorizadas para emissão a 18 de março de 2016 pelo Conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2015 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o exigido pelo n.º5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não existem operações não incluídas na Demonstração da Posição Financeira pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

O Contabilista Certificado

A Administração



7.3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da José de Mello Saúde, S.A., as quais compreendem: a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 222.029.638 euros e um total de capital próprio de 63.067.867 euros, incluindo um resultado líquido de 18.519.167 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a)** a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
- b)** a informação financeira histórica, preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c)** a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d)** a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e)** a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração/pela Gerência, utilizadas na sua preparação; a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Códigos das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da José de Mello Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o ponto 8.4 – Informação sobre a Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade do Relatório e Contas inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 1 de abril de 2016

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:
Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



7.4. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA 2015

Senhores Acionistas,

Nos termos legais, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas individuais e consolidadas e o relatório de gestão individual e consolidado da José de Mello Saúde, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respetivos registos e a outros elementos comprovativos.

Ao nível da análise de controlos internos e avaliação do risco, o Conselho Fiscal interagiu regularmente com várias direções do grupo, nomeadamente a direção de auditoria interna, a direção financeira, a direção de planeamento estratégico, controlo de gestão e inovação e a direção de desenvolvimento organizacional e qualidade, tendo obtido os esclarecimentos e conforto considerados necessários.

Relevamos positivamente a melhoria acentuada da situação líquida da sociedade quer em termos individuais quer em termos consolidados. Salientamos ainda o crescimento do balanço da Sociedade que ultrapassou os 478 milhões de Euros, em parte devido ao aumento do perímetro de consolidação com a aquisição de um hospital em Santarém. A dívida bruta diminuiu 10,1 milhões de euros face a 2014, o que se justifica entre outras operações pelos reembolsos dos mútuos grupados do Novo Banco e amortização parcial dos leasings imobiliários da Imo Health. Apesar da diminuição da dívida bruta, a dívida líquida cresceu 26,6 milhões de euros devido à aquisição do terreno para o novo Hospital em Lisboa e a aquisição do Hospital de Santarém que implicaram a redução das disponibilidades. O rácio de alavancagem financeira, nomeadamente o D/EBITDA, cresceu para 2,0x (1,8x em 2014). A autonomia financeira melhorou para 17,0% face a 2014 devido ao reforço dos capitais próprios consolidados.

O relatório do Conselho de Administração explica a orientação da política seguida pela Sociedade no exercício, bem como a proposta de atuação para o exercício de 2016.

A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa o respetivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, refletem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.



Como nos competia procedemos à verificação dos termos da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, tendo concluído que o seu conteúdo merece o nosso acordo.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da Sociedade José de Mello Saúde, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias.

Nestes termos somos de parecer que:

1. A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
2. O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
3. O Relatório divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários sobre a estrutura e práticas do governo societário;
4. A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;

5. A Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Resultado Integral Consolidados, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Finalmente desejamos agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das funções.

Lisboa, 1 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
Presidente

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva
Vogal

José Luís Bonifácio Lopes
Vogal





8. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

8.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a 31 de dezembro de 2015

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31/12/15 | 31/12/14 Reexpresso | 01/01/14 Reexpresso |
|---|--------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Ativos não correntes: | | | | |
| Goodwill | 15 | 32.808.529 | 31.926.000 | 36.368.635 |
| Ativos intangíveis | 16 | 11.448.091 | 13.845.081 | 15.588.807 |
| Ativos fixos tangíveis | 17 | 167.033.259 | 129.463.948 | 78.058.487 |
| Propriedades de investimento | | 69.825 | - | - |
| Investimentos em associadas | 18 | 3.268.747 | 4.033.056 | 5.227.841 |
| Outros investimentos | 19 | 311.628 | 66.200 | 70.859 |
| Ativos por impostos diferidos | 20 | 3.178.936 | 2.556.935 | 4.877.322 |
| Outros ativos não correntes | 21 | 8.296.945 | 8.296.945 | 8.296.945 |
| Total de ativos não correntes | | 226.415.959 | 190.188.164 | 148.488.896 |
| Ativos correntes: | | | | |
| Inventários | 7 e 22 | 8.930.011 | 7.248.759 | 7.141.366 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 23 | 87.689.081 | 72.122.683 | 61.847.583 |
| Outros devedores correntes | 24 | 10.595.019 | 8.661.415 | 7.819.286 |
| Estado e outros entes públicos | 25 | 7.342.073 | 7.604.466 | 7.265.282 |
| Outros ativos correntes | 21 | 54.251.333 | 38.777.057 | 30.289.657 |
| Caixa e depósitos bancários | 26 | 83.476.796 | 120.173.190 | 91.600.330 |
| Total de ativos correntes | | 252.284.312 | 254.587.571 | 205.963.504 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 5 | 76.416 | 13.814.393 | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 478.776.687 | 458.590.128 | 354.452.400 |



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31/12/15 | 31/12/14 Reexpresso | 01/01/14 Reexpresso |
|---|---------|--------------------|------------------------|------------------------|
| Capital próprio: | | | | |
| Capital | 27 | 53.000.000 | 53.000.000 | 53.000.000 |
| Prestações acessórias | | 14.350.000 | 14.350.000 | 14.350.000 |
| Reserva legal | 28 | 3.430.501 | 2.495.813 | 1.560.932 |
| Outras reservas e resultados transitados | | (15.113.286) | (32.978.803) | (44.910.593) |
| Resultado líquido consolidado | | 21.893.940 | 16.282.941 | - |
| Capital próprio atribuível a acionistas | | 77.561.156 | 53.149.951 | 24.000.339 |
| Interesses que não controlam | 29 | 3.708.111 | 3.577.537 | 3.227.233 |
| Total do capital próprio | | 81.269.266 | 56.727.488 | 27.227.571 |
| Passivos não correntes: | | | | |
| Empréstimos | 30 | 115.027.134 | 105.649.914 | 67.589.939 |
| Credores por locações financeiras | 31 | 58.919.624 | 70.852.585 | 25.967.842 |
| Benefícios aos empregados | 32 e 33 | 1.762.373 | 1.954.488 | 2.075.908 |
| Provisões | 33 | 12.974.908 | 12.759.637 | 12.243.182 |
| Outros Passivos não concorrentes | 37 | 1.487.808 | | |
| Total de passivos não correntes | | 190.171.848 | 191.216.624 | 107.876.870 |
| Passivos correntes: | | | | |
| Empréstimos | 30 | 27.695.473 | 33.348.661 | 65.672.065 |
| Credores por locações financeiras | 31 | 10.460.085 | 12.353.257 | 10.992.199 |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | 34 | 86.184.115 | 74.964.533 | 76.843.630 |
| Estado e outros entes públicos | 25 | 18.616.687 | 17.532.413 | 12.071.294 |
| Outros credores correntes | 35 | 7.250.907 | 8.310.976 | 6.850.610 |
| Outros passivos correntes | 36 | 57.128.305 | 52.542.322 | 46.918.159 |
| Total de passivos correntes | | 207.335.573 | 199.052.161 | 219.347.958 |
| Passivos diretamente relacionados com ativos | | | | |
| não correntes detidos para venda | 5 | - | 11.593.855 | - |
| TOTAL DO PASSIVO | | 397.507.421 | 401.862.640 | 327.224.828 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 478.776.687 | 458.590.128 | 354.452.400 |

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição em 31 de dezembro de 2015.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31/12/14 Reexpresso | | Total | |
|---|-------|----------------------|------------------------|---------------------|---------------------------|
| | | 31-12-2015 | Atividades Continuadas | | Atividades Descontinuadas |
| OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO | | | | | |
| Proveitos operacionais: | | | | | |
| Vendas e prestações de serviços | 5 e 6 | 551.659.291 | 507.032.515 | 17.011.953 | 524.044.468 |
| Outros proveitos operacionais | 5 e 6 | 8.516.064 | 7.374.493 | 639.072 | 8.013.565 |
| Total de proveitos operacionais | | 560.175.355 | 514.407.008 | 17.651.026 | 532.058.034 |
| Custos operacionais: | | | | | |
| Custo das vendas | 7 | (104.571.627) | (93.900.917) | (1.323.649) | (95.224.566) |
| Fornecimentos e serviços externos | 8 | (214.079.381) | (198.451.972) | (9.922.681) | (208.374.652) |
| Gastos com o pessoal | 9 | (172.859.576) | (161.533.232) | (4.260.141) | (165.793.373) |
| Amortizações e depreciações | 17 | (22.793.301) | (21.037.940) | (1.916.282) | (22.954.221) |
| Provisões e perdas por imparidade, líquido | 33 | 1.471.945 | (1.063.032) | 348.548 | (714.484) |
| Outros custos operacionais | 10 | (5.168.692) | (3.651.397) | (528.046) | (4.179.443) |
| Total de custos operacionais | | (518.000.632) | (479.638.490) | (17.602.251) | (497.240.741) |
| Resultados operacionais | 5 | 42.174.723 | 34.768.518 | 48.775 | 34.817.293 |
| Custos e perdas financeiros | 11 | (11.683.759) | (10.616.161) | (336.527) | (10.952.688) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 11 | 1.010.733 | 1.669.728 | 9.484 | 1.679.212 |
| Resultados relativos a empresas associadas | 11 | 363.658 | 326.679 | - | 326.679 |
| Resultados relativos a atividades de investimento | 11 | (130.926) | (19.414) | - | (19.414) |
| Resultados financeiros | 5 | (10.440.293) | (8.639.168) | (327.042) | (8.966.210) |
| Resultados antes de impostos | 5 | 31.734.429 | 26.129.350 | (278.267) | 25.851.083 |
| Impostos sobre o rendimento | 12 | (9.510.192) | (8.956.763) | (76.090) | (9.041.853) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 22.224.237 | 17.163.587 | (354.357) | 16.809.230 |



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

| | Notas | 31-12-2015 | 31/12/14 Reexpresso | | Total |
|--|----------|-------------------|------------------------|---------------------------|-------------------|
| | | | Atividades Continuadas | Atividades Descontinuadas | |
| OPERAÇÕES DESCONTINUADAS: | | | | | |
| Resultados líquido do exercício das operações descontinuadas | | - | (354.357) | 354.357 | - |
| Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam | 29 | 330.297 | 526.290 | - | 526.290 |
| Resultado líquido do exercício atribuível a detentores de capital | 5 | 21.893.940 | 16.282.941 | - | 16.282.941 |
| Outros itens do Rendimento Integral: | | | | | |
| Justo valor dos imóveis afetos à saúde | 17 | 5.341.597 | 13.544.317 | - | 13.544.317 |
| Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda | 37 | (1.487.808) | - | - | - |
| | | 3.853.789 | 13.544.317 | - | 13.544.317 |
| Rendimento integral consolidado | | 26.078.026 | 30.353.547 | - | 30.353.547 |
| Rendimento integral do exercício atribuível a interesses que não controlam | 29 | 330.297 | 526.290 | - | 526.290 |
| Rendimento integral do exercício atribuível a detentores de capital | | 25.747.729 | 29.827.258 | - | 29.827.258 |
| Resultado por ação: | | | | | |
| Básico | 14 | 2,07 | | | 1,54 |
| Diluído | 14 | 2,07 | | | 1,54 |



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

| | Capital | Prestações acessórias | Reserva legal | Outras reservas e Resultados transitados | Resultado líquido | Interesses que não controlam | Total |
|---|-------------------|--------------------------|------------------|---|----------------------|------------------------------------|-------------------|
| SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2014 | 53.000.000 | 14.350.000 | 1.560.932 | (55.880.346) | 12.620.342 | 3.277.233 | 28.878.160 |
| EFEITOS DE REEXPRESSÃO | - | - | - | (1.650.588) | - | - | (1.650.588) |
| SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2014 (REEXPRESSO) | 53.000.000 | 14.350.000 | 1.560.932 | (57.530.934) | 12.620.342 | 3.277.233 | 27.227.571 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2013: | | | | | | | |
| Transferência para resultados transitados | - | - | 934.881 | 11.685.461 | (12.620.342) | - | - |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | - | (982.832) | (982.832) |
| Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas | - | - | - | 269 | - | - | 269 |
| Aquisição de interesses que não controlam | - | - | - | 32.773 | - | 806.847 | 32.773 |
| Reduções de participação de capital | - | - | - | (713.203) | - | - | 93.644 |
| Outros | - | - | - | 2.516 | - | - | 2.516 |
| Efeitos da reexpressão | - | - | - | - | (120.129) | - | (120.129) |
| Resultado consolidado líquido do exercício | - | - | - | - | 16.403.070 | 526.290 | 16.929.359 |
| Outros rendimentos e ganhos reconhecidos no capital próprio: | | | | | | | |
| Alterações nos capitais próprios das associadas | - | - | - | 13.544.317 | - | - | 13.544.317 |
| Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do rendimento integral do exercício | - | - | - | 13.544.317 | 16.403.070 | 526.290 | 30.473.676 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (REEXPRESSO) | 53.000.000 | 14.350.000 | 2.495.813 | (32.978.803) | 16.282.941 | 3.577.537 | 56.727.488 |



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Período findo em 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

| | Capital | Prestações acessórias | Reserva legal | Outras reservas e Resultados transitados | Resultado líquido | Interesses que não controlam | Total |
|---|-------------------|--------------------------|------------------|---|----------------------|------------------------------------|-------------------|
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (REEXPRESSO) | 53.000.000 | 14.350.000 | 2.495.813 | (32.978.803) | 16.282.941 | 3.577.537 | 56.727.488 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2014: | | | | | | | |
| Transferência para resultados transitados | - | - | - | 15.348.252 | (15.348.252) | - | - |
| Transferência para reserva legal | - | - | 934.688 | - | (934.688) | - | - |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (1.207.903) | - | (181.257) | (1.389.160) |
| Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas | - | - | - | (147.158) | - | 71 | (147.087) |
| Aquisição de interesses que não controlam | - | - | - | 18.536 | - | (18.536) | - |
| Resultado consolidado líquido do exercício | - | - | - | - | 21.893.940 | 330.297 | 22.224.237 |
| Outros rendimentos e ganhos reconhecidos no capital próprio: | | | | | | | |
| Alterações nos capitais próprios das associadas | - | - | - | 5.341.597 | - | - | 5.341.597 |
| Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | (1.487.808) | - | - | (1.487.808) |
| Total do rendimento integral do exercício | - | - | - | 3.853.789 | 21.893.940 | 330.297 | 26.078.026 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 53.000.000 | 14.350.000 | 3.430.501 | (15.113.286) | 21.893.940 | 3.708.111 | 81.269.266 |

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2015

| | (Valores expressos em euros) | |
|--|------------------------------|---------------------|
| Notas | 2015 | 2014 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | |
| Recebimentos de clientes | 530.081.393 | 493.489.621 |
| Pagamentos a fornecedores | (318.307.881) | (301.173.293) |
| Pagamentos ao pessoal | (172.130.342) | (157.742.143) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | (8.974.402) | (2.449.770) |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | 2.651.585 | 3.756.846 |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | 33.320.354 | 35.881.261 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Ativos financeiros e outros investimentos | 7.684.204 | 1.258.700 |
| Ativos fixos tangíveis | 88.087 | 60.108.560 |
| Juros e proveitos similares | 622.610 | 2.289.407 |
| Dividendos | 507.058 | 248.113 |
| | 8.901.960 | 63.904.780 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Ativos financeiros e outros investimentos | (15.213.081) | (17.500) |
| Ativos fixos tangíveis | (33.277.481) | (57.253.817) |
| Ativos intangíveis | (641.429) | (769.482) |
| | (49.131.991) | (58.040.799) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | (40.230.031) | 5.863.981 |



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2015

| | Notas | 2015 | 2014 |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| (Valores expressos em euros) | | | |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | | 203.233.120 | 108.176.664 |
| Empréstimos a empresas do Grupo | | 5.875.798 | 43.668.656 |
| Outros | | 1.284.755 | 153.656 |
| | | 210.393.674 | 151.998.976 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | (197.855.919) | (96.464.314) |
| Empréstimos a empresas do Grupo | | (5.979.258) | (43.134.687) |
| Amortização de contratos de locação financeira | | (20.957.655) | (10.232.409) |
| Juros e custos similares | | (12.044.196) | (16.236.011) |
| Dividendos pagos e resultados distribuídos | | (1.389.086) | (985.346) |
| Outros | | (2.047.202) | - |
| | | (240.273.316) | (167.052.767) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (29.879.642) | (15.053.790) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (36.789.319) | 26.691.451 |
| Efeito da Variação de Perímetro | | 92.925 | 1.881.409 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 26 | 120.173.190 | 91.600.330 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 26 | 83.476.796 | 120.173.190 |

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidados fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração



8.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Saúde, S.A. (“Empresa” ou “JMS”) tem sede em Lisboa e foi constituída em dezembro de 1992. O universo empresarial da JMS (“Grupo” ou “Grupo JMS”) é formado pelas empresas subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas descritas na Nota 3 e tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde, nomeadamente na área da prestação de cuidados de saúde privados, na parceria público-privado, na prestação de serviços no âmbito da medicina, higiene e saúde no trabalho e ainda na prestação de cuidados de saúde domiciliários.

Conforme referido na Nota 27, o capital da Empresa é detido maioritariamente pela José de Mello, SGPS, S.A., sua empresa-mãe que elabora demonstrações financeiras consolidadas e que cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) e, conseqüentemente, as operações e transações do Grupo JMS (Nota 40) são influenciadas pelas decisões do Grupo José de Mello.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), ajustados no processo de consolidação, quando necessário, de modo a estarem de acordo com as disposições das IFRS, adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

2.1.1. *Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2015*

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, as quais não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo:



IFRIC 21 – Taxas

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas, incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que desencadeia o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que desencadeia o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é desencadeado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido.

Ciclo anual de melhorias 2011-2013

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as Normas IFRS 3 – Combinações de negócios (atualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” e clarifica que também as “Operações conjuntas” e não apenas os “Empreendimentos conjuntos” estão fora do âmbito da IFRS 3, e que esta exclusão refere-se apenas à contabilização do acordo contratual nas demonstrações financeiras do próprio Acordo conjunto), IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32) e IAS 40 – Propriedades de investimento (clarifica que

é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 a respeito de serviços de apoio que permite determinar a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono).

2.1.2 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de janeiro de 2016, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente:

a) Já endossadas pela União Europeia:**Ciclo anual de melhorias 2010-2012**

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 2 – Pagamentos com base em ações, IFRS 3 – Combinações de negócios, IFRS 8 – Segmentos operacionais, IAS 16 – Ativos fixos tangíveis, IAS 38 – Ativos intangíveis e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas.

IAS 19 R – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de



serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado.

IAS 16 e IAS 41 – Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produtos agrícolas (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito da IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.

IFRS 11 – Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo.

IAS 16 e IAS 38 – Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objectivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures e associadas passam



a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com a IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1

- Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativa a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

IAS 1 - Revisão das divulgações

Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações, nomeadamente sobre a Materialidade, Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, Estrutura das Notas e Divulgações, que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

Ciclo anual de melhorias 2012-2014

Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas, IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações, IAS 19 - Benefícios dos empregados e IAS 34 - Relato financeiro intercalar.

Estas normas, apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2015, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são espera-

dos impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

Não existem normas já endossadas que entrem apenas em vigor após 2016 e cuja aplicação antecipada não seja permitida.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

| Norma | Data de aplicação |
|--|----------------------|
| • IFRS 9 Instrumentos financeiros | 1 de janeiro de 2018 |
| • IFRS 10 e IAS 28 Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto | 1 de janeiro de 2016 |
| • IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de investimento: aplicação da exceção de consolidação | 1 de janeiro de 2016 |
| • IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas | 1 de janeiro de 2016 |
| • IFRS 15 Rédito de contratos com clientes | 1 de janeiro de 2017 |



Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2014.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, em particular amortizações e depreciações, ajustamentos, perdas por imparidade e provisões, as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os seus proveitos e custos. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos

e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados na avaliação de impostos diferidos, avaliação do Goodwill e vidas úteis dos ativos tangíveis, intangíveis e investimentos.

Com exceção do parágrafo seguinte, não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores. Em janeiro de 2016, a JMS contratou em seu nome um seguro de rendas vitalícias que permite dar cumprimento a um contrato existente desde 2000, onde se responsabilizou por assegurar um pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social em 1 de janeiro de 2016. O montante do prémio comercial liquidado em 28 de janeiro de 2016 à companhia de seguros Fidelidade ascendeu a 2.504.322 euros. O Conselho de Administração entende que o referido contrato não foi devidamente reconhecido nas Demonstrações Financeiras dos anos anteriores, o que originou uma correção com impacto negativo nos resultados transitados no montante de 1.770.718 euros. Por esse motivo, e dado que o referido gasto não foi reconhecido em momento devido, os comparativos encontram-se reexpressos em conformidade com a IAS 19, conforme se segue:



Efeito da reexpressão em 1 de janeiro de 2014

| | Quantia Divulgada | Quantia Reexpressa | Efeito de Reexpressão |
|--|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Efeito no Ativo em 1 de janeiro de 2014 | | | |
| Ativos por Impostos Diferidos | 4.341.701 | 4.877.322 | 535.621 |
| Total do Ativo em 1 de janeiro de 2014 | 4.341.701 | 4.877.322 | 535.621 |
| Efeito em Capital Próprio em 1 de janeiro de 2014 | | | |
| Outras reservas em Resultados Transitados | (43.260.004) | (44.910.593) | (1.650.588) |
| Total do Capital Próprio em 1 de janeiro de 2014 | (43.260.004) | (44.910.593) | (1.650.588) |
| Efeito no Passivo em 1 de janeiro de 2014 | | | |
| Outros credores correntes | 4.664.400 | 6.850.610 | 2.186.210 |
| Total do Passivo em 1 de janeiro de 2014 | 4.664.400 | 6.850.610 | 2.186.210 |

A quantia divulgada em Capital próprio a 1 de janeiro de 2014 inclui a aplicação do Resultado líquido consolidado de 2013.

Detalhe dos ajustamentos em Capital próprio em 1 de janeiro de 2014

| | 01-01-2014 |
|-----------------------------------|------------|
| Reconhecimento Benefícios Reforma | 2.186.210 |
| Imposto Diferido | (535.621) |
| | 1.650.588 |

Efeito da reexpressão em 31 de dezembro de 2014

| | Quantia Divulgada | Quantia Reexpressa | Efeito de Reexpressão |
|---|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Efeito no Ativo em 31 de dezembro de 2014 | | | |
| Ativos por Impostos Diferidos | 1.982.331 | 2.556.935 | 574.604 |
| Total do Ativo em 31 de dezembro de 2014 | 1.982.331 | 2.556.935 | 574.604 |
| Efeito em Capital Próprio em 31 de dezembro 2014 | | | |
| Outras reservas em Resultados Transitados | (31.328.214) | (32.978.803) | (1.650.588) |
| Resultado Líquido Consolidado | 16.403.070 | 16.282.941 | (120.129) |
| Total do Capital Próprio em 31 de dezembro de 2014 | (14.925.144) | (16.695.862) | (1.770.718) |
| Efeito no Passivo em 31 de dezembro de 2014 | | | |
| Outros credores correntes | 5.965.654 | 8.310.976 | 2.345.321 |
| Total do Passivo em 31 de dezembro de 2014 | 5.965.654 | 8.310.976 | 2.345.321 |



Detalhe dos ajustamentos em Capital próprio em 31 de dezembro de 2014

| | 31-12-2014 |
|-----------------------------------|------------|
| Reconhecimento Benefícios Reforma | 159.112 |
| Imposto Diferido | (38.982) |
| | 120.129 |

Efeito da reexpressão nos resultados do exercício de 2014

| | Quantia Divulgada | Quantia Reexpressa | Efeito de Reexpressão |
|--|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Efeito em resultados (exercício findo em 31 de dezembro de 2014): | | | |
| Gastos com o pessoal | (165.634.261) | (165.793.373) | (159.112) |
| Imposto Diferido | 2.281.405 | 2.320.387 | 38.982 |
| Total do Passivo em 31 de dezembro de 2014 | (163.352.856) | (163.472.986) | (120.129) |

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas (Nota 3.1.) em cada período contábilístico efetua-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a participada (isto é, direitos que lhe dão atualmente a capacidade de gerir as atividades relevantes da participada).

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na Demonstração consolidada da posição financeira e na Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado, respetivamente, na rubrica de Interesses que não controlam.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.



As transações e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método integral.

b) Concentração de atividades empresariais e Goodwill

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumprem com os critérios de reconhecimento da IFRS 3, são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. O Goodwill é registado

como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na Demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo do período e não é suscetível de reversão posterior.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Os interesses de acionistas que não controlam são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

c) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras mas que não é controlo, tal como definido na alínea a) anterior.

Estes investimentos financeiros em empresas associadas (Notas 3.2 e 18) encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, desde a data de



aquisição ou da primeira aplicação do referido método. O Goodwill relacionado com a associada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica Resultados relativos a empresas associadas (Nota 11), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de Outras reservas, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

2.5. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos nos resultados do período quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens

significativos inerentes à posse dos ativos;

- O Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geral mente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fielmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fielmente mensurados.

Os proveitos de vendas são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos nos resultados do período em que são prestados.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes.



2.6. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.7. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do ativo seja interrompido. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Sociedade considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de dezembro de 2015.

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revisados anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os



mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram ativos por impostos diferidos.

2.9. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico, já que não existem interesses em ações preferenciais convertíveis, nem opções sobre ações.

2.10. Ativos intangíveis, excluindo *Goodwill*

Os ativos intangíveis (*exceto Goodwill*) compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo, identifi-

cáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Após o início de utilização dos bens, as amortizações são calculadas pelo método da Linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para o Grupo.

Os ativos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados ativos intangíveis de vida útil indefinida. Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

Nesta rubrica encontram-se, ainda, refletidos os Direitos de concessão, correspondentes ao direito de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares em Regime de Parceria Público-Privada. A amortização é efetuada pelo período estipulado nos contratos (10 anos).

De acordo com o estabelecido na IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços, encontra-se também registado nesta rubrica um Intangível correspondente ao valor total estipulado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do mesmo. Este ativo encontra-se a ser amortizado pelo período remanescente do contrato.

2.11. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.



Os Imóveis afetos a serviços de saúde encontram-se escriturados pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização. A avaliação destes Imóveis, com referência a 31 de dezembro de 2015, foi efetuada por uma entidade especializada independente - Ktesios Appraisal - Consultoria e Avaliação Imobiliária, Lda. Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da Linha reta a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos de vida útil |
|----------------------------------|-------------------|
| • Edifícios e Outras Construções | 10-20 |
| • Equipamento Básico | 3-14 |
| • Equipamento de transporte | 4 |
| • Equipamento Administrativo | 4-8 |
| • Outros ativos fixos tangíveis | 4-8 |

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis, exceto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem

a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido nos resultados do período, como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.12. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses. Ativos não correntes (ou operações descontinuadas), classificados como detidos para venda, são mensurados ao menor do valor contabilístico e do respetivo valor esperado de venda, deduzido dos custos de suporte à futura venda.



2.13. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na rubrica Reversão de amortizações e ajustamentos. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.14. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse dos ativos locados; e (ii) locações



operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como Custos e perdas financeiras no período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas na rubrica Fornecimentos e serviços externos, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.16. Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Assim, os custos com a atribuição destes benefícios definidos são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de deter-

minar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na Demonstração da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os respetivos gastos são registados na rubrica Custos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada Demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Em particular são constituídas provisões para fazer face às obrigações



contratuais de manter ou repor os equipamentos, operados ao abrigo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, tendo por base o plano de investimento decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato, de acordo com o estabelecido na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços.

2.18. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou,
- uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou,
 - a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente

sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.19. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são inicialmente contabilizadas ao valor nominal e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas de realização estimadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica de Provisões e perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversão de provisões e perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.



c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação. Os investimentos, que não em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Outros investimentos.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com fluxos financeiros pré-determinados e com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data da demonstração da posição financeira. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas de imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas de imparidade em períodos

subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância, decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respetivo custo amortizado, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros detidos para negociação adquiridos para venda no curto prazo, e são classificados como investimentos correntes. Incluem-se ainda nesta categoria os instrumentos financeiros que no momento do reconhecimento inicial são designados pela Empresa pelo justo valor através de resultados, desde que tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo ou o justo valor possa ser fielmente mensurado. Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiri-



ros que se encontram disponíveis para venda ou não se enquadram nas classificações anteriores e são classificados como ativos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Outras reservas até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) em resultados.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado, calculados de acordo com o método do juro efetivo, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são inicialmente contabilizadas ao valor nominal e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo JMS tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos pelo seu justo valor na data da sua negociação. O justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados na demonstração de resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa, em que a variação é reconhecida nos Capitais Próprios Consolidados.

A contabilização é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.



2.20. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, e as seguintes participadas nas quais o Grupo detém o controlo:

| Empresas | Sede | Percentagem Efetiva | Atividade |
|--|----------|---------------------|--|
| Holdings e serviços comuns: | | | |
| • José de Mello Saúde, S.A. | Oeiras | Empresa-mãe | Compra e venda de equipamentos e prestação de serviços de gestão e consultoria |
| • VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | Porto | 95,9955% | Gestão de participações sociais |
| • Vramondi International BV | Roterdão | 99,9996% | Gestão de participações sociais |
| • JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais, A.C.E. | Oeiras | 99,0912% | Prestação de serviços de gestão administrativa e financeira |
| • JMS - Prestação de Serviços de Saúde, A.C.E. | Oeiras | 99,2466% | Prestação de serviços de gestão administrativa e financeira |
| • José de Mello Saúde - Serviços de Logística, A.C.E. | Oeiras | 99,2174% | Prestação de serviços operacionais (catering, limpeza e manutenção) |
| • Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda. | Oeiras | 100% | Prestação de serviços de formação na área da enfermagem e serviços clínicos |



| Empresas | Sede | Percentagem Efetiva | Atividade |
|---|---------------|---------------------|--|
| Prestação privada: | | | |
| • Hospital CUF Descobertas, S.A. | Oeiras | 99,9293% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| • Hospital CUF Infante Santo, S.A. (a) | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| • Hospital CUF Porto, S.A. | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| • Hospital CUF Torres Vedras, S.A. | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento clínico e hospitalar |
| • Hospital CUF Cascais, S.A. | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento clínico e hospitalar |
| • Hospital CUF Viseu, S.A. | Viseu | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| • Hospital CUF Santarém, S.A. | Oeiras | 100% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar |
| • Clínica CUF, Alvalade, S.A. | Oeiras | 100% | Prestação de serviços médicos e de enfermagem |
| • Clínica CUF Belém, S.A. | Oeiras | 62,8069% | Prestação de serviços médicos e de enfermagem |
| • Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A. | Oeiras | 33,6490% | Prestação de serviços médicos e de enfermagem |
| • Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | Matosinhos | 95,9955% | Exploração de estabelecimento de saúde |
| • HD Medicina Nuclear, S.A. | Oeiras | 69,9465% | Prestação de serviços de diagnóstico e terapêutica na área da medicina nuclear |
| • Ecografia de Cascais, Lda. | Cascais | 99,9996% | Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico |
| • Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A. | Oeiras | 99,9996% | Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico |
| Prestação pública: | | | |
| • PPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde, SGPS, S.A. | Oeiras | 100% | Promoção e exploração de unidades de saúde públicas |
| • Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Braga | 99,9857% | Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar público |
| • Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | V. F. de Xira | 99,9809% | Comércio e exploração de um estabelecimento hospitalar público |
| Outros: | | | |
| • Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | Oeiras | 70,4998% | Prestação de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho |
| • Loja Saúdecuf - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A. | Oeiras | 100% | Comércio de produtos de parafarmácia |
| • Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda. | Oeiras | 100% | Prestação de serviços de apoio a utilizadores de unidades de saúde |
| • Imo-health - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda (b) | Oeiras | 100% | Compra e venda de imóveis, permuta e arrendamento de imóveis |



(a) Durante o primeiro trimestre de 2015 entrou em funcionamento a Clínica CUF Miraflores, a qual responde clínica e administrativamente ao Hospital CUF Infante Santo, S.A..

(b) No início de 2015 foi alterada a denominação social desta entidade, de LBO Land, Unipessoal, Lda. para Imo-health - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda..

3.2. Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2015 (Nota 18), são as seguintes:

| Empresas | Sede | Percentagem efetiva | Atividade |
|---|--------|---------------------|--|
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | Lisboa | 34,000% | Exploração de unidades de tratamento por radiocirurgia |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | Braga | 33,995% | Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. | Sintra | 33,995% | Gestão, exploração e manutenção de parques de estacionamento |

4. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, respeitaram essencialmente a:

4.1. Entradas

| Firma | Sede social | Percentagem do capital detido | |
|------------------------------------|-------------|-------------------------------|---------|
| | | Controlo | Efetivo |
| Hospital CUF Santarém, S.A. | Oeiras | 100,00% | 100,00% |

O Hospital Privado de Santarém - Scalmed, S.A. foi adquirido pelo Grupo JMS a 1 de julho de 2015, tendo sido alterada a denominação social para Hospital CUF Santarém, S.A.. O seu objeto social é a prestação de serviços médicos em regime de internamento e a prestação de cuidados médicos e cirúrgicos, servindo oito concelhos da região de Santarém e uma população de mais de 190 mil habitantes. Nessa data, a entrada desta entidade no perímetro de consolidação, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:



Hospital CUF Santarém

| | |
|---|-------------|
| Ativos líquidos adquiridos: | |
| Ativos intangíveis | - |
| Ativos fixos tangíveis | 13.322.002 |
| Propriedades de investimento | 74.681 |
| Investimentos em subsidiárias | 1.630 |
| Ativos por impostos diferidos | 216.396 |
| Inventários | 739.265 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 1.465.980 |
| Estado e outros entes públicos | 16.838 |
| Outros devedores | 645 |
| Outros ativos | 4.410 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 92.925 |
| Empréstimos | (5.886.360) |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | (645.699) |
| Estado e outros entes públicos | (72.143) |
| Outros passivos | (1.285.567) |
| Outros credores | (2.690.000) |
| | 5.355.002 |
| Goodwill (Nota 15) | 7.035.102 |
| Preço de aquisição/Pagamentos efetuados (Nota 26) | 12.390.104 |

4.2. Outros movimentos

VALIR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Durante o exercício de 2015, a JMS procedeu à aquisição de 3,0623% de participação na VALIR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., passando a participação de 92,93% para 95,99%. O valor que resulta da diferença entre o valor pago dos Interesses que não controlam e o seu respetivo justo valor, foi, de acordo com a IFRS 10, refletido diretamente nos Capitais Próprios Consolidados e não como Goodwill.

Hospital CUF Viseu, S.A.

O Hospital CUF Viseu, S.A. foi constituído em 4 de abril de 2015. O Hospital tem como objeto social a gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares com possibilidade de cedência de espaços e prestação de serviços médicos, de qualquer natureza ou especialidade, incluindo cirurgia e internamento, prevendo-se a abertura no final do primeiro semestre de 2016. Dado que a sociedade foi constituída a 100% pela JMS e ainda não iniciou a sua atividade, não teve impacto significativo nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

S.P.S.D. – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A.

Em janeiro de 2015 procedeu-se a uma operação de cisão-fusão mediante a dissolução da S.P.S.D. – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A. (“SPSD”). Esta operação dividiu o património da SPSD em duas partes, constituídas pelas unidades económicas de Lisboa e Porto, tendo sido



fundida a unidade de Lisboa com o Hospital CUF Infante Santo, S.A. (“HCIS”) e a unidade do Porto com o Hospital CUF Porto, S.A. (“HCP”), conforme previsto na alínea c) do número 1 do artigo 118º do Código das Sociedades Comerciais. Esta operação de cisão-fusão não teve qualquer impacto nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

4.3. Outras operações que afetaram o perímetro em períodos anteriores

Campos Costa – Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.

Em 9 de dezembro de 2014, a filial Vramondi International BV (“Vramondi”) celebrou com a sociedade BASE – Serviços Médicos de Imagiologia, S.G.P.S., S.A. (“Base”), um contrato de compra e venda da totalidade do capital social da sociedade Dr. Campos Costa – Consultório de Tomografia Computorizada, S.A. (“Dr. Campos Costa”). O universo empresarial da Dr. Campos Costa (“Grupo Campos Costa”) era composto por 5 empresas subsidiárias.

Nos termos do referido contrato, a Vramondi venderia à Base a totalidade das ações representativas do capital social da Dr. Campos Costa no dia 6 de janeiro de 2015, facto que se veio a concretizar nessa data. Neste contexto, entendeu a JMS refletir como “Ativos não correntes detidos para venda” e “Passivos diretamente relacionados com Ativos não correntes detidos para venda”, os ativos e passivos relativos ao Grupo Campos Costa, na sua Demonstração consolidada da posição financeira, bem como evidenciar os custos e os proveitos gerados no exercício

de 2014 como “Atividades descontinuadas” na sua Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado.

Digihealth e Haspac

No dia 6 de novembro de 2007, o Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra – Sociedade Gestora, S.A. (“HAS”), atualmente denominada Digihealth, S.A., que geria o Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca EPE, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, razão pela qual esta atividade foi descontinuada. Consequentemente, a atividade de uma outra empresa do Grupo, a HASPAC – Patologia Clínica, S.A. (“Haspac”) que explorava em regime exclusivo o Serviço de Patologia Clínica da Digihealth, foi, igualmente, descontinuada.

No âmbito do processo de arbitragem em curso, o tribunal arbitral proferiu em 12 de dezembro de 2012 um acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”) a pagar à Digihealth a importância de 18.123.526 euros. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou o montante condenatório. A ARSLVT instaurou uma ação de anulação do acórdão arbitral que corre termos pelo Tribunal Central Administrativo Sul e que ainda se encontra pendente de decisão.

No final do primeiro trimestre de 2014, a Digihealth constatou que os esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objetivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores,



a Digihealth sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade, a Finanfarma – Sociedade de Factoring, S.A., disposta a celebrar um contrato de factoring e a pagar uma quantia muito avultada pela aquisição do crédito da Digihealth sobre a ARSLVT, prevendo expressamente a possibilidade de recorrer ao Processo Especial de Revitalização (“PER”). A estratégia preconizada pela Digihealth mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de agosto de 2014 o Digihealth instaurou o processo PER tendo sido aprovado por 84% dos credores, e posteriormente homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa em 5 de março de 2015.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos Credores (47,98%) representativos do passivo da HASPAC, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de 67% e que permitisse efetuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da HASPAC viu-se forçada a avançar com pedido de apresentação voluntária à Insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada Insolvente no dia 19 de fevereiro de 2015, e nomeado o respetivo Administrador de Insolvência. À semelhança de exercícios anteriores, os Conselhos de Administração da Digihealth e da HASPAC desenvolveram a sua atividade de acordo com o enquadramento e os compromissos assumidos com os credores e em coordenação com as respetivas Comissões de Supervisão. Assim, foi considerado pelo Grupo JMS que não se verifica, desde a data da celebração dos acordos de regularização dos créditos com a maioria dos credores e a constituição por estes de uma Comissão de Supervisão, um controlo efetivo destas subsidiárias, pelo que as mesmas foram excluídas do perímetro de consolidação.

Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (“Escala Braga”)

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (“ARS Norte”), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2014 e 2015 do Estabelecimento Hospital de Braga, que segundo o previsto no contrato de gestão, deverão ocorrer até final de junho de 2016, estando portanto a decorrer o processo de apuramento da produção real. O Conselho de Administração da Escala Braga entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (“Escala Vila Franca”)

Decorrem nesta data processos de conferência com a ARSLVT, relativamente aos acertos de contas do exercício de 2015 que, segundo o previsto no contrato de gestão, deverá ocorrer até ao final de junho de 2016. Relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 e 2014, estão a esta data em processo de encerramento de apuramento da produção real. O Conselho de Administração da Escala Vila Franca entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.



5. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo são agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Prestação privada;
- Prestação pública;
- Holdings e serviços comuns; e,
- Outros.

A área de negócio “Prestação privada” inclui as seguintes unidades:

- seis hospitais, que no seu conjunto oferecem 541 camas para internamento, 342 gabinetes de consulta, blocos operatórios com 31 salas, blocos de partos com seis salas e ainda uma vasta oferta de consultas de especialidade, exames, medicina dentária, check-ups, medicina física e de reabilitação;
- duas clínicas de ambulatório que oferecem consultas de especialidade, exames, medicina dentária, check-ups, medicina física e de reabilitação e ainda a possibilidade de realização de pequenas cirurgias;
- uma unidade de diagnóstico e tratamento de elevado perfil tecnológico com 56 gabinetes de consulta; e,
- quatro unidades de imagiologia clínica, com um leque diversificado de exames (densitometria óssea, ecografia, mamografia, radiologia, ressonância magnética e tomografia computadorizada).

O segmento “Prestação pública” decorre de dois contratos de parceria

com o estado português, no qual o Grupo gere dois hospitais:

- Hospital de Braga - resultante de uma parceria público-privado estabelecida em dezembro de 2008, o novo Hospital de Braga entrou em funcionamento no dia 9 de maio de 2011, dispõe de uma área de construção hospitalar de 102 mil m², 702 camas e 63 gabinetes de consultas, servindo uma população de 1,2 milhões de habitantes dos distritos de Braga e Viana do Castelo; e,
- Hospital de Vila Franca de Xira - o consórcio Escala Vila Franca de Xira, assumiu a gestão do Hospital de Reynaldo dos Santos no dia 1 de junho de 2011 com responsabilidade por toda a atividade deste hospital do Serviço Nacional de Saúde, tendo assegurado a gestão da anterior infra-estrutura hospitalar durante o período de dois anos. Em abril de 2013 entrou em funcionamento o novo Hospital Vila Franca de Xira que conta com uma área bruta de construção de 49 mil m², 278 camas de internamento e 33 gabinetes de consulta e servirá cerca de 235 mil habitantes dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente e Vila Franca de Xira.

O segmento “Holdings e serviços comuns” integra, para além da gestão de participações sociais, sete entidades que prestam serviços de gestão, formação, contabilidade, consultoria, limpeza e manutenção e ainda serviços informáticos, operacionais, administrativos, aluguer de equipamento médico, de negociação e aprovisionamento.

De realçar, ainda, que o Grupo conta com unidades que (i) prestam serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho indispensáveis à vigilância



da saúde dos trabalhadores e das condições ambientais de trabalho, (ii) prestam cuidados personalizados de saúde no domicílio, nomeadamente nas áreas de gerontologia, cuidados materno-infantis, acompanhamento em convalescenças e cuidados paliativos, (iii) prática do comércio de produtos de parafarmácia, que incluem produtos de dermocosmética, de higiene pessoal, de puericultura, ortopédicos, produtos e suplementos alimentares, alimentação dietética, produtos naturais e produtos farmacêuticos não sujeitos a receita médica e (iv) compra, venda, gestão e arrendamento de imóveis hospitalares. Os valores respeitantes a estas atividades, estão incluídos no segmento “Outros”.

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 dos diversos segmentos de negócio é a seguinte:

2015

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|--------------------|--------------------|----------------------------|------------------|---------------------|--------------------|
| Prestações de serviços | | | | | | |
| Clientes externos | 212.861.983 | 335.715.539 | 17.978 | 3.063.791 | - | 551.659.291 |
| Intersegmentais | 28 | 9.795.815 | 38.872.359 | 4.856.151 | (53.524.354) | - |
| Total de vendas e prestações serviços | 212.862.011 | 345.511.354 | 38.890.338 | 7.919.942 | (53.524.354) | 551.659.291 |
| Outros proveitos operacionais | 2.739.935 | 6.828.595 | 28.750.538 | 82.187 | (29.885.191) | 8.516.064 |
| Custos operacionais | (210.750.628) | (312.671.262) | (72.413.835) | (5.559.736) | 83.394.829 | (518.000.632) |
| Resultado operacional do segmento | 4.851.319 | 39.668.687 | (4.772.959) | 2.442.392 | (14.717) | 42.174.723 |



| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Eliminações | Consolidado |
|---|--------------------|--------------------|----------------------------|--------------------|----------------|---------------------|
| Custos e perdas financeiras | (1.109.805) | (4.840.284) | (4.576.033) | (3.423.498) | 2.265.861 | (11.683.759) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 8.536 | 718.890 | 2.481.328 | 67.840 | (2.265.861) | 1.010.733 |
| Resultados relativos a empresas associadas | - | 100.169 | 143.099 | - | 120.390 | 363.658 |
| Resultados de atividade de investimento | - | - | (130.926) | - | - | (130.926) |
| Resultados financeiros | (1.101.269) | (4.021.224) | (2.082.532) | (3.355.658) | 120.390 | (10.440.293) |
| Resultado antes de impostos | 3.750.049 | 35.647.463 | (6.855.491) | (913.265) | 105.673 | 31.734.429 |
| Imposto sobre o rendimento | (1.193.804) | (10.279.107) | 2.041.020 | (78.301) | - | (9.510.192) |
| Resultado imputável aos interesses que não controlam | (390) | (307.257) | 593 | (23.243) | - | (330.297) |
| Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas | 2.555.856 | 25.061.099 | (4.813.878) | (1.014.809) | 105.673 | 21.893.940 |

As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

Outras informações:

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|-------------------|-------------------|----------------------------|-------------|-------------|--------------|
| Dispêndios de capital fixo (Nota 17) | 3.924.093 | 8.923.042 | 3.884.104 | 23.696.439 | - | 40.427.678 |
| Depreciações e amortizações em resultados | (10.172.733) | (9.646.137) | (1.280.421) | (1.694.010) | - | (22.793.301) |
| Provisões e perdas por imparidade, líquido | (464.923) | 1.816.910 | 151.783 | (31.824) | - | 1.471.945 |



Os ativos e passivos por segmento de negócio e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Eliminações | Consolidado |
|--|--------------------|--------------------|----------------------------|-------------------|----------------------|--------------------|
| Ativos relativos aos segmentos | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 21.945.931 | 44.407.031 | 6.092.266 | 94.588.030 | - | 167.033.259 |
| Goodwill | 15.896 | 27.552.907 | 5.226.465 | 13.261 | - | 32.808.529 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 11.206.900 | 82.265.581 | 21.732.369 | 1.147.433 | (28.663.202) | 87.689.081 |
| Investimentos em associadas | - | 1.403.396 | 1.865.351 | - | - | 3.268.747 |
| Outros ativos relativos aos segmentos | 74.038.580 | 57.712.208 | 279.573.481 | 2.967.441 | (226.314.638) | 187.977.072 |
| Total do ativo consolidado | 107.207.307 | 213.341.123 | 314.489.932 | 98.716.166 | (254.977.840) | 478.776.687 |
| Passivo | | | | | | |
| Empréstimos | 5.500.000 | 32.569.468 | 103.709.064 | 944.075 | - | 142.722.607 |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | 65.150.976 | 42.502.818 | 5.795.737 | 1.130.393 | (28.395.809) | 86.184.115 |
| Outros passivos relativos aos segmentos | 52.389.100 | 109.178.026 | 21.998.390 | 74.236.253 | (89.201.070) | 168.600.698 |
| Total do passivo consolidado | 123.040.076 | 184.250.312 | 131.503.191 | 76.310.721 | (117.596.880) | 397.507.421 |



2014

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Atividades Descontinuadas | Eliminações | Consolidado Reexpresso |
|---|--------------------|--------------------|----------------------------|------------------|---------------------------|---------------------|------------------------|
| Prestações de serviços | | | | | | | |
| Clientes externos | 202.595.192 | 302.256.988 | 100.910 | 4.387.707 | 14.703.671 | - | 524.044.468 |
| Intersegmentais | - | 7.820.144 | 32.055.157 | 822.733 | 2.369.232 | (43.067.266) | - |
| Total de vendas e prestações serviços | 202.595.192 | 310.077.132 | 32.156.067 | 5.210.441 | 17.072.903 | (43.067.266) | 524.044.468 |
| Outros proveitos operacionais | 4.020.029 | 6.553.378 | 24.714.128 | 24.488 | 4.480.062 | (31.778.520) | 8.013.565 |
| Custos operacionais | (203.625.908) | (276.733.138) | (64.235.857) | (5.987.435) | (21.504.190) | 74.845.787 | (497.240.741) |
| Resultado operacional do segmento | 2.989.313 | 39.897.373 | (7.365.662) | (752.506) | 48.775 | - | 34.817.293 |
| Custos e perdas financeiras | (983.529) | (7.142.689) | (2.477.501) | (12.441) | (336.527) | - | (10.952.688) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 15.268 | 1.485.785 | 165.330 | 3.345 | 9.484 | - | 1.679.212 |
| Resultados relativos a empresas associadas | - | 172.545 | 154.134 | - | - | - | 326.679 |
| Resultados relativos a atividade de investimento | - | - | (19.413) | - | - | - | (19.413) |
| Resultados financeiros | (968.261) | (5.484.360) | (2.177.451) | (9.096) | (327.042) | - | (8.966.210) |
| Resultado antes de impostos | 2.021.052 | 34.413.014 | (9.543.113) | (761.602) | (278.267) | - | 25.851.083 |
| Imposto sobre o rendimento | (785.632) | (9.917.039) | 1.831.122 | (94.215) | (76.090) | - | (9.041.853) |
| Resultado imputável aos interesses que não controlam | (175) | (500.038) | 748 | (26.825) | - | - | (526.290) |
| Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas | 1.235.245 | 23.995.937 | (7.711.242) | (882.641) | (354.357) | - | 16.282.941 |



As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

Outras informações:

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Atividades descontinuadas | Eliminações | Consolidado Reexpresso |
|--|-------------------|-------------------|----------------------------|-------------|---------------------------|-------------|------------------------|
| Dispêndios de capital fixo (Nota 17) | 1.854.323 | 9.169.098 | 2.799.511 | 62.549.780 | - | - | 76.372.713 |
| Depreciações e amortizações em resultados | (10.267.208) | (9.680.744) | (1.043.132) | (46.856) | (1.916.282) | - | (22.954.221) |
| Provisões e perdas por imparidade, líquido | (2.296.056) | 5.283.966 | (3.025.232) | (1.025.710) | 348.548 | - | (714.484) |

Os ativos e passivos por segmento de negócio e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Atividades descontinuadas | Eliminações | Consolidado Reexpresso |
|---|--------------------|--------------------|----------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------|------------------------|
| Ativos relativos aos segmentos | | | | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 25.556.085 | 37.931.178 | 3.312.742 | 62.663.943 | - | - | 129.463.948 |
| Goodwill | 15.896 | 31.023.347 | 6.000 | 880.757 | - | - | 31.926.000 |
| Clientes e adiantamentos a fornecedores | 13.131.886 | 64.639.816 | 20.430.672 | 1.923.559 | - | (28.003.251) | 72.122.683 |
| Investimentos em associadas | - | 1.660.670 | 2.372.386 | - | - | - | 4.033.056 |
| Outros ativos relativos aos segmentos | 62.804.546 | 76.604.419 | 87.197.709 | 7.410.191 | - | (26.786.818) | 207.230.048 |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | - | - | 13.814.393 | - | 13.814.393 |
| Total do ativo consolidado | 101.508.413 | 211.859.430 | 113.319.509 | 72.878.450 | 13.814.393 | (54.790.068) | 458.590.128 |



| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e serviços comuns | Outros | Atividades descontinuadas | Eliminações | Consolidado Reexpresso |
|---|--------------------|--------------------|----------------------------|-------------------|---------------------------|---------------------|------------------------|
| Passivo | | | | | | | |
| Empréstimos | 4.525.653 | 67.794.617 | 66.678.304 | - | - | - | 138.998.575 |
| Fornecedores e adiantamentos de clientes | 58.966.196 | 37.238.294 | 6.164.840 | 601.619 | - | (28.006.417) | 74.964.533 |
| Outros passivos relativos aos segmentos | 56.349.756 | 71.073.142 | 17.921.594 | 57.811.036 | - | (26.849.850) | 176.305.677 |
| Passivos não correntes detidos para venda | - | - | - | - | 11.593.855 | - | 11.593.855 |
| Total do passivo consolidado | 119.841.605 | 176.106.053 | 90.764.739 | 58.412.655 | 11.593.855 | (54.856.268) | 401.862.640 |



6. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os proveitos operacionais têm a seguinte composição:

As Vendas e prestações de serviços registaram um crescimento de 8,8% face ao ano anterior. Este aumento é justificado pelo facto de a maioria das unidades estarem numa fase de expansão da sua atividade.

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------------|--------------------|
| Vendas e prestações de serviços: | | |
| Vendas | 463.918 | 473.887 |
| Prestações de serviços: | | |
| Atividade hospitalar | 319.370.673 | 287.834.187 |
| Serviço Nacional de Saúde | 196.956.380 | 187.837.093 |
| Atividade clínica | 31.135.459 | 26.872.618 |
| Higiene, Segurança e Medicina do trabalho | 2.598.839 | 2.578.408 |
| Serviços Domiciliários | 1.112.238 | 1.333.853 |
| Outros | 21.783 | 102.470 |
| | 551.659.291 | 507.032.515 |
| Outros proveitos operacionais: | | |
| Correcções relativas a exercícios anteriores | 2.698.079 | 2.650.092 |
| Cedência de espaço | 2.307.742 | 1.744.215 |
| Cedência de pessoal | 840.200 | 50.422 |
| Ensaio, exames, análises clínicas e consumíveis | 551.806 | 505.791 |
| Projetos de hospitais e consultoria técnica | 422.342 | 379.760 |
| Reembolso de custos | 405.635 | 570.812 |
| Descontos de pronto pagamento | 314.883 | 278.874 |
| Contratos de Gestão com Administração Regional de Saúde | 232.424 | 257.743 |
| Estágios | 183.176 | 114.369 |
| Transporte de doentes | 160.720 | 179.693 |
| Ganhos obtidos na alienação ativos | 58.405 | - |
| Aposentações provisórias | 55.720 | 584.351 |
| Subsídios à exploração | 50.353 | - |
| Rappel | 47.019 | - |
| Recuperação de dívidas a receber | 1.105 | 2.686 |
| Outros proveitos operacionais | 186.453 | 55.686 |
| | 8.516.064 | 7.374.493 |
| | 560.175.355 | 514.407.008 |



7. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o custo das vendas foi apurado como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|--------------|
| Inventários em 1 de janeiro (Nota 22) | 7.268.415 | 7.161.022 |
| Atividades descontinuadas | - | (7.094) |
| Variação de perímetro: | | |
| - entradas | 739.265 | 12.499 |
| - saídas | - | - |
| Compras | 105.515.483 | 94.002.905 |
| Custo das vendas | (104.571.627) | (93.900.917) |
| Inventários em 31 de dezembro (Nota 22) | 8.951.535 | 7.268.415 |



8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|
| Honorários | 124.256.009 | 111.163.348 |
| Trabalhos especializados | 23.896.860 | 23.799.762 |
| Subcontratos | 22.486.896 | 22.725.451 |
| Rendas e alugueres | 15.652.927 | 17.285.918 |
| Conservação e reparação | 8.071.153 | 6.689.717 |
| Electricidade | 6.080.589 | 6.002.363 |
| Publicidade e propaganda | 2.602.209 | 883.054 |
| Comunicação | 2.420.964 | 1.957.955 |
| Combustíveis | 1.957.901 | 2.169.100 |
| Seguros | 1.336.253 | 1.189.217 |
| Recolha de Resíduos | 1.064.725 | 957.767 |
| Água | 1.059.156 | 958.521 |
| Ferramentas e utensílios | 979.860 | 811.652 |
| Climatização | 544.849 | 568.053 |
| Deslocações e estadas | 553.925 | 437.866 |
| Portagens | 215.037 | 187.376 |
| Contencioso e notariado | 181.328 | 141.271 |
| Material de escritório | 175.375 | 203.454 |
| Artigos para oferta | 101.410 | 15.475 |
| Limpeza, higiene e conforto | 87.460 | 83.009 |
| Livros e documentação técnica | 40.190 | 26.799 |
| Transportes de mercadorias | 7.688 | 7.365 |
| Outros fornecimentos e serviços | 306.617 | 187.479 |
| | 214.079.381 | 198.451.972 |



9. GASTOS COM O PESSOAL

O número de colaboradores em 31 de dezembro de 2015 e 2014, por segmento de negócio, foi o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Atividades continuadas: | | |
| Prestação pública | 3.769 | 3.547 |
| Holdings e serviços comuns | 2.958 | 2.469 |
| Prestação privada | 1.071 | 877 |
| Outros | 31 | 39 |
| | <u>7.829</u> | <u>6.932</u> |
| Atividades descontinuadas: | | |
| Grupo Campos Costa | - | 190 |
| | <u>-</u> | <u>190</u> |
| | 7.829 | 7.122 |

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

| | 2015 | 2014 Reexpresso |
|-------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Remuneração dos órgãos sociais | 2.287.590 | 2.150.524 |
| Remuneração dos colaboradores | 122.779.310 | 115.519.587 |
| Benefícios dos empregados (Nota 32) | 464.338 | 478.024 |
| Indeminizações | 1.779.227 | 637.979 |
| Encargos sobre remunerações | 29.413.744 | 28.379.484 |
| Seguros | 2.509.488 | 2.324.890 |
| Gastos de ação social | 7.955.782 | 7.199.475 |
| Formação | 454.936 | 453.144 |
| Outros benefícios dos colaboradores | - | 22.447 |
| Outros custos com o pessoal | 5.215.160 | 4.367.677 |
| | <u>172.859.576</u> | <u>161.533.232</u> |

Os outros gastos com o pessoal incluem despesas com formação profissional, assistência médica e subsídio de alimentação.



10. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| Correções relativas a exercícios anteriores | 2.375.023 | 1.318.574 |
| Impostos | 1.193.717 | 1.188.622 |
| Dividas incobráveis | 494.800 | 432.712 |
| Multas e penalidades | 329.892 | 398.937 |
| Outros | 775.261 | 312.552 |
| | 5 168.692 | 3.651.397 |

A rubrica Outros engloba uma indemnização paga a um cliente no valor de 147 mil euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de Correções relativas a exercícios anteriores inclui o valor de 397.561 euros relativos a anulações de acréscimos de proveitos reconhecidos durante o ano de 2013.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Correções relativas a exercícios anteriores inclui: o montante de 539.426 euros relativo a uma Nota de crédito emitida à ARS Norte IP por um acerto

no Protocolo Esclerose Múltipla de 2014; o valor de 398 mil euros relativos ao perdão de dívida do Plano de Recuperação do Digihealth, S.A.; o valor de 197 mil euros relativos ao perdão de dívida do Plano de Recuperação da S.P.S.I. – Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A..



11. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------------|---------------------|
| Custos e perdas financeiras: | | |
| Juros suportados | (8.905.261) | (7.186.570) |
| Comissões e serviços bancários | (2.229.203) | (3.429.529) |
| Instrumentos financeiros derivados - Taxa de juro (Nota 37) | (353.780) | - |
| Outros custos e perdas financeiras | (195.515) | (62) |
| | (11.683.759) | (10.616.161) |
| Proveitos e ganhos financeiros: | | |
| Juros obtidos | 1.004.074 | 1.669.655 |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | 6.659 | 73 |
| | 1.010.733 | 1.669.728 |
| Resultados relativos a empresas associadas: | | |
| Perdas em empresas associadas | - | - |
| ganhos em empresas associadas | 363.658 | 326.679 |
| Ganhos / perdas na alienação de associadas | - | - |
| | 363.658 | 326.679 |
| Ganhos / (Perdas) relativos a atividades de investimento: | | |
| Dividendos relativos a outros investimentos | - | - |
| Ganhos/perdas em ativos disponíveis para venda | (130.926) | (19.414) |
| | (130.926) | (19.414) |



O detalhe dos valores reconhecidos como resultados relativos a participações em associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

| Participada | 2015 | | 2014 | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Ganhos em associadas | Perdas em associadas | Ganhos em associadas | Perdas em associadas |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. | 243.268 | - | 262.028 | - |
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | 120.390 | - | 64.651 | - |
| | 363.658 | - | 326.679 | - |



12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

| | 2015 | 2014 Reexpresso |
|------------------------------------|------------|--------------------|
| Imposto corrente: | | |
| Relativo ao exercício | 10.426.540 | 6.637.209 |
| Relativo ao exercício anterior | (510.741) | 8.168 |
| | 9.915.798 | 6.645.377 |
| Imposto diferido (Nota 20): | | |
| Diferenças temporárias e reversões | 64.175 | 71.373 |
| Outros movimentos | (334.757) | - |
| Provisões não aceites fiscalmente | (219.496) | (915.676) |
| Prejuízos fiscais | 84.472 | 3.164.690 |
| | (405.606) | 2.320.387 |
| Encargo do exercício | 9.510.192 | 8.956.763 |

O Grupo JMS e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75% são tributadas em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos

Grupos de Sociedades ("RETGS"). Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A Empresa e a generalidade das suas participadas estão sujeitas a imposto sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa nominal de 21% (23% em 2014), à qual pode ser acrescida a Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 euros a 7.500.000 euros, de 5% entre 7.500.000 euros a 35.000.000 euros e de 7% superior a 35.000.000 euros. Nos termos do art.º 88.º do Código do IRC, a Empresa e as suas participadas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto no IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 20).



A reconciliação numérica entre a taxa média de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 Reexpresso |
|--|------------|-----------------|
| Resultado antes de impostos | 31.734.429 | 26.288.462 |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,0% | 23,0% |
| Imposto sobre o lucro à taxa nominal | 6.664.230 | 6.046.346 |
| Proveitos não tributáveis | | |
| Matéria coletável / prejuízo fiscal imputado por ACE | 139.058 | 484.508 |
| Imposto diferido | - | 1.801.899 |
| Amortizações de propriedades de investimento | 1.005.937 | - |
| Excesso de estimativa para impostos | 510.742 | - |
| Reversão de ajustamentos em inventários | 99.550 | 1.538.617 |
| Reversão de provisões tributadas | 1.804.408 | 4.220.648 |
| Benefícios Fiscais | 81.650 | 378.810 |
| Outros | 71.661 | 459.891 |
| | 3.713.006 | 8.884.373 |



| | 2015 | 2014 Reexpresso |
|--|------------|-----------------|
| Custos não dedutíveis para efeitos fiscais | | |
| Matéria coletável / lucro tributável imputado por ACE | 232.728 | 297.716 |
| Donativos | 58.102 | 96.228 |
| Multas, coimas e juros compensatórios | 312.039 | 25.950 |
| Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais | 1.140.428 | 2.874.892 |
| Encargos com aluguer de viatura sem condutor | 2.661 | 17.982 |
| Depreciações e amortizações não aceites como gasto | 68.553 | 789.831 |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis | 188.419 | 401.005 |
| Anulação do Metodo de equivalencia patrimonial | 363.658 | 326.679 |
| Insuficiência de estimativa para impostos | - | 8.168 |
| Mais Valias Fiscais | - | 1.294 |
| Créditos incobráveis não aceites como gastos | 504.868 | 406.701 |
| Encargos não devidamente documentados | 180 | - |
| IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros | 89.472 | 390.566 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 1.498.420 | 868.866 |
| Outros | 2.942.897 | 352.119 |
| | 7.402.425 | 6.857.997 |
| Prejuízo Fiscal/Lucro Tributável | 35.423.848 | 24.262.086 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 358.738 | - |
| Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal | 21,0% | 23,0% |
| Imposto calculado | 7.363.673 | 5.580.280 |
| Tributação autónoma | 691.583 | 711.445 |
| Derrama | 740.151 | 624.921 |
| Derrama Estadual | 1.366.911 | 1.152.037 |
| Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos | (405.605) | 2.320.386 |
| Efeito da insuficiência / excesso da estimativa para imposto | (510.742) | 8.168 |
| Outros | 264.221 | (1.431.474) |
| | 2.146.519 | 3.385.483 |
| Imposto sobre o rendimento | 9.510.192 | 8.965.763 |
| Taxa efetiva de imposto | 30,0% | 34,1% |



13. DIVIDENDOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 17 de abril de 2015, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram pagos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram pagos dividendos. A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de acionistas, pelo que ainda não foi refletido nas demonstrações financeiras correntes.

14. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------|------------|
| Resultado por ação básico | | |
| Resultado para efeito de cálculo do resultado por ação básico (resultado do exercício) | 21.893.940 | 16.282.941 |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado por ação básico | 10.600.000 | 10.600.000 |
| Resultado líquido por ação básico (euros) | 2,07 | 1,54 |

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existem efeitos diluidores do resultado por ação, pelo que o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.



15. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos valores de *Goodwill*, foram os seguintes:

| | Prestação pública | Prestação privada | Holdings e Serviços Comuns | Outros | Total |
|--|-------------------|-------------------|----------------------------|-----------|-------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | 15.896 | 35.479.243 | 6.000 | 867.496 | 36.368.635 |
| Perdas por imparidade (Nota 33) | - | (3.575.232) | - | - | (3.575.232) |
| Alterações de perímetro | | | | | |
| - entradas | - | - | - | 13.261 | 13.261 |
| - saídas | - | - | - | - | - |
| Atividades descontinuadas | - | (880.664) | - | - | (880.664) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 15.896 | 31.023.347 | 6.000 | 880.757 | 31.926.000 |
| Alterações de perímetro: | | | | | |
| - entradas | - | 7.035.102 | - | - | 7.035.102 |
| - saídas | - | (6.152.573) | - | - | (6.152.573) |
| Transferências | - | 867.496 | - | (867.496) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 15.896 | 32.773.372 | 6.000 | 13.261 | 32.808.529 |



Os valores do *Goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respeitam às seguintes entidades:

| Participada | Segmento (Nota 5) | 2015 | 2014 |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|
| • Hospital CUF Infante Santo, S.A. ^(a) | Prestação privada | 12.485.699 | 11.791.702 |
| • Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A. | Prestação privada | 7.269.220 | 7.269.220 |
| • Hospital CUF Santarém, S.A. | Prestação privada | 7 035 102 | - |
| • Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A. | Prestação privada | - | 6.152.573 |
| • VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | Prestação privada | 5.220.465 | 5.220.465 |
| • Hospital CUF Cascais, S.A. | Prestação privada | 482.166 | 482.166 |
| • Hospital CUF Porto, S.A. ^(a) | Prestação privada | 173.499 | - |
| • Hospital CUF Descobertas, S.A. | Prestação privada | 97.265 | 97.265 |
| • Ecografia de Cascais, Lda. | Prestação privada | 9.119 | 9.119 |
| • Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A. | Prestação privada | 837 | 837 |
| • S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A. ^(a) | Outros | - | 867.496 |
| • Imo-health - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Lda. | Outros | 13.261 | 13.261 |
| • Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | Prestação pública | 15.896 | 15.896 |
| • Vramondi International BV | Holding e S. Comuns | 6.000 | 6.000 |
| | | <u>32.808.529</u> | <u>31.926.000</u> |

^(a) Na sequência da operação de cisão-fusão da SPSD (Nota 4.2), o respetivo *Goodwill* foi, também, transferido e integrado nos valores de *Goodwill* do HCIS e HCP.



Foram efetuados testes de imparidade utilizando os seguintes pressupostos e métodos:

- Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada;
- Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspectivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que o Grupo atua, tendo sido elaboradas projeções a 5 anos dos cash flows futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2015 foram efetuadas avaliações das Subsidiárias mais relevantes, que concluíram pela inexistência de indícios de imparidade em relação ao valor do *Goodwill* que se encontra reconhecido.



16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

| | Despesas de investigação e desenvolvimento | Propriedade industrial e outros direitos (a) (b) | Programas de computador | Outros ativos intangíveis (c) | Ativos intangíveis em curso | Total |
|----------------------------------|--|--|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------|
| Ativo bruto: | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | - | 15.450.469 | 13.157.440 | 3.228.817 | - | 31.836.726 |
| Atividades descontinuadas | - | - | (543.073) | - | - | (543.073) |
| Adições | - | - | 836.397 | 50.000 | 198.537 | 1.084.934 |
| Plano de Investimentos (Nota 33) | - | - | - | 742.628 | - | 742.628 |
| Saldo em 31 dezembro 2014 | - | 15.450.469 | 13.450.764 | 4.021.444 | 198.537 | 33.121.215 |
| Adições | - | - | 431.171 | 100.000 | 198.537 | 729.708 |
| Abates | - | (446) | (85.824) | - | - | (86.270) |
| Saldo em 31 dezembro 2015 | - | 15.450.023 | 13.796.112 | 4.121.444 | 397.074 | 33.764.653 |



| | Despesas de investigação e desenvolvimento | Propriedade industrial e outros direitos (a) (b) | Programas de computador | Outros ativos intangíveis (c) | Ativos intangíveis em curso | Total |
|--|--|--|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------|
| Depreciação e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | - | (5.604.722) | (10.343.616) | (299.581) | - | (16.247.919) |
| Atividades descontinuadas | - | - | 333.502 | - | - | 333.502 |
| Reforços | - | (1.541.471) | (1.316.413) | (503.834) | - | (3.361.718) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | - | (7.146.193) | (11.326.527) | (803.415) | - | (19.276.134) |
| Abates | - | 446 | 86.006 | - | - | 86.452 |
| Reforços | - | (1.541.471) | (1.071.645) | (513.765) | - | (3.126.880) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | (8.687.217) | (12.312.166) | (1.317.179) | - | (22.316.562) |
| Valor líquido | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2014 | - | 8.304.277 | 2.124.237 | 3.218.030 | 198.537 | 13.845.081 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | - | 6.762.806 | 1.483.946 | 2.804.265 | 397.074 | 11.448.091 |



(a) A 1 de setembro de 2009 iniciou-se o contrato de Gestão entre a ARS Norte e a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 15 milhões de euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Ativos Fixos Tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.

(b) A 1 de junho de 2011 iniciou-se o contrato de Gestão entre os Ministérios da Saúde e das Finanças e a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca de Xira em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 7,5 milhões de euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Ativos Fixos Tangíveis, denominando-se o

remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.

(c) Nesta rubrica encontra-se registado o montante de 3.228.817 euros correspondente ao valor total estimado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato. De acordo com o estabelecido na IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços, este valor, que começou a ser amortizado em abril de 2013, na sequência da transferência para as novas instalações, altura em que foi adquirida a nova capacidade instalada, e foi elaborado um plano de investimento onde se prevê o reconhecimento da obrigação futura com a substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato.



17. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

| | 2015 | | | | | | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | |
| Ativo bruto: | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | 20.096.929 | 88.842.104 | 131.793.308 | 19.550.870 | 27.647 | 1.491.848 | 261.802.705 |
| Alterações de perímetro | 579.157 | 11.772.531 | 3.958.102 | 502.415 | 106.943 | - | 16.919.148 |
| Excedentes de revalorização | 1.335.399 | 4.006.198 | - | - | - | - | 5.341.597 |
| Adições | - | 3.944.079 | 8.565.086 | 1.382.802 | - | 26.535.711 | 40.427.678 |
| Regularizações | - | - | (12.539) | (2.650) | (187) | (17.589) | (32.965) |
| Alienações e abates | (1.411.200) | (282.789) | (305.317) | (1.170) | - | (3.625) | (2.004.101) |
| Transferências | - | 343.499 | 1.212.156 | 127.059 | - | (1.682.714) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 20.600.285 | 108.625.622 | 145.210.796 | 21.559.326 | 134.402 | 26.323.631 | 322.454.062 |
| Depreciação e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2015 | - | (22.118.880) | (93.976.826) | (16.233.979) | (9.073) | - | (132.338.758) |
| Alterações de perímetro | - | (1.296.853) | (1.785.274) | (454.781) | (60.238) | - | (3.597.146) |
| Regularizações | - | - | 10.429 | 2.502 | 187 | - | 13.118 |
| Depreciação | - | (5.684.390) | (12.379.693) | (1.584.837) | (9.301) | - | (19.658.221) |
| Alienações e abates | - | 60.596 | 99.566 | 41 | - | - | 160.203 |
| Transferências | - | - | - | (102.076) | 102.076 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | (29.039.527) | (108.031.798) | (18.373.130) | 23.652 | - | (155.420.804) |
| Valor líquido | 20.600.285 | 79.586.094 | 37.178.999 | 3.186.196 | 158.054 | 26.323.631 | 167.033.259 |



| | 2014 | | | | | | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------|
| | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | |
| Ativo bruto: | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | 2.496.936 | 44.145.007 | 153.054.262 | 20.124.319 | 328.021 | 1.461.155 | 221.609.699 |
| Alterações de perímetro | - | - | - | 27.815 | - | - | 27.815 |
| Atividades descontinuadas | (514.214) | (5.202.675) | (27.525.595) | (1.328.673) | (198.298) | (328.525) | (35.097.980) |
| Adições | 18.114.207 | 47.161.965 | 6.716.565 | 718.413 | - | 3.661.563 | 76.372.713 |
| Alienações e abates | - | - | (1.002.106) | (45.513) | - | (61.922) | (1.109.541) |
| Transferências | - | 2.737.807 | 550.183 | 54.510 | (102.076) | (3.240.423) | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 20.096.929 | 88.842.104 | 131.793.308 | 19.550.870 | 27.647 | 1.491.848 | 261.802.705 |
| Depreciação e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | - | (22.283.334) | (105.437.031) | (15.516.013) | (314.835) | - | (143.551.212) |
| Alterações de perímetro | - | - | - | (23.564) | - | - | (23.564) |
| Atividades descontinuadas | - | 3.422.758 | 24.446.179 | 1.064.793 | 22.531 | - | 28.956.261 |
| Regularizações | - | (9.810) | (476.563) | (1.388) | - | - | (487.761) |
| Depreciação | - | (3.248.495) | (12.624.317) | (1.799.951) | (3.460) | - | (17.676.222) |
| Alienações e abates | - | - | 216.982 | 42.143 | 184.615 | - | 443.740 |
| Transferências | - | - | (102.076) | - | 102.076 | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | - | (22.118.880) | (93.976.826) | (16.233.979) | (9.073) | - | (132.338.758) |
| Valor líquido | 20.096.929 | 66.723.224 | 37.816.483 | 3.316.891 | 18.574 | 1.491.848 | 129.463.948 |

A classe de ativos Imóveis afetos a serviços de saúde, que engloba as rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções, encontra-se escriturada pela quantia revalorizada. A avaliação destes imóveis foi efectuada com base em métodos diferentes:



Hospital CUF Descobertas

Para a avaliação do Hospital CUF Descobertas foi utilizado o Método do Rendimento. O método de capitalização do rendimento visa determinar o valor de um imóvel em função da sua capacidade de produzir rendimentos. Relaciona o rendimento futuro (num pressuposto de otimização e em atenção ao tempo de vida económica), com o seu valor presente e de forma a obter-se o valor de mercado (numa ótica de continuidade da utilização). Este método vocaciona-se para a determinação do valor presente de rendimentos futuros, segundo o valor e o estado atuais.

Hospital CUF Infante Santo

A avaliação do Hospital CUF Infante Santo foi baseada no Método Comparativo de Mercado. Com o projeto do Hospital CUF Tejo, foi adquirido um novo terreno para a construção do novo hospital, perspectivando-se assim a venda do atual edifício do Hospital CUF Infante Santo a partir de 2019. A avaliação do exercício anterior foi baseada em pressupostos diferentes dos usados no ano corrente, o que justifica a variação do justo valor face ao ano transato.

Hospital CUF Santarém

Na avaliação do Hospital CUF Santarém foi utilizado o Método do Custo; este método tem por base a “obra nova” (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indirectos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado

As avaliações foram ainda efetuadas tendo em conta o estado de uso atual dos imóveis. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido ajustada às características dos imóveis em avaliação. As taxas de capitalização utilizadas refletem o comportamento do mercado de escritórios em Portugal quando analisada a rentabilidade de projetos de investimento de médio/longo prazo.

Os ativos que se qualificam como Ativos tangíveis em curso respeitam a ativos que irão ser reconhecidos como Terrenos e recursos naturais ou como Edifícios e outras construções quando a sua promoção passar a ser reconhecida como irreversível. Estes ativos encontram-se à data da demonstração da posição financeira, valorizados ao custo. Em 31 de dezembro de 2015 o montante destes ativos era, essencialmente, composto como se segue: Terreno Alcântara 18.555.844 euros; Terreno Hospital CUF Descobertas (Expansão) 4.854.998 euros; Hospital CUF Descobertas (Expansão) 28.966 euros.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 a rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade teve as seguintes contrapartidas na demonstração da posição financeira:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------|------------|
| Gastos de depreciação, amortização e perdas por imparidade: | | |
| Ativos fixos tangíveis | 19.658.211 | 17.67.222 |
| Ativos intangíveis | 3.126.880 | 3.361.718 |
| Propriedades de investimento | 8.199 | - |
| | 22.793.301 | 21.037.940 |



18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

| | 2015 | | | | 2014 | | | |
|--|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|------------------|
| | Partes de capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Total | Partes de capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Total |
| Saldo em 1 de janeiro | 830.273 | 4.197.300 | (994.517) | 4.033.056 | 817.603 | 5.486.000 | (1.075.762) | 5.227.841 |
| Alterações de perímetro | - | - | - | - | (1.245) | (80.000) | 81.245 | - |
| Aplicação de equivalência patrimonial: | | | | | | | | |
| Efeito em resultados (Nota 11) | 243.268 | - | 97.652 | 340.920 | 262.028 | - | - | 262.028 |
| Efeito em capital próprio | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos recebidos | (262.028) | - | - | (262.028) | (248.113) | - | - | (248.113) |
| Alienações e abates | (352.924) | (843.202) | 352.924 | (843.202) | - | (1.208.700) | - | (1.208.700) |
| Saldo em 31 de dezembro | 458.589 | 3.354.099 | (543.941) | 3.268.747 | 830.273 | 4.197.300 | (994.517) | 4.033.056 |



A rubrica Investimentos em associadas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é composta como segue:

| Associadas | 2015 | | | 2014 | |
|--|----------------|------------------------|-----------------------|------------------|------------------|
| | Partes capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Valor de balanço | Valor de balanço |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | 157.076 | 3 116.098 | (369.593) | 2.903.581 | 3.746.783 |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. | 267.513 | - | - | 267.513 | 286.273 |
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | 34.000 | 238.000 | (174.348) | 97.652 | - |
| | 458.589 | 3.354.098 | (543.941) | 3.268.747 | 4.033.056 |

A principal informação financeira agregada, relativa às empresas associadas em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

| Associadas | Informação financeira em 31 de dezembro de 2015 | | | | | |
|--|---|------------|-------------------|-----------|-------------|-------------------|
| | Ativo | Passivo | Capitais próprios | Gastos | Rendimentos | Resultado líquido |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. | 69.534.567 | 60.486.712 | 9.047.855 | 8.013.677 | 9.117.602 | 1.103.925 |
| Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. | 1.085.669 | 298.863 | 786.806 | 1.109.655 | 1.825.149 | 715.494 |
| Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A. | 966.811 | 679.602 | 287.209 | 683.261 | 1.037.348 | 354.087 |



19. OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são os que se seguem:

| Participação | 2015 | | | 2014 |
|---|------------------|------------------------|-----------------------|------------------|
| | Partes capital | Empréstimos concedidos | Perdas por imparidade | Valor de balanço |
| Centro Clínico Académico de Braga (a) | 35.000 | - | - | 35.000 |
| Diagnosticar - Diagnóstico Computorizado, S.A. | 26.200 | - | - | 26.200 |
| IBET | 5.000 | - | - | 5.000 |
| Fundo de compensação do trabalho e fundo de garantia de compensação do trabalho | 195.428 | - | - | 195.428 |
| Digihealth, S.A. (b) | 1.315.853 | 50.000 | (1.315.853) | 50.000 |
| | 1.577.481 | 50.000 | (1.315.853) | 311.628 |
| | | | | 66.200 |

(a) Em 31 de dezembro de 2013 a participação no Centro Clínico Académico de Braga era de 35% e foi reduzida durante o exercício de 2014 pela entrada de um novo associado, passando o valor do Património social para 87.500 euros (500 unidades) detendo o Grupo JMS 100 unidades de participação. Esta participação está registada ao custo e não foi alterada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) Em 20 de julho de 2015 a denominação social do Hospital Amadora -Sintra - Sociedade Gestora, S.A. foi alterada para Digihealth, S.A..



Os outros investimentos incluem ativos financeiros não correntes, mensurados ao custo de aquisição, ajustado face às perdas de imparidade estimadas. Esta rubrica apresenta os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

| | |
|---|--------------------|
| Investimento bruto: | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | 2.184.946 |
| Atividades descontinuadas | (252.893) |
| Alienações e abates | (550.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 1.382.053 |
| Aumentos | 245.428 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.627.481 |
| Perdas por imparidade (Nota 33): | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | (2.114.087) |
| Atividades descontinuadas | 248.234 |
| Alienações e abates | 550.000 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | (1.315.853) |
| Perdas por imparidade do exercício | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (1.315.853) |
| Valor líquido: | |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 66.200 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 311.628 |



20. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

| | Ativos por impostos diferidos | | | | Total |
|---|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| | Instrumentos financeiros derivativos | Prejuízos fiscais reportáveis | Benefícios aos empregados (Nota 32) | Provisões não aceites fiscalmente | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | - | 3.164.690 | 550.116 | 626.895 | 4.341.701 |
| Efeitos de reexpressão (Nota 2.3) | - | - | 535.621 | - | 535.621 |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 (reexpresso) | - | 3.164.690 | 1.085.737 | 626.895 | 4.877.322 |
| Constituição: | | | | | |
| Resultado líquido | - | - | - | 915.676 | 915.676 |
| Capitais próprios | - | - | - | - | - |
| Reversão: | | | | | |
| Resultado líquido | - | 3.164.690 | 110.356 | - | 3.275.046 |
| Capitais próprios | - | - | - | - | - |
| Efeitos de reexpressão (Nota 2.3) | - | - | 38.983 | - | 38.983 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reexpresso) | - | - | 1.014.364 | 1.542.571 | 2.556.935 |
| Alterações de perímetro (Nota 4) | - | 216.396 | - | - | 216.396 |
| Constituição: | | | | | |
| Resultado líquido | 334.757 | - | - | 219.496 | 554.253 |
| Capitais próprios | - | - | - | - | - |
| Reversão: | | | | | |
| Resultado líquido | - | 84.472 | 64.175 | - | 148.647 |
| Capitais próprios | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 334.757 | 131.924 | 950.188 | 1.762.067 | 3.178.936 |



Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas.

21. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2015 | | 2014 | |
|---|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Acréscimos de proveitos: | | | | |
| Proveitos por produção não faturada | 41.752.778 | - | 29.984.484 | - |
| Prestação de serviços médicos não faturados | 4.440.730 | - | 3.213.327 | - |
| Rappel a receber | 3.207.918 | - | 3.532.905 | - |
| Juros a receber | 316.740 | - | 6.935 | - |
| Outros acréscimos de proveitos | 124.336 | - | 3.529 | - |
| | 49.842.502 | - | 36.741.180 | - |



| | 2015 | | 2014 | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Custos diferidos: | | | | |
| Responsabilidade Hospital de São Marcos | - | 6.129.201 | - | 6.129.201 |
| Responsabilidade Hospital de Reynaldo dos Santos | - | 2.167.744 | - | 2.167.744 |
| Licenças informáticas | 2.103.489 | - | 216.318 | - |
| Rendas e alugueres | 909.962 | - | 1.229.363 | - |
| Diferimento do preço de venda | 843.977 | - | - | - |
| Seguros | 294.306 | - | 273.310 | - |
| Tribunal de contas (Emolumentos) | 68.330 | - | 84.416 | - |
| Comissões | 58.571 | - | - | - |
| Auditoria | 24.469 | - | 24.469 | - |
| Custos de manutenção e reparação | 13.197 | - | - | - |
| Juros diferidos | 1.265 | - | 166.524 | - |
| Outros custos diferidos | 91.265 | - | 41.477 | - |
| | 4.408.831 | 8.296.945 | 2.035.877 | 8.296.945 |
| | 54.251.333 | 8.296.945 | 38.777.057 | 8.296.945 |



Na rubrica Proveitos por produção não faturada estão incluídos: acréscimos de proveitos com a ARS Norte e ARSLVT, decorrentes do apuramento da produção real de 2013, 2014 e 2015 (conforme previsto no contrato de gestão); acréscimos de serviços prestados e não faturados a terceiros; medicamentos a faturar.

A rubrica de Outros ativos não correntes, diz respeito aos valores calculados pelas responsabilidades de Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal do Hospital de São Marcos e dos Hospital de Reynaldo dos Santos, relativos ao ano de início dos respetivos contratos.

A rubrica Licenças informáticas refere-se a faturas recebidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do fornecedor “Microsoft” relativas à manutenção de licenças informáticas de 2016.

22. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------------|------------------|
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 8.519.200 | 7.067.029 |
| Mercadorias | 432.335 | 201.386 |
| | 8.951.535 | 7.268.415 |
| Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 33) | (21.523) | (19.657) |
| | 8.930.011 | 7.248.759 |



23. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores tinha a seguinte composição:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|-------------------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------------------|-------------------|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 33) | Valor líquido | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 33) | Valor líquido |
| Clientes, conta corrente | 85.372.860 | (855.479) | 84.517.381 | 67.306.847 | (282.237) | 67.024.610 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 11.930.895 | (8.782.049) | 3.148.846 | 14.148.870 | (9.073.652) | 5.075.218 |
| Adiantamentos a fornecedores | 22.855 | - | 22.855 | 22.855 | - | 22.855 |
| | 97.326.609 | (9.637.528) | 87.689.081 | 81.478.572 | (9.355.889) | 72.122.683 |

Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade em saldos de clientes, que foram estimadas de acordo com o descrito na Nota 2.19. b).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.



A antiguidade da rubrica de Clientes e adiantamentos a fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

| Exercício | Total | Dívida | | Dívida vencida | | | |
|-----------|------------|-------------|------------|----------------|--------------|--------------|------------|
| | | Não vencida | < 180 dias | 181-365 dias | 366-545 dias | 546-730 dias | >730 dias |
| 2015 | 97.326.609 | 55.350.693 | 7.373.981 | 10.918.701 | 6.086.686 | 4.550.301 | 13.046.248 |
| 2014 | 81.478.572 | 42.626.302 | 4.962.292 | 17.136.942 | 2.362.717 | 3.692.305 | 10.698.014 |



24. OUTROS DEVEDORES CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Outros devedores tinha a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|------------------|
| Suprimentos a entidades relacionadas (Nota 40) | 5.875.798 | 6.259.735 |
| Projetos de hospitais em curso | 2.722.452 | 1.715.575 |
| Pessoal | 717.518 | 673.171 |
| Venda de investimentos financeiros | 669.359 | 632.000 |
| Cauções | 166.238 | 61.454 |
| Retenções e Penhoras | 134.165 | 598.117 |
| Refacturações | 42.532 | 42.532 |
| Prestadores de serviços | 26.626 | 26.758 |
| Outros devedores | 240.331 | 219.973 |
| Total | 10.595.019 | 10.229.316 |
| Perdas por imparidade acumuladas em outros devedores (Nota 33) | - | (1.567.900) |
| | 10.595.019 | 8.661.415 |

Em Outros devedores encontram-se relevados saldos a receber de diversas entidades por transações não relacionadas com as atividades principais do Grupo.



25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos com estas entidades eram como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldos devedores: | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | 6.633.740 | 7.078.553 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 708.324 | 525.901 |
| Outros | 8 | 13 |
| | 7.342.073 | 7.604.466 |
| Saldos credores: | | |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas | 12.222.517 | 11.243.759 |
| Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | 2.246.662 | 2.534.366 |
| Contribuições para a segurança social | 3.387.540 | 3.277.455 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 674.579 | 241.728 |
| Outros | 85.390 | 235.105 |
| | 18.616.687 | 17.532.413 |



26. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Caixa e depósitos bancários: | | |
| Numerário | 1.769.206 | 1.169.744 |
| Depósitos à ordem | 18.883.439 | 19.562.480 |
| Depósitos a prazo | 398.424 | 36.885.404 |
| Títulos negociáveis | - | - |
| Outras aplicações de tesouraria | 62.425.727 | 62.555.562 |
| | 83.476.796 | 120.173.190 |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | |
| Descobertos bancários (Nota 30) | (1.045.368) | (1.001.933) |
| | 82.431.428 | 119.171.257 |



Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa:

Os recebimentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respeitam aos seguintes movimentos:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A. | 6.841.000 | - |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (Supplementary capital) | 843.204 | 578.000 |
| Escaá Parque - Gestão de Estacionamento, S.A. (Supplementary capital) | - | 630.700 |
| HMR - Health Market Research, Lda. | - | 50.000 |
| | 7.684.204 | 1.258.700 |

Os pagamentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respeitam aos seguintes movimentos:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|---------------|
| Hospital CUF Santarém, S.A. | 12.390.104 | - |
| Hospital CUF Santarém, S.A. (Suprimentos) | 2.690.000 | - |
| Manuel Guimarães, Lda. | 82.977 | - |
| Digihealth, S.A. (Prestações acessórias) | 50.000 | - |
| Imo-health - Investimentos Imoiliários, Unipessoal, Lda. | - | 17.500 |
| | 15.213.081 | 17.500 |



27. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015, o capital no montante de 53.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 10.600.000 ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital era detido pelas seguintes entidades:

| | Número de Ações | Percentagem de Participação |
|---|-------------------|-----------------------------|
| José de Mello, SGPS, S.A. | 6.980.100 | 65,85% |
| Fundação Amélia da Silva de Mello | 439.900 | 4,15% |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 3.180.000 | 30,00% |
| | 10.600.000 | 100,00% |

28. RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa deverá reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.



29. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram os seguintes:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|-----------------|
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 3.577.537 | 3.227.233 |
| Dividendos | (181.257) | (982.832) |
| Reforços de participação de capital | (18.536) | - |
| Reduções de participação de capital | - | 806.847 |
| Outras variações de capital próprio das empresas participadas | 70 | - |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam | 330.297 | 526.290 |
| Saldo final em 31 de dezembro: | 3.708.111 | 3.577.37 |



O detalhe, por empresa, da rubrica de Interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

| EMPRESA | % não detida | Interesses que não controlam | |
|---|--------------|------------------------------|------------------|
| | | Resultado | Total |
| VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. | 4,0045% | (592) | 1.219.280 |
| Vramondi International BV | 0,0004% | (1) | (8) |
| Hospital CUF Descobertas, S.A. | 0,0707% | 10.332 | 16.782 |
| Clínica CUF Belém, S.A. | 37,1931% | 194.060 | 1.290.725 |
| Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A. | 66,3510% | 46.061 | 1.008.357 |
| Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A. | 0,0004% | 2 | 2 |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | 29,5002% | 23.243 | 266.721 |
| HD Medicina Nuclear, S.A. | 30,0535% | 113.159 | 302.045 |
| Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 0,0191% | 46 | 1.233 |
| Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. | 0,0143% | 344 | (7.188) |
| Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A. | 4,0045% | (56.356) | (389.839) |
| | | 330.297 | 3.708.111 |



30. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os empréstimos obtidos eram como segue:

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------------|--------------------|
| Passivos não correntes: | | |
| Outros empréstimos bancários | 99.238.714 | 49.057.133 |
| Empréstimos por obrigações | 15.788.420 | 47.639.954 |
| Papel comercial | - | 8.952.826 |
| | 115.027.134 | 105.649.914 |
| Passivos correntes: | | |
| Papel comercial | 16.000.000 | 13.975.653 |
| Outros empréstimos bancários | 5.100.105 | 10.455.253 |
| Financiamento por intermédio de factoring com regresso | - | 4.915.821 |
| Contas corrente caucionadas | 5.550.000 | 3.000.000 |
| Descobertos bancários | 1.045.368 | 1.001.933 |
| | 27.695.473 | 33.348.661 |
| | 142.722.607 | 138.998.575 |

O Grupo tem contratado três programas de papel comercial com o limite de 26.000 milhares de euros.



O empréstimo por obrigações diz respeito às seguintes emissões:



“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2014/2019”

“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2015/2021”

Valor total do empréstimo: 50.000.000 euros

Valor total do empréstimo: 50.000.000 Euros

Valor nominal: 10.000 euros por obrigação

Valor nominal: 10.000 euros por obrigação

Vencimento: 9 de junho de 2019

Vencimento: 17 de maio de 2021

Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 3,875%

Taxa de Juro: Euribor a 6 meses acrescida de 2,95%

Estas emissões foram colocadas junto de investidores institucionais, e foi solicitada a admissão à negociação nos mercados regulamentados Euronext Lisbon e Bourse de Luxembourg.



Em 31 de dezembro 2015 e 2014, os Outros empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

| Empresa | 2015 | | 2014 | |
|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Novo Banco | 10.764 | - | 9.250.674 | 43.120.849 |
| Montepio Geral | 1.230.087 | 3.160.156 | 1.204.579 | 4.519.105 |
| Banif | 3.036.847 | 9.250.668 | - | - |
| Santander Totta | 694.933 | 2.969.190 | - | - |
| Bic | 127.474 | 408.406 | - | - |
| Popular | - | - | - | - |
| | 5.100.105 | 15.788.420 | 10.455.253 | 47.639.954 |

Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, existiam respetivamente 25.100 milhares de euros e 27.784 milhares de euros de linhas de crédito obtidas e não utilizadas.



31. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Locação financeira

O Grupo tem contratos de locação financeira para vários itens dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluídos no balanço. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a quantia escriturada desses bens, para cada categoria de ativo, é como segue:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ativos fixos tangíveis: | | |
| Terrenos e recursos naturais | - | 1.964.017 |
| Edifícios e outras construções | 52.430.706 | 63.822.387 |
| Equipamento básico | 21.303.249 | 23.041.682 |
| Equipamento administrativo | 1.699.250 | 3.156.099 |
| | 75.433.205 | 91.984.185 |

O total dos futuros pagamentos mínimos de locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento, encontra-se detalhado no quadro seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Pagamentos mínimos da locação financeira: | | |
| Não mais de um ano | 10.460.085 | 12.353.257 |
| Mais de um ano e não mais de cinco anos | 58.919.624 | 70.852.585 |
| Mais do que cinco anos | - | - |
| | 69.379.709 | 83.205.841 |



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram pagas rendas de 21.324.409 euros e 14.754.270 euros, respetivamente, relativas a rendas de contratos de locação financeira.

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor no Grupo José de Mello Saúde respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram reconhecidos custos de 4.227.028 euros e 2.478.287 euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.

32. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A subsidiária Hospital CUF Infante Santo, S.A. (“HCIS”) tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manuten-

ção da “retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde”. O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do HCIS.

Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Watson Wyatt International Limited, Sucursal em Portugal, o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração da posição financeira, é estimada em 1.508 mil euros (1.464 mil euros em 2014), sendo a provisão para pensões de reforma ajustada apresentada na Nota 33.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método *Projected Unit Credit*, tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Taxa de desconto (antes da reforma) | 1,50% | 1,90% |
| Taxa de desconto (depois da reforma) | 1,50% | 1,90% |
| Taxa de crescimento das pensões | 0,00% | 0,00% |
| Tábua de mortalidade: | | |
| Para homens | TV 73/77 (-1 ano) | TV 73/77 (-1 ano) |
| Para mulheres | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Número de reformados | 55 | 55 |
| Idade média | 72 | 71 |



33. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | Benefícios aos empregados (Nota 32) | Provisões | | | Total | Total de responsabilidades |
|--|--|----------------|---------------------|-------------------|-------------------|----------------------------|
| | | Impostos | Matérias ambientais | Outros | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | 2.075.908 | 3.521.310 | 5.000 | 8.716.872 | 12.243.182 | 14.319.090 |
| Reforço | - | - | - | 3.281.651 | 3.281.651 | 3.281.651 |
| Utilização | - | - | - | (2.366) | (2.366) | (2.366) |
| Reversão | (121.420) | (2.970.499) | - | (310.308) | (3.280.807) | (3.402.227) |
| Atividades descontinuadas | - | (160.000) | - | - | (160.000) | (160.000) |
| Plano de Investimentos (Nota 16) | - | - | - | 742.628 | 742.628 | 742.628 |
| Dotações financeiras | - | - | - | (64.651) | (64.651) | (64.651) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 1.954.488 | 390.811 | 5.000 | 12.363.825 | 12.759.637 | 14.714.125 |
| Reforço | - | - | - | 770.017 | 770.017 | 770.017 |
| Reversão | (192.115) | - | - | (532.008) | (532.008) | (724.123) |
| Reversões financeiras | - | - | - | (22.738) | (22.738) | (22.738) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 1.762.373 | 390.811 | 5.000 | 12.579.097 | 12.974.908 | 14.737.281 |

A rubrica de Outros inclui essencialmente provisões para riscos decorrentes da atividade de prestação de serviços hospitalares. Adicionalmente inclui uma provisão que se destina a fazer face à responsabilidade



de substituição de equipamentos contemplada no Anexo V do Contrato de Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca; esta provisão foi constituída no exercício de 2013 por contrapartida de Ativos intangíveis (Nota 16), na sequência da transferência para as novas instalações, altura que foi adquirida a nova capacidade instalada, e foi elaborado um plano de investimento onde se prevê o reconhecimento da obrigação futura de substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato.

Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | Perdas por imparidade em ativos correntes | | | | Total |
|--|---|----------------------|--|----------------------------|-------------------|
| | Acréscimos de proveitos (Nota21) | Inventários (Nota22) | Cientes e adiant. a fornecedores (Nota 23) | Outros devedores (Nota 24) | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | - | 19.657 | 12.665.225 | 1.990.900 | 14.675.782 |
| Reforço | - | - | 235.481 | - | 235.481 |
| Utilização | - | - | (139.470) | - | (139.470) |
| Reversão | - | - | (3.070.510) | - | (3.070.510) |
| Transferências | - | - | - | (423.000) | (423.000) |
| Atividades descontinuadas | - | - | (334.837) | - | (334.837) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | - | 19.657 | 9.355.889 | 1.567.900 | 10.943.446 |
| Reforço | - | 21.523 | 486.513 | - | 508.036 |
| Utilização | - | (19.657) | (2.823) | - | (22.480) |
| Reversão | - | - | (202.050) | (1.567.900) | (1.769.950) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | - | 21.523 | 9.637.528 | - | 9.659.052 |



| | Perdas por imparidade em ativos não correntes | | | | Total |
|--|---|------------------------------------|-----------------------------------|--|------------------|
| | Goodwill (Nota15) | Ativos fixos tangíveis (Nota17) | Outros investimentos (Nota 19) | Ativos não correntes detidos para venda | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2014 | - | - | 2.114.087 | - | 2.114.087 |
| Reforço | 3.575.232 | 993.405 | - | - | 4.568.637 |
| Utilização | - | - | - | - | - |
| Atividades descontinuadas | - | - | (248.234) | - | (248.234) |
| Reversão | - | - | (550.000) | - | (550.000) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 3.575.232 | 993.405 | 1.315.853 | - | 5.884.490 |
| Reforço | - | - | - | 97.000 | 97.000 |
| Utilização | - | - | - | - | - |
| Atividades descontinuadas | - | - | - | - | - |
| Reversão | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 3.575.232 | 993.405 | 1.315.853 | 97.000 | 5.981.490 |



Durante os exercícios de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados:

34. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|---|---------|-------------|--------------------|-----------|-------------|------------------|
| | Reforço | Reversão | Total | Reforço | Reversão | Total |
| Benefícios aos empregados | - | (192.115) | (192.115) | - | (121.420) | (121.420) |
| Provisões | 770.017 | (532.008) | 238.009 | 3 281.651 | (3.280.807) | 844 |
| Perdas por imparidade em ativos não correntes | 97.000 | (352.924) | (255.924) | 4.568.637 | (550.000) | 4.018.637 |
| Perdas por imparidade em ativos correntes | 508.036 | (1.769.950) | (1.261.914) | 235.481 | (3.070.510) | (2.835.029) |
| | | | (1.471.945) | | | 1.063.032 |

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Fornecedores, conta corrente | 76.144.434 | 66.190.433 |
| Fornecedores, faturas em recepção e conferência | 7.127.391 | 6.594.919 |
| Adiantamentos de clientes | 2.912.290 | 2.179.181 |
| | 86.184.115 | 74.964.533 |



35. OUTROS CREDORES CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas tinham a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 Reexpresso |
|--|------------------|------------------|
| Hospital de São Marcos (a) | 3.137.110 | 3.125.511 |
| Benefícios de reforma (Nota23) | 2.504.268 | 2.345.322 |
| Fornecedores de imobilizado | 131.254 | 1.553.398 |
| Pessoal e Sindicatos | 710.070 | 652.233 |
| Honorários | 303.777 | 298.948 |
| Euentos e Jornadas clínicas | 118.929 | 101.022 |
| Consultores, Assessores e Intermediários | 96.114 | 68.088 |
| Cauções | - | 34.265 |
| Outros credores | 249.386 | 132.189 |
| | 7.250.907 | 8.310.976 |

(a) De acordo com o contrato de Gestão com a ARS Norte, a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. deverá entregar ao Hospital de São Marcos 90% dos proveitos decorrentes da prestação de serviços médicos já realizados até 1 de setembro de 2009 mas cuja facturação ainda não tivesse sido emitida e 90% dos recebimentos de clientes, cuja

facturação já tivesse sido emitida até essa data, mas cujo recebimento ainda não tenha ocorrido.

Em Outros credores encontram-se relevados saldos a pagar a diversas entidades por transações não relacionadas com as atividades principais do Grupo.



36. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Acréscimos de custos: | | |
| Remunerações a liquidar | 23.965.731 | 22.979.879 |
| Honorários médicos | 19.172.594 | 16.389.025 |
| Custos Operacionais: | | |
| Compras | 303.914 | 787.869 |
| Fornecimentos e serviços externos diversos | 5.933.689 | 5.711.227 |
| Custos com pessoal | 4.342.591 | 3.256.514 |
| Taxas | 406.726 | 338.487 |
| Outros custos operacionais | 193.722 | 400.638 |
| Custos Financeiros: | 92.570 | 692.000 |
| Acréscimos de custos Escala Braga | 2.136.374 | 994.138 |
| Outros acréscimos de custos | - | 217.682 |
| | 56.547.910 | 51.767.458 |
| Proveitos diferidos: | | |
| Proveitos financeiros | 565.943 | 606.611 |
| Refacturações | - | 152.096 |
| Alugueres e rendas | 14.141 | - |
| Outros proveitos diferidos | 311 | 16.157 |
| | 580.395 | 774.864 |
| | 57.128.305 | 52.542.322 |



37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 2014 o Grupo JMS tinha a quase totalidade dos seus financiamentos indexados a taxas variáveis. No âmbito da política de gestão de riscos (Nota 38), foram contratados, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, um conjunto de instrumentos financeiros destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro sob a forma de swaps de taxas de juro, plain vanilla, que cobrem 100% dos montantes dos empréstimos obrigacionistas emitidos em junho de 2014 e em maio de 2015 (100 milhões de euros). Os swaps contratados respeitam as características das referidas emissões de obrigações por forma a serem considerados produtos de cobertura (mesmo indexante, mesmo período e prazos de pagamento de juros). Na data de pagamento de juros, o Grupo JMS recebe juros indexados à Euribor a 6 meses para 100% do capital das obrigações e paga juros a taxa fixa sobre o mesmo montante. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o Grupo JMS tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

| | Ativo | | Passivo | |
|---|----------|--------------|----------|--------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | | | | |
| <i>Swap taxa de juro</i> | - | - | - | 1.487.808 |
| Total de derivativos ativos/passivos | - | - | - | 1.487.808 |



O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a seis contratos de “Swap” de taxa de juro contratados pelo Grupo JMS, com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juros.

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram as seguintes:

| Derivados Designados como cobertura de fluxos de caixa | Nacional | Moeda | Objetivo Económico | Maturidade | Justo Valor | |
|---|------------|-------|---|------------|-------------|------|
| | | | | | 2015 | 2014 |
| Swap's de Taxas de Juro | | | | | | |
| Swap 13121-001 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Jun-19 | (346.194) | - |
| Swap 13121-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Jun-19 | (158.448) | - |
| Swap 13121-002 | 25.000.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Mai-21 | (454.049) | - |
| Swap 13121-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Mai-21 | (273.507) | - |
| Swap 13121-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Mai-21 | (154.873) | - |
| Swap 13121-001 | 12.500.000 | Eur | Cobertura cash-flow de emissão obrigacionista | Jun-19 | (100.737) | - |
| | | | | | (1.487.808) | 0 |

Os instrumentos financeiros derivados apresentam um *notional* de 100 milhões de euros, sendo o justo valor destes instrumentos de 1.487.808 euros em 31 de dezembro de 2015. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa.



38. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

O Grupo, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposto a um conjunto de riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de juro e riscos de liquidez decorrentes do seu passivo financeiro, bem como ao risco de crédito, que resultam da sua atividade operacional e de tesouraria.

Todas as operações de gestão de risco financeiro, nomeadamente as que envolvem a utilização de instrumentos financeiros derivados são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Risco de liquidez

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;

- Diminuir o endividamento de curto prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas mais eficientes.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. O Grupo JMS encontra-se sujeito a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;
- Atividades de financiamento.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por empresas especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão



- normalmente cobertos por garantias;
- O Grupo JMS tem em vigor contratos de *factoring* mediante os quais cede os créditos e em que o risco de cobrabilidade passa para a entidade de *factoring*.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 33.

Em 31 de dezembro de 2015, é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

39. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis.

Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

O valor nominal deduzido de ajustamentos de crédito estimados de contas a receber e a pagar é assumido como aproximado ao seu justo

valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado atualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados, à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares. Não existem diferenças significativas entre os justos valores assim calculados e os respetivos valores contabilísticos.



40. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a José de Mello Saúde, S.A. (“empresa-mãe”) e empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhadas abaixo:

2015

| Parte relacionada | Saldos devedores | | Saldos credores | |
|---|------------------|---------------------------|------------------|-----------------|
| | Clientes | Acionistas e subsidiárias | Fornecedores | Outros credores |
| Grupo Efacec Capital | 86 800 | - | 1 946 554 | - |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 25 496 | - | 62 699 | - |
| Efacec - Sistemas de Gestão, S.A. | - | - | - | - |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 834 | 4 112 780 | 3 018 | - |
| José de Mello Energia, S.A. | - | - | - | - |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 59 446 | - | 49 087 | - |
| Grupo CUF | 121 698 | - | - | - |
| Grupo José de Mello Imobiliária | - | - | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | - | - | 14 403 | - |
| Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda. | - | - | - | - |
| José de Mello Energia, S.A. | - | - | - | - |
| M Dados - Sistemas de Informação, S.A. | - | - | 439 120 | - |
| Hospital Amadora-Sintra - Sociedade Gestora, S.A. | - | - | - | - |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 1 763 018 | - | - |
| | 294 274 | 5 875 798 | 2 514 881 | - |



| Parte relacionada | Transações | | |
|---|---------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Vendas e prestações de serviços | Proveitos financeiros | Fornecimentos e serviços externos |
| Grupo Efacec Capital | 351.200 | - | 3.214.514 |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 210.636 | - | 736.939 |
| Efacec - Sistemas de Gestão, S.A. | - | - | - |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 6.893 | 181.165 | 29.361 |
| José de Mello Participações II SGPS, S.A. | - | 212.953 | - |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 20.678 | - | 94.542 |
| Grupo CUF | 145.004 | - | - |
| Grupo José de Mello Imobiliária | 217 | - | - |
| M Dados - Sistemas de Informação, S.A. | - | - | 259.804 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 75.569 | - |
| José de Mello Energia, S.A. | 717 | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | - | - | 95.654 |
| | 735.345 | 469.687 | 4.430.814 |



2014

| Parte relacionada | SalDOS devedores | | SalDOS credores | |
|---|------------------|---------------------------|------------------|-----------------|
| | Clientes | Acionistas e subsidiárias | Fornecedores | Outros credores |
| Grupo Efacec Capital | 128.211 | - | 1.363.222 | - |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 54.868 | - | 51.912 | - |
| Efacec - Sistemas de Gestão, S.A. | 7.964 | - | - | - |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 615 | 4.112.780 | 24.561 | - |
| José de Mello Energia, S.A. | 13 | - | - | - |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 249.417 | - | 1.681 | - |
| Grupo CUF | 66.246 | - | - | - |
| Grupo José de Mello Imobiliária | - | - | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | - | - | 15.485 | - |
| Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda. | - | - | - | - |
| José de Mello Energia, S.A. | - | - | - | - |
| M Dados - Sistemas de Informação, S.A. | - | - | 286.983 | - |
| Hospital Amadora-Sintra - Sociedade Gestora, S.A. | - | 383.937 | - | - |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 1.763.018 | - | - |
| | 507.334 | 6.259.735 | 1.743.844 | - |



| Parte relacionada | Transações | | |
|---|---------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Vendas e prestações de serviços | Proveitos financeiros | Fornecimentos e serviços externos |
| Grupo Efacec Capital | 286.782 | - | 2.924.646 |
| Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal | 206.911 | - | 855.218 |
| Efacec - Sistemas de Gestão, S.A. | 17.913 | - | - |
| José de Mello, SGPS, S.A. | 5.731 | 552.877 | 28.761 |
| José de Mello Participações II SGPS, S.A. | - | 1.205 | - |
| Grupo José de Mello Residências e Serviços | 175.060 | - | 48.177 |
| Grupo CUF | 40.446 | - | - |
| Grupo José de Mello Imobiliária | 218 | - | - |
| M Dados - Sistemas de Informação, S.A. | - | - | 261.375 |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | - | 120.872 | - |
| José de Mello Energia, S.A. | 654 | - | - |
| José de Mello Serviços, Lda. | 1.014 | - | 61.038 |
| | 734.728 | 674.954 | 4.179.214 |



Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da José de Mello Saúde, S.A. nos exercícios de 2015 e 2014 foram de 469.074 euros e 418.020 euros, respetivamente.

41. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos. Face às naturezas dos mesmos, a expectativa existente é de que, do respectivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, situação patrimonial e resultados das operações.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros garantias no montante de 6.875 milhares de euros (6.736 milhares de euros em 2014), cujo detalhe é como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------|-----------|
| Garantias financeiras prestadas: | | |
| Carta Compromisso Fundos Próprios | 4.000.000 | 4.000.000 |
| Cumprimento de obrigações contratuais | 2.636.845 | - |
| Caução do contrato de gestão hospitalar | - | 2.254.709 |
| Processos fiscais em curso | - | 210.957 |
| Câmaras Municipais | 120.157 | 120.157 |
| Prestação de serviços ao SNS | 116.701 | 149.309 |
| Fornecimento de electricidade, água e gás | 1.082 | 1.082 |

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a empresa-mãe, José de Mello Saúde, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio.



42. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2016, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 18 de abril de 2016.

43. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde 31 de dezembro de 2015 até à data de aprovação de contas não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



8.3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da José de Mello Saúde, S.A. (“JMS”) declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que a JMS se defronta na sua atividade.

Lisboa, 18 de março de 2016

O Conselho de Administração

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Pedro Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

Rui Alexandre Pires Diniz

Rui Manuel Assoreira Raposo

José Carlos Lopes Martins

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Paulo Jorge Cleto Duarte

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes



8.4. INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

a) Participações qualificadas no capital social da sociedade

| Acionista | Número de Ações | % de capital | % de direitos de voto |
|---|--------------------|-----------------|--------------------------|
| José de Mello, SGPS, S.A. | 6.980.100 | 65,85% | 65,85% |
| Fundação Amélia da Silva de Mello | 439.900 | 4,15% | 4,15% |
| Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. | 3.180.000 | 30,00% | 30,00% |
| TOTAL | 10.600.000 | 100,00% | 100,00% |



b) Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem direitos especiais atribuídos a qualquer acionista da Sociedade.

c) Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não são titulares de ações e obrigações da José de Mello Saúde S.A., não tendo realizado qualquer transação sobre estes títulos no decurso do exercício de 2015.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da José de Mello Saúde S.A. são titulares de ações preferenciais sem direito a voto representativas do capital social do Hospital CUF Descobertas, S.A., subscritas na data e nos termos a seguir indicados:

| | Saldo em | Aquisições | | Alienações | | Saldo em |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31-12-2014 | Data | Quantidade | Valor € | Quantidade | 31-12-2015 |
| | Quantidade | | | | | Quantidade |
| Salvador Maria Guimarães José de Mello Hospital CUF Descobertas, S.A. | 236 | | | | | 236 |
| Rui Manuel Assoeira Raposo Hospital CUF Descobertas, S.A. | 130 | 29-10-2015 | | | 30 | 100 |
| Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães Hospital CUF Descobertas, S.A. | 130 | 29-10-2015 | | | 30 | 100 |
| Vasco Luís José de Mello Hospital CUF Descobertas, S.A. | 107 | 29-10-2015 | | | 7 | 100 |
| Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck Hospital CUF Descobertas, S.A. | 77 | 29-10-2015 | | | 77 | 0 |
| Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito Hospital CUF Descobertas, S.A. | 92 | | | | | 92 |
| José Carlos Lopes Martins Hospital CUF Descobertas, S.A. | 56 | 29-10-2015 | | | 56 | 0 |
| Rui Alexandre Pires Diniz Hospital CUF Descobertas, S.A. | 0 | 29-10-2015 | 200 | 5,00 | | 200 |



d) **Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.**

Não existem quaisquer restrições desta natureza.

e) **Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade.**

Não existem, nos termos dos estatutos da José de Mello Saúde S.A., quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição do órgão de administração e à alteração dos estatutos da José de Mello Saúde S.A.. Quanto a estas matérias são aplicáveis as respetivas disposições do Código das Sociedades Comerciais.

f) **Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital.**

Não existem, nos termos dos estatutos da José de Mello Saúde S.A., quaisquer regras especiais relativamente a poderes do órgão de administração. Quanto a estas matérias são aplicáveis as respetivas disposições do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração da José de Mello Saúde S.A. delegou numa Comissão Executiva as seguintes competências:

- i. Proceder à gestão corrente da Sociedade, podendo deliberar sobre todas as matérias relativas ao exercício da atividade da Sociedade com respeito pelo respetivo objeto social, pelas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, nas matérias da competência desta última;

- ii. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração as principais políticas do Grupo José de Mello Saúde, designadamente, política de remunerações, política de gestão de quadros e política comercial e preços;
- iii. Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano de Negócios e o Orçamento da Sociedade para o ano seguinte, bem como propor posteriores alterações;
- iv. Proceder à coordenação e acompanhamento permanente da gestão corrente das sociedades, direta ou indiretamente, participadas pela Sociedade ("Participadas") emitindo, no caso das Participadas em relação de grupo, ou seja cujo capital social é integralmente detido pela Sociedade, instruções vinculativas;
- u. Para efeitos do disposto na alínea anterior, a Comissão Executiva deverá deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) Definição da estratégia e planeamento económico e financeiro das Participadas, designadamente:
 - i. abertura e/ou expansão de estabelecimentos;
 - ii. desenvolvimento de novas atividades (e.g. novas especialidades médicas) ou alteração/reorganização significativa das atividades existentes;
 - iii. celebração de acordos comerciais, convenções com seguradoras e subsistemas e protocolos de âmbito científico e académico;
 - iv. escolha dos titulares dos cargos de gestão de primeira linha, designadamente direção de produção, direção clínica e de enfermagem;



- u. acompanhamento e supervisão de projetos relevantes através de Steering Committee.
 - (ii) Aprovação de qualquer Plano de Negócios, bem como quaisquer alterações e atualizações ao mesmo;
 - (iii) Aprovação do orçamento anual e quaisquer atualizações ao mesmo;
 - (iv) Celebração de contratos relevantes, designadamente de trabalho ou prestação de serviços, assunção de responsabilidades, aquisições ou alienações de quaisquer ativos, incluindo participações noutras sociedades, sempre que o valor estimado seja superior, numa base individual, a (i) 1.000.000,00 euros (um milhão de euros) se previstos no orçamento anual, ou a (ii) 200.000,00 euros (duzentos mil euros) caso não se encontrem previstos no orçamento anual;
 - (v) Empréstimos, financiamentos, obrigações, valores mobiliários representativos de dívida, papel comercial e outras formas de financiamento por terceiros, incluindo emissão de garantias ou garantias stand-by de montante superior, numa base individual, a (i) 1.000.000,00 euros (um milhão de euros) se previstos no orçamento anual ou a (ii) 200.000,00 euros (duzentos mil euro caso não se encontrem previstos no orçamento anual;
- vi. Celebrar todos os atos e contratos inerentes à atividade da Sociedade, desde que o seu valor não ultrapasse o montante equivalente a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- vii. Contrair empréstimos bancários ou operações similares, conceder empréstimos acionistas e outras formas de capitalização das Participadas, desde que o montante respetivo não exceda o equivalente a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- viii. Efetuar operações bancárias, tais como, abrir e movimentar quaisquer contas bancárias a crédito ou a débito, sacar e endossar cheques e sacar, aceitar e endossar letras, livranças e outros títulos de crédito;
- ix. Efetuar recebimentos e pagamentos em representação da Sociedade, dar quitação e emitir os documentos contabilísticos necessários;
- x. Celebrar contratos de trabalho ou de prestação de serviços relativamente ao pessoal da Sociedade, exercer o poder disciplinar e promover, se necessário for, o despedimento de qualquer trabalhador, bem como contratar colaboradores ou peritos especializados, sempre que tal se revele necessário;
- xi. Constituir novas sociedades, bem como adquirir ou alienar participações noutras sociedades, desde que a respectiva participação não exceda o equivalente a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);
- xii. Celebrar quaisquer tipos de contratos de seguro inerentes ao exercício da atividade da Sociedade;
- xiii. Propor ao Conselho de Administração arrendamentos cujo valor anual da renda seja superior a 1.000.000,00 euros (um milhão de euros), alienação, oneração ou aquisição de bens imóveis para a Sociedade cujo valor seja superior a 15.000.000,00 euros (quinze milhões de euros);



- xiv. Proceder ao aprovisionamento de todos os bens móveis e equipamentos necessários ao exercício da atividade da Sociedade;
- xv. Propor ao Conselho de Administração o organigrama da Sociedade e mantê-lo informado sobre os posteriores ajustamentos que se vierem a revelar necessários;
- xvi. Constituir mandatários para representar a Sociedade na prática de atos específicos, mediante a emissão de instrumento adequado para o efeito;
- xvii. Constituir mandatários forenses para representar a Sociedade em quaisquer litígios em que esta seja parte, conferindo-lhes os poderes bastantes para confessar, desistir e transigir;
- xviii. Representar a Sociedade em juízo e em processo de arbitragem, bem como proceder à nomeação de árbitros em quaisquer litígios em que a Sociedade seja parte;
- xix. Propor os titulares dos órgãos sociais das Participadas, em cujos Conselhos de Administração deverão participar a totalidade ou parte dos membros da Comissão Executiva da Sociedade.

Os montantes indicados pressupõem prévia orçamentação das respetivas despesas e/ou responsabilidades. Tratando-se de despesas e/ou responsabilidades não orçamentadas, esses limites são reduzidos a 40% (quarenta por cento) do valor indicado.

No âmbito das competências que lhe são delegadas, a Comissão Executiva poderá definir pelouros e áreas de atuação de cada um dos seus membros,

quer no que se refere à estrutura interna e funcionamento da Sociedade, quer no que se refere à coordenação e acompanhamento das suas áreas de negócio, em geral, e das empresas participadas, em particular.

g) Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A matéria relativa aos sistemas de controlo interno e de gestão de risco existentes no grupo José de Mello Saúde encontra-se desenvolvida no ponto 4 do Relatório de Gestão.

h) Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

- i. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. aos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2015



| Nome | Cargo | Remuneração |
|--|--|-------------|
| Salvador Maria Guimarães José de Mello | Presidente do CA e da Comissão Executiva | 225.259,2 |
| Pedro Maria Guimarães José de Mello | Vice-Presidente não executivo | - |
| João Gonçalves da Silveira | Vice-Presidente não executivo | - |
| Rui Alexandre Pires Diniz | Administrador executivo | 50.000,0 |
| Rui Manuel Assoreira Raposo | Administrador não executivo | 182.914,3 |
| Vasco Luís José de Mello | Administrador executivo | 186.679,3 |
| Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito | Administrador executivo | 198.719,4 |
| Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães | Administrador executivo | 184.013,5 |
| Paulo Jorge Cleto Duarte | Administrador não executivo | - |
| Luís Eduardo Brito Freixial de Goes | Administrador não executivo | - |
| Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck | Administrador não executivo | 254.375,8 |
| José Carlos Lopes Martins | Administrador não executivo | - |



- ii. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. aos membros do Conselho Fiscal durante o exercício de 2015

Os membros do Conselho Fiscal têm uma remuneração anual bruta de 1.800 euros para o Presidente e de 1.200 euros para os Vogais. Tendo sido nomeados em junho de 2014, a remuneração relativa aos meses do ano transato em que desempenharam funções apenas foi liquidada no início do presente ano.

- i) Montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços.

| Descrição | Valor |
|--|----------------|
| Valor dos serviços de revisão de contas | 185.395 |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade | 0 |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal | 120.050 |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas | 24.000 |
| TOTAL | 329.445 |



8.5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório Consolidado de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de José de Mello Saúde, S.A., as quais compreendem: a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 478.776.687 euros e um total de capital próprio de 81.269.266 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 21.893.940 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a)** a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados;
- b)** a informação financeira histórica, preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c)** a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d)** a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e)** a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas;
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu também ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de José de Mello Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o ponto 8.4 - Informação sobre a Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade, do Relatório e Contas, inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 1 de abril de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:
Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



8.6. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA 2015

Senhores Acionistas,

Nos termos legais, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas individuais e consolidadas e o relatório de gestão individual e consolidado da José de Mello Saúde, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respetivos registos e a outros elementos comprovativos.

Ao nível da análise de controlos internos e avaliação do risco, o Conselho Fiscal interagiu regularmente com várias direções do grupo, nomeadamente a direção de auditoria interna, a direção financeira, a direção de planeamento estratégico, controlo de gestão e inovação e a direção de

desenvolvimento organizacional e qualidade, tendo obtido os esclarecimentos e conforto considerados necessários.

Relevamos positivamente a melhoria acentuada da situação líquida da sociedade quer em termos individuais quer em termos consolidados. Salientamos ainda o crescimento do balanço da Sociedade que ultrapassou os 478 milhões de Euros, em parte devido ao aumento do perímetro de consolidação com a aquisição de um hospital em Santarém. A dívida bruta diminuiu 10,1 milhões de euros face a 2014, o que se justifica entre outras operações pelos reembolsos dos mútuos grupados do Novo Banco e amortização parcial dos leasings imobiliários da Imo Health. Apesar da diminuição da dívida bruta, a dívida líquida cresceu 26,6 milhões de euros devido à aquisição do terreno para o novo Hospital em Lisboa e a aquisição do Hospital de Santarém que implicaram a redução das disponibilidades. O rácio de alavancagem financeira, nomeadamente o D/EBITDA, cresceu para 2,0x (1,8x em 2014). A autonomia financeira melhorou para 17,0% face a 2014 devido ao reforço dos capitais próprios consolidados.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Sociedade no exercício, bem como a proposta de atuação para o exercício de 2016.

A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa o respetivo Anexo, satis-



fazendo os preceitos legais, refletem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Como nos competia procedemos à verificação dos termos da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, tendo concluído que o seu conteúdo merece o nosso acordo.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da Sociedade José de Mello Saúde, S.A., em 31 de Dezembro de 2015, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias.

Nestes termos somos de parecer que:

1. A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
2. O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
3. O Relatório divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários sobre a estrutura e práticas do governo societário;
4. A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;

5. A Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Resultado Integral Consolidados, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Finalmente desejamos agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das funções.

Lisboa, 1 de Abril de 2016

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral

Presidente

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva

Vogal

José Luís Bonifácio Lopes

Vogal



8.7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal da José de Mello Saúde, S.A. (“JMS”) declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que a JMS se defronta na sua atividade.

Lisboa, 1 de abril de 2016

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral (Presidente)

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva (Vogal)

José Luís Bonifácio Lopes (Vogal)







JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

RELATÓRIO E
CONTAS
2015